República

ANO 62 (2.ª SÉRIE) N.º 15 423

SÁBADO 27 DE ABRIL 1974

Fundado por ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

Director RAUL RÊGO

PROPRIEDADE DE EDITORIAL REPÚBLICA
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DA MISERICÓRDIA, 116 - LISBOA 2
TELEFONES: 32 65 32 - 32 51 36 - 32 53 24

Preço 2$50

NORMALIDADE em todo o País

A vitória consolida-se após a evacuação dos agentes da PIDE presos na sede

Hermínio da Palma Inácio libertado. A fotografia foi tirada em Caxias quando o lutador antifascista ainda ali se encontrava (mas já fora da cela n.º 3, onde a PIDE/DGS o mantinha incomunicável há meio ano). Na sua efígie saudamos todos os detidos políticos que reconquistaram a possibilidade de trabalhar para a construção de um Portugal fraterno e verdadeiramente novo. Agora, quando nos baterem à porta de madrugada, tenhamos esperança de que é com certeza o leiteiro!

Normalidade é a palavra que melhor se aplicará à presente situação do país. Com a desactivação da sede, em Lisboa, da ex-PIDE-DGS, de onde 228 agentes foram transportados, durante a noite, para a prisão de Caxias, e com a libertação, também na noite de hoje, dos patriotas que se encontravam detidos nas prisões de Caxias e de Peniche, a situação começou a entrar, decididamente, na tranquilidade. Na zona da «baixa» lisboeta, onde ontem milhares de pessoas se reuniram e se efectuaram diversas manifestações, a vida regressa à normalidade. O comércio reabre e o movimento nas ruas é o habitual. Entretanto, algumas patrulhas das Forças Armadas ainda se vêem na cidade, mas, segundo parece, apenas por precaução e para defenderem a população de possíveis reacções que ainda se mantenham contra o Movimento. Segundo informação do Posto de Comando, considera-se que a resistência que ainda existe não passa de bolsas isoladas, casos pessoais, nomeadamente de agentes da ex-PIDE-DGS, que continuam a procurar não ser detidos.

No entanto, no Castelo de São Jorge, ainda parece subsistir alguma resistências de elementos da extinta Legião, mas

(Continua na última pág.)

2ª EDIÇÃO

«QUANTO MAIS TARDE SE EFECTUAREM NEGOCIAÇÕES COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO PIOR SERÁ PARA PORTUGAL» — declarou a «República» o dr. Mário Soares que amanhã regressa ao nosso País

Chega amanhã a Lisboa, de comboio, o secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares, exilado em Paris desde Fevereiro de 1970, por ter atacado corajosamente a política colonial do Governo, preconizando negociações com os Movimentos de Libertação. O dirigente socialista anunciou, em Paris, que esta decisão foi tomada em conformidade com deliberações dos secretariados do interior e do exterior daquele Partido.

Juntamente com Mário Soares regressam ao País os dirigentes socialistas, também membros do Secretariado do exterior, Francisco Ramos da Costa e Manuel Tito de Morais, este último director do Jornal do partido — «Portugal Socialista» — que se publica em Roma.

«República» publica hoje (nas págs. centrais) uma entrevista concedida por Mário Soares ao nosso camarada de redacção, Mário Mesquita.

24 PÁGINAS

AO POVO

O entusiasmo da população de Lisboa, como de todo o País, após quarenta anos de regime penitenciário, é compreensível. Durante anos e anos, com manifestações de encomenda e pagas a tanto por cabeça, com transportes pagos e subsídio de alimentação, a capital só de longe a longe conseguiu clamar o que lhe ia no íntimo; e com perigo para a sua segurança.

Esse entusiasmo todavia não deve fazer perder a calma. O civismo tem estado patente nos últimos dias; mas que todos se mantenham serenos, pois

(Continua na 9.ª pág.)

CORREIO DE ONTEM

● Faleceu no Hospital da Misericórdia de Coruche um automobilista que fora vítima de despiste na estrada para Santarém, numa curva perigosa junto à Herdade da Aguada. No acidente o condutor, sr. Albino José Matias de 42 anos empregado comercial em Almeirim, para onde se dirigia, foi cuspido por uma porta. O carro veio a embater depois num sobreiro, incendiando-se.

● Um jovem de 16 anos, Manuel Martins Antunes, trolha de profissão ficou gravemente ferido no lugar de Aldeia do Rio (Braga) ao embater com a sua bicicleta numa carrinha mista. Transportado para o Hospital de S. Marcos em Braga, morreu logo a seguir.

● Um pedreiro três anos mais velho que o anterior caiu de um andaime num obra em que trabalhava na aldeia de Canedo (Vila da Feira) e também não resistiu aos ferimentos. Chamava-se Armando Augusto da Silva Cardoso.

● Está internado no Hospital de S. José, vítima de excessos de bebida e num estado que os médicos consideram relativamente preocupante, o sr. Carlos Manuel das Neves, de 39 anos, residente na capital, vindo ontem do Parque Mayer numa ambulância. Ele e um companheiro, Joaquim, de 16 anos, foram encontrados inconscientes naquele recinto de diversões. Joaquim conseguiu recuperar e contou a história. Ó alegrias que transbordam, desbordam, vizinhas da tragédia!

● O dr. Ruben Andresen Leitão (Ruben A.) esteve presente, no Porto, à inauguração da Livraria do Estado naquela cidade. O estabelecimento abriu as suas portas na Praça de Guilherme Gomes Fernandes. Simultaneamente com a «Luz verde» foi lançada a obra «Marcas e Contrastes de Ourives Portugueses», da autoria de Manuel Gonçalves Vidal, com complementos e anotações às marcas antigas de pratas portuguesas e brasileiras (a prata que havia naquele Brasil...) pelo eng. Fernando Moitinho de Almeida. Esperemos que as Livrarias do Estado mudem de «metal» nos próximos tempos, sem o que estarão a produzir para uma «elite».

O MEU DIA MAIS LONGO

por FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

Hora a hora recordarei 25 de Abril como a festa mais bela de toda a minha vida. A festa que há tantos anos eu sonhava e esperava e em que já quase não acreditava. Senti-me vingado do 12 de Março de 1959, aquela madrugada distante em que fardado de tenente fui privado da bela loucura de atacar o quartel de Caçadores 5. Senti que tudo aquilo por que na vida lutara e sofrera valia finalmente a pena. O rio engrossara. E eu fora também um dos mil regatos que somados formavam agora aquela torrente magnífica de soldados e de povo, de nação e de Exército que reduzia finalmente a nada o porco sistema de mentira, negociada e força a que uma tribu suja de homens sem lei, sem vergonha e sem honra sujeitara o meu País por perto de cinquenta anos. Ali, naquele largo barroco do Carmo, com as ruínas agudas do Condestável a romper a monotonia do pombalino pobre, à espera da hora única e incrível da vitória, tudo de repente era pago com juros: as prisões, o ostracismo, a perseguição, o sofrimento dos dias de fome de pão e de justiça. Quando o povo gritava e cantava, e abraçava os soldados, a minha alma como nos Salmos «exultava e cantava ao Senhor». Num atropêlo corriam-me as frases do combate soberbo dos poetas: «não hei-de de morrer sem conhecer a liberdade» — o livro Sexto da Sofia, o «Porque» que ouvira de manhã na Rádio, na voz de combate do Fanhais.

Quando encontrei o Francisco — soldado combatente a lutar pela libertação da sua Pátria, senti tristeza, por não ter farda nem espingarda, por esta hora ser dele e não minha nem do Gonçalo Ribeiro Teles, seu pai, meu companheiro e amigo de trinta anos de luta; mas a tristeza virou numa imensa comoção do dever cumprido, do mistério insondável da vida e da lei infalível das geração vingadora.

Geração esplêndida. Revelada na simplicidade dos gestos, na doçura e secura dos rostos, na determinação com que todos aqueles soldados procediam. Sem comer, nem dormir, lançados numa aventura de desfecho incerto, todos agiam com uma infinita cortezia, um respeito pelo povo, uma modéstia de atitudes que quase parecia uma forma de desculpa da se verem obrigados a restituir aos homens o direito de o serem, e à Pátria a dignidade perdida. Nunca esquecerei a delicadeza, a lição de civismo e de trato, dada neste dia pelo Exército, a contrapôr à brutalidade soez dos cães dos canalhas e das bestas, com que há décadas se pretende demonstrar que o povo português não tem educação para um governo decente.

«Nós queremos fazer um país novo, um país como vocês desejam». Esta fórmula tão verdadeira e pura, foi a fórmula dum capitão das forças que cercavam o Carmo. Era uma nova linguagem, humilde e simples e que atribuía direitos àqueles a quem se dirigia. Era uma linguagem familiar e directa, no tom de quem presta um serviço e não de quem faz uma concessão.

Era difícil, já passada a hora do combate e chegada a vitória, exigir do povo um limite de alegria, uma fronteira qualquer ao entusiasmo incrível duma libertação inesperada.

Quarenta e oito anos de ocupação, de dura e humilhante ocupação. O domínio espanhol durou sessenta, mas só os vinte finais do Conde-Duque de Olivares se assimilaram à tirania, à privação de direitos, à exploração implancável a que a tribo do Estado Novo sujeitou Portugal.

25 de Abril foi por isso um novo 1.º de Dezembro de 1640. A história do sofrimento português vai agora escrever-se. Muitos de nós demos dele testemunho pela acção, pela palavra ou pela obra. Mas ninguém até hoje a pôde escrever. E por isso custa-nos por vezes compreender totalmente o ódio acumulado, o desejo de vingança, a sede de liberdade deste povo desprezado, humilhado, incrivelmente alienado, para quem o Estado foi sempre o patrão mais duro e o inimigo mais impiedoso.

Por isso aquela bela, jovem e entusiástica multidão, que com os seus gritos, as suas lágrimas, o seu canto e a sua presença assistiram a uma das mais belas páginas da nossa história e a sagravam popular, ardente, legítima e viva, queriam ver o medo sem limite dos tiranos e o efeito da hora da verdade na face estanhada dos profissionais da mentira.

A serenidade e a elegância das forças armadas sobrepos-se ao crescer justiceiro da multidão. Até um rafeiro policial, perito na pancada aos estudantes e para isso alugado por uma Universidade que à sombra do fascismo perdeu a vergonha, conseguiu proteger-do pelos soldados fugir ao linche vingador e sumário.

A suprema vergonha da raia, essa ficou, naquela triste saída dum homem que a tudo mentiu e tudo traíu. Cuja pusilanimidade o impediu de levar àvante uma só das afirmadas intenções. E que fingindo amar o povo, foi incapaz sequer de governar em nome dele e de nele se apoiar para varrer a feira da canalha que à manjedoura mastigou uma Pátria durante duas gerações. E por isso ficará na História como o exemplo acabado de que a Política não é só cinismo e promessas, mas é, e tem que ser além da própria realização um ideal porque se morre, e um serviço que se cumpre.

«Uma era nova destruíu a rua do costume». Os versos bailavam-me na cabeça e enquanto chorava ao falar do alto da guarita do Carmo àquela multidão minha irmã, minha mãe, um desejo quase irrepremível me assaltou de dizer um poema que dizia melhor que todas as minhas palavras o porquê de tudo aquilo:

Por um país de pedra e vento [duro
Por um país de luz perfeita [e clara
Pelo negro da terra e pelo [branco do muro
Pelos rostos de silêncio e de [paciência
Que a miséria longamente [desenhou
Rente aos ossos com toda [a exactidão
De um longo relatório [irrecusável
E pelos rostos iguais ao sol [e ao vento...
Pela Pátria - somente.

Feita pelo povo e pelos poetas, martirizada pelos homens do poder. A Pátria, naquela hora do Carmo, ressuscitava connosco.

Diante de nós, os rostos de «silêncio e paciência», cantavam a liberdade incrível de poderem cantar. E nas horas do futuro abria-se para nós, o «relatório irrecusável» do sofrimento de Portugal, a história da verdade que é preciso dizer para que a juventude da Revolução de Abril cumpra a promessa que trouxe neste nascer da Pricavera.

SILVA CUNHA E MOREIRA BAPTISTA PASSEIAM NAS RUAS DO FUNCHAL!

Os ex-ministros da Defesa e do Interior passearam ontem pelas ruas do Funchal. Muita gente se espantará (e espantou-se já com certeza na capital da Madeira) com este turismo amável, mas sucedeu. Não pomos em dúvida as fontes: A.N.I. e «O Século». Permitimo-nos estranhar, sim, o evento.

Informação da A.N.I., agência dirigida, entre outros, pelo conhecido comentador televisivo Dutra Faria: «Ao contrário do que chegou a ser anunciado, o almirante Américo Tomás e o prof. Marcelo Caetano» (com «11», que não repetimos) «não se encontram instalados num hotel do Funchal, mas sim no próprio Palácio de S. Lourenço, sede do governo do distrito, enquanto procuram arranjar casa na Ilha da Madeira. Ontem à tarde os antigos ministros Silva Cunha e César Moreira Baptista passearam pelas ruas da cidade, enquanto o Chefe do Estado cessante e o presidente resignatário do Conselho de Ministros permaneceram no Palácio do Governo. A calma é total na Ilha da Madeira, para onde se prevê que venham a residir mais alguns elementos do governo de Marcelo Caetano».

Oferece-se-nos registar o seguinte:

— que a cúpula do regime deposto está alojada, não num hotel, mas no Palácio do Governo;

— que a mesma cúpula procura casa na Madeira;

— que se prevê a funchalização de mais figuras do regime deposto;

— que dois ex-ministros da extrema confiança dessa cúpula não se mantiveram no Palácio do Governo, circulando pelas ruas (já estava registado no primeiro parágrafo, mas ninguém perde em reler).

Impõe-se-nos, outrossim, comentar:

— que achamos demasiada, para as responsabilidades da nova governação do arquipélago, a presença tão próxima da cúpula deposta;

— que não esperávamos a ida a passeio dos ex-ministros Silva Cunha e Moreira Baptista;

— e que o prof. Marcelo Caetano não é, contra o que diz A.N.I., presidente «resignatário» do Conselho de Ministros, pois resignou de facto («resignaram-no»...).

Connosco, estamos certos, interrogam-se neste momento dezenas de milhares de leitores do nosso jornal. Se há razões que a razão desconhece, precisamos de sabê-las: é o mínimo.

MANIFESTAÇÃO NA COVILHÃ —O 1.º DE MAIO FERIADO MUNICIPAL

Na Covilhã, decorreu ontem à tarde a primeira grande manifestação de apoio à Junta de Salvação Nacional e ao Movimento das Forças Armadas.

Na praça, junto ao edifício da Câmara Municipal, milhares de pessoas manifestaram o seu regozijo por ver chegado ao fim o regime que há tanto tempo oprimia o Povo Português. Em todos, a esperança era o sentimento predominante. Esperança, passado o momento em que a emoção quase impediu um reflectir da situação numa vida verdadeiramente digna, sem que o peso da repressão e a limitação das mais fundamentais liberdades mais sejam sentidos.

Entretanto, da varanda dos Paços do Concelho, o presidente da direcção do Sindicato dos Lanifícios proclamava o dia 1.º de Maio feriado municipal dos trabalhadores.

Enquanto decorreu a manifestação não se registou qualquer distúrbio. À importante operação levada a cabo pelas Forças Armadas, soube o povo da Covilhã, como o soube todo o povo português, corresponder com o máximo de civismo.

SAUDAÇÃO MANDADA DE ARGEL POR TRÊS EXILADOS POLÍTICOS

Chegou à nossa redacção o seguinte texto proveniente de Argel:

«Os exilados políticos em Argel, Manuel Alegre, major-aviador José Ervedosa e Fernando Piteira Santos, saudam o Movimento das Forças Armadas pelo seu feito de alto significado histórico — derrubamento do governo fascista de Marcelo Caetano —, criando assim as condições necessárias para a restauração dum regime democrático, pelo qual têm lutado sempre, Argel, 26 de Abril de 1974. Assinado — Manuel Alegre, José Ervedosa, Fernando Piteira Santos».

Segundo apurámos junto de familiares destes exilados, a saudação foi enviada por telefone, com expressa solicitação de que circule o mais possível entre os órgãos de Informação portugueses.

MANIFESTAÇÃO EM ALHANDRA DISPERSADA PELA G. N. R.

ALHANDRA — No Largo Sousa Martins realizou-se esta tarde uma grande manifestação de apoio às Forças Armadas.

Com surpresa geral, uma força da GNR, sob as ordens do comandante de Vila Franca de Xira, dispersou os manifestantes à coronhada. Mesmo assim, os manifestantes permaneceram mas a indignação é geral contra a atitude da G. N. R.

A SEDE DA C. D. E. EM LISBOA

A C. D. E. de Lisboa tem a sua sede a funcionar na Rua Braamcamp, 66, 1.º-D., à Praça Marquês de Pombal.

COMER BACALHAU PODRE OU O CASTIGO EXEMPLAR

Às 9 e 5 desta manhã um telefonema para a nossa Redacção: «Daqui fala um sargento da Marinha. Em primeiro lugar parabéns a vocês, da República! Quero apresentar-lhes uma sugestão: que não se castigue o almirante Tenreiro — apenas se lhe dê a comer bacalhau — o bacalhau que ele deixou apodrecer nos armazéns!».

Sem comentários...

EDMUNDO PERDIZ

MOMENTO

RESPONSABILIDADES

A Junta de Salvação Nacional assumiu responsabilidades que poucos governantes terão tido em toda a evolução do povo português; e com orgulho o fizeram os homens que resolveram pôr termo ao regime de autoritarismo e arbitrariedade de 48 anos. As manifestações espontâneas de todas as terras de Portugal atestam como só a violência implacável conteve a Nação e a impediu de acompanhar os outros povos na caminhada do progresso e em liberdade. À violência de quase meio século responderam as Forças Armadas, interpretando os anseios de uma população sem direitos cívicos e que procuravam manter à margem de quanto verdadeiramente lhe interessa.

Responsabilidade enorme, compreendem-se as dificuldades com que depara a Junta de Salvação Nacional neste momento, assoberbada de mil problemas, protelados uns, ignorados outros e sistematicamente ignorada também a opinião do povo e descurados os seus mais elementares interesses. A Junta de Salvação Nacional terá de ser a intérprete do sentir do povo, porque na hora grave que atravessamos só a comunidade pode decidir quanto lhe diz respeito. Não podemos continuar a pedir apenas obrigações aos cidadãos e deixá-los na ignorância do que se passa e lhes interessa, nem deixar de lhes dar participação nas decisões. As conferências de Imprensa e frequentes comunicações destes dias são indício da consciência que os homens da Junta de Salvação Nacional têm das suas obrigações para com a Nação.

A primeira obrigação do governante é fazer justiça. E é justiça que a colectividade espera dos homens que assumiram o poder, feita ela em espírito de equanimidade, sem atender a classes ou cargos, posições sociais ou políticas. Não pode haver privilegiados. Os homens que extinguiram os tribunais plenários, onde durante dezenas de anos alguns dos mais prestantes cidadãos foram sistematicamente espezinhados, que extinguiram a negregada PIDE, onde milhares e milhares de pessoas foram insultadas, trituradas e algumas mortas, não podem pôr de lado os crimes cometidos contra o povo português. Há que fazer justiça. Não queremos vinganças, mas há que apurar as responsabilidades, sejam elas de quem forem, e tenham ocupado seja que cargos forem. Não se podem distinguir homens que foram instrumentos de tirania, tratando-os de cidadãos prestantes.

Perguntou-se o público o que fora feito dos homens que detinham o poder e, servindo-se de ludíbrios e mentiras, diziam até representar o povo português. Afastados do poder, não podem ser distinguidos, porque têm responsabilidades de que devem dar contas à Nação. Muito menos as autoridades da Madeira os podem estar a receber em palácios e instalá-los como hóspedes de honra, quando eles de nada curaram senão de esmagar os mais elementares direitos do cidadão.

Américo Tomás e Marcelo Caetano, instalados no Palácio de São Lourenço, com as autoridades da Madeira a servirem de caudatários... Como se compreende isto? E o ex-ministro do Interior, como o da Defesa, passeiam suas elegâncias e pesporrências nas ruas do Funchal. Estamos a tirar responsabilidades ou a cair simplesmente num logro?

PONTO CRÍTICO

OS CAMINHOS DA LIBERDADE

Quando, poucos minutos depois da meia-noite de ontem, se abriram os portões da prisão de Caxias e a totalidade dos presos políticos reencontraram a liberdade, para alguns perdida durante dezenas de anos, alguma coisa mudou realmente neste país.

Saturados das mentiras das conversas em família, os portugueses têm agora a oportunidade de conquistar a verdade de uma convivência que constitua os alicerces do seu futuro.

A batalha pela liberdade começou no dia em que o fascismo usurpou o poder. Não podemos esquecer aqueles que, durante a longa noite de cinco décadas, combateram pela libertação com armas desiguais.

ÁLVARO GUERRA

JUSTIÇA IMPERIOSA E INADIÁVEL

Por JOSÉ MAGALHÃES GODINHO

Na sua proclamação, a Junta de Salvação Nacional, firma um contrato com o país, em que assume a obrigação de restituir aos portugueses o direito à sua total cidadania.

Isto é, tem de ser, um passo para a democratização de Portugal, para a concessão do pleno usufruto das liberdades fundamentais e da sua dignidade de homens, a todos os portugueses.

Serenamente, a Junta de Salvação, afirma que restituirá o país à sua liberdade e dignidade e pretende encaminhar com rapidez, e sem interferências que não sejam as da defesa do exercício das liberdades, a Nação para a consciencialização da imperiosa necessidade da participação de todos na coisa pública.

Deverá ser, tem de ser, em expectativa de serena confiança nos direitos que nunca, à custa dos maiores sofrimentos, se cansou de reclamar, e pelos quais sempre lutou e padeceu, que todas, mas todas, as correntes de opinião política da Oposição Democrática terão de encarar a acção e os esforços da Junta.

Mas esta, para manter o direito a essa expectativa, que é uma forma de colaboração, mas que tem de ser vigilante e sem desistências, nem se arredar um palmo das justas reivindicações democráticas de sempre, tem de corresponder ao civismo e ao entusiasmo e aplauso que o Povo lhe dispensou e dispensará, praticando imediatamente, sem vacilações, os actos de justiça, de reparação, de dignificação nacional que se impõem.

Assim, e porque, nem vale a pena gastar tempo a demonstrá-lo, porque pertence ao domínio público, é indispensável que a Junta restitua imediatamente à liberdade, sem quaisquer limitações, todos aqueles que se encontrem nas cadeias dependentes da D. G. S., ou em quaisquer outras, seja a cumprir penas, ou medidas de segurança, impostas em julgamentos dos Tribunais Plenários, ou em quaisquer outros, que tenham sido instruídos na D. G. S. ou na extinta P. I. D. E.; seja por estarem a ser objecto de qualquer investigação por esta Polícia; seja por mera prisão preventiva sem processo algum em instrução, e qualquer que seja o pretenso crime que lhes seja imputado, mandando-se imediatamente, arquivar, por nulos e de nenhuma feição, todos esses processos. Igualmente se deve mandar arquivar, por nulos e de nenhuma feição, todos os processos académicos movidos contra estudantes de qualquer grau de ensino, e os que respeitem a portugueses que se encontrem fora do País, exilados, seja por terem sido condenados, sejam por terem processos pendentes contra eles na Polícia ou mesmo no Tribunal.

E isto, não é mais do que respeitar o direito e fazer justiça pois toda a gente sabe que esses processos não obedeceram nem na sua organização nem no seu julgamento, às regras fundamentais do Direito, nem às liberdades fundamentais proclamadas nas Declarações Universais dos Direitos do Homem, nem aos princípios de humanidade.

Portanto, liberdade imediata para todos os presos, a cumprir pena, ou simplesmente pronunciados ou a serem julgados pelos Plenários Criminais, ou presos para averiguações.

Entrada livre de todos os exilados nas mesmas condições referidas.

Arquivamento imediato por nulos e de nenhum efeito de todos os processos penais em que, seja sob que alegação, se pretenda considerar os arguidos incursos em crimes pretensamente chamados contra a segurança interna ou externa do Estado, quando, afinal, não se trata de mais do que actos praticados no direito legítimo de resistir à violência e à opressão, de expressar, por qualquer forma e em qualquer lugar, pontos de vista sobre os problemas nacionais, de procurar restabelecer a legalidade, as liberdades e um Estado de Direito que não existia, e a que, portanto, era inteiramente lícito, e até patriótico, resistir e reagir.

Será agindo assim que a Junta manterá a confiança necessária do Povo e poderá realizar a obra de pacificação, dignificação e libertação que se impõe. E só assim.

HASTEAR A BANDEIRA NACIONAL

Durante a manhã, vários leitores telefonaram para a nossa Redacção sugerindo que todos os edifícios públicos deveriam hastear a Bandeira Nacional como testemunho do seu regozijo pela vitória das Forças Armadas e pela queda do fascismo em Portugal.

A recomendação é oportuna e certamente o facto de tal ainda se não verificar deve-se a um compreensivo esquecimento no desenrolar veemente dos acontecimentos, em que tudo é urgente e imperioso.

de vez em quando

Milhentas histórias foram já contadas. Milhentas ficarão por contar. Principais personagens de todas elas foram as Forças Armadas (que espantosa interpretação) e este bom (extraordinário) povo de Lisboa, lídimo representante do povo português. Há, porém, uma história que não quero deixar de contar. Sem comentários, simples, com a mesma simplicidade inefável de que ela se revestiu. Eram dezasseis horas do dia 25. O Quartel do Carmo estava cercado, a pouco mais de uma hora da rendição total. Duas centenas de jovens subiram a Rua da Misericórdia, vitoriando o Movimento. À frente, empunhando a Bandeira Nacional, vinha um rapaz franzino cuja idade pouco ultrapassaria os 14 anos. Ao passar em frente da redacção da «República» redobraram de entusiasmo. Seguiram, contornaram o Largo da Misericórdia e preparavam-se para descer a Rua da Trindade. Foi então que apareceram forças da G. N. R., daquelas que estrebucharam até ao último minuto, aproveitando a confusão, pois nessa altura o povo julgava já que tudo estava arrumado. O grupo de manifestantes ficou surpreendido. Das janelas da tipografia uma dezena de tipógrafos e redactores assistiram ao encontro. Os G. N. Rs. sacaram as baionetas e colocaram-nas na ponta das espingardas, apontadas para o grupo. Foi então que o jovem porta-bandeira ajoelhou em frente de um deles e, erguendo na mão direita o símbolo da Pátria, pôs a esquerda sobre o peito e desafiou o opositor mais próximo: «Vá, anda, espeta aqui». A meu lado vi lágrimas em olhos onde há muito se secaram tristezas e alegrias. Abençoadas lágrimas.

V. D.

REGOZIJO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO PORTO

PORTO — Convocadas pelo Movimento Democrático do Porto milhares de pessoas, na sua maioria estudantes e operários, concentraram-se ontem às 15 horas em frente ao quartel general na Praça da Republica, numa manifestação de apoio às Forças Armadas e durante a qual foi entregue uma moção assinada por várias personalidades.

Os manifestantes empunhavam vários cartazes com dísticos contra a guerra colonial, pela liberdade de partidos politicos, pela unidade do povo, apoio ao exército, salarios iguais para mulheres. e entoaram cantigas, slogans entre os quais predominava abaixos à PIDE. A Portuguesa foi entoada várias vezes e após a entrega do manifesto dos democratas foi pedida a comparência da eng.ª Virginia Moura à varanda, do quartel general, tendo esta sido no final transportada aos ombros por entre a multidão que a aplaudia.

O comunicado do movimento democrático do Porto, é o seguinte:

«O Movimento Democrático do Porto, que há longos anos luta em condições difíceis contra o fascismo, manifesta, através dos signatários deste documento, o seu regozijo pelo derrube do governo fascista de Marcelo Caetano, bem expresso, também, nas grandes manifestações populares que desde ontem vêm tendo lugar por todo o País.

Derrube se possível porque, apesar da terrível repressão que se abatia sobre o Povo português, nem por um instante este deixou de afirmar o seu inconformismo e a sua irreprimível ânsia de liberdade. Este anseio não poderia deixar de se manifestar nas Forças Armadas onde o Povo constitui a grande maioria.

Derrube que se situa após o III Congresso da Oposição Democrática no qual milhares de portugueses participaram activamente, Congresso que culminou com a aprovação de uma Declaração Final cuja correcção e justeza impulsionaram o Povo português, durante a campanha política de Outubro, num impetuoso movimento de massas de Norte a Sul do País, em inequívoca demonstração de repúdio da situação política então vigente.

Derrube que surge, também, no momento em que amplas camadas da população, principalmente centenas de milhares de trabalhadores — as maiores vítimas da desenfreada exploração monopolista — lutam, pelas mais variadas formas, contra a carestia da vida, por aumento de salários e liberdades sindicais.

Derrube que surge, inevitavelmente, por oposição a uma guerra colonial que vitimou milhares de portugueses e africanos e comprometeu gravemente a economia nacional.

O programa de acção preconizado pelo Movimento das Forças Armadas coincide, em parte, com os objectivos do Movimento Democrático. Nessa perspectiva é justa a luta comum para a prossecução dos objectivos enunciados nesse programa.

Deste modo estão criadas condições para a instauração efectiva da Democracia em Portugal, Democracia que só será possível com o fim da guerra colonial, mediante negociações políticas com os Movimentos de Libertação das colónias na base do reconhecimento do direito dos Povos à autodeterminação e independência e, ainda, com a libertação de Portugal da tutela monopolista nacional e estrangeira.

Como representante das aspirações mais legítimas do Povo português, consciente da gravidade da situação presente, o Movimento Democrático do Porto apela para que o Povo português, incluindo praças, sargentos e oficiais, garanta, a todo o momento, a progressiva evolução da situação política que determinará a instauração da Democracia em Portugal.

VIVA A LIBERDADE!
VIVA A DEMOCRACIA!»

(Assinam o manifesto vinte personalidades)

ADVERTÊNCIA DA JUNTA A ELEMENTOS DA D. G. S.

Chegou ao conhecimento da Junta de Salvação Nacional que elementos da D. G. S. estão a seguir os vários elementos e núcleos das forças que continuam no cumprimento da sua missão.

Solicita-se a esses elementos que avaliem perfeitamente a situação actual que o País vive e o risco que corre a sua integridade pessoal na continuação de actividades usadas pelo anterior regime. O Movimento já mais de uma vez fez sentir à Nação a sua intenção de que tudo se processe dentro da maior ordem e civismo e de que não hesitará em fazer intervir as forças que a Nação pôs à sua disposição para integral manutenção da ordem.

ELEMENTOS DA EX-PIDE/DGS PRESOS NO PORTO

Tal como em Lisboa, o último reduto a entregar-se às forças militares, no Porto, foi a subdirectoria da P.I.D.E.-D.G.S. Os 68 elementos que ali se encontravam entregaram-se ontem ao tenente-coronel Azeredo Leme e foram transportados sob prisão, para o quartel da Região Militar do Porto. No entanto, e segundo foi noticiado, os elementos da D.G.S. foram largados mais tarde nos campos, próximo da Aldeia Nova, no concelho da Maia

QUEM CENSURAVA OS DISCOS QUE O PÚBLICO OUVIA?

Até Março de 1972, pelo menos em teoria, não existia censura para os trabalhos discográficos. No entanto, era frequente a apreensão de discos e pressão por vezes violenta das autoridades sobre as casas gravadoras e sobre os próprios autores. José Afonso foi, sem dúvida, uma das maiores vítimas deste dispositivo, bem característico do regime que nos dominava.

A partir de Março daquele ano, porém, através duma carta enviada pelo serviço de espectáculos da Secretaria de Estado da Informação e Turismo para as editoras de discos, foi oficiosamente instituída a censura à actividade discográfica.

Os temas desse documento de cuja divulgação nos ocuparemos oportunamente, eram, como é de prever, «pouco» imperativos. Recomendava-se apenas com o civismo que tradicionalmente caracterizava este tipo de manobras o envio de todos os textos para os serviços de fiscalização.

A partir dessa data nunca mais as pessoas ligadas a esta área criativa puderam cantar livremente o que lhes apetecia gravar. Seguiram-se meses inteiros de dúvida, de expectativa. Com as expressões «nada a opor» ou «não é conveniente divulgar» se autorizava ou se proibia inapelavelmente a circulação dos trabalhos.

Ainda em 1972 agentes da PIDE recolheram nas discotecas de todo o país centenas de exemplares de dois álbuns gravados em Paris nesse ano.

Prolongando arbitrariamente o tempo de fiscalização, retardando as decisões finais, cortando em moldes perfeitamente ridículos e deprimentes estrofes inteiras ou simples palavras, a censura discográfica tentou por todos os meios ao seu alcance impedir a circulação de um determinado tipo de textos. Reduziu deste modo a um estendal de metáforas inofensivas o canto participativo que então se praticava em Portugal.

Deste condicionalismo, pelo menos, uma dezena de autores-intérpretes se poderia queixar apresentando provas contundentes.

Embora disfarçada e com a máscara insuportável da recomendação a censura de discos funcionou em termos tão revoltantes como a dos jornais, do cinema, ou do teatro, cerceando uma forma de expressão que sabia cada vez mais interveniente.

Por isso se lançam aqui as bases de um «dossier» no qual se respeitarão cronologias e nomes. É urgente que as pessoas saibam o que se passava nos bastidores daquilo que os seus olhos e ouvidos alcançavam.

J. J. L.

Concerto adiado para hoje

Foi adiado para hoje, às 18 e 30, o concerto da Orquestra Gulbenkian, no Grande Auditório da Fundação, dedicado à Escola Belga de Violino. Será regido pelo maestro Edgar Doneux, fundador e director da Orquestra de Câmara da Radiotelevisão belga. Como solistas, far-se-ão ouvir os violinistas Maurice Raskin, Georges Ectors, Clemens Quatacker e Marcel Debot. No programa figuram obras de Vivaldi, Bach, Vieuxtemps e Poot.

COMÉDIA MUSICAL EM NOVA YORK

NOVA IORQUE — «Mame» é o título de uma comédia musical cuja acção decorre nos anos trinta e que está em rodagem sob a direcção de Gene Salks. A principal intérprete é Lucile Ball.

CARTAZ DO DIA

ALVALADE

METRO — ALVALADE
Telefone 71 74 80
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D . 18 anos
Color By de Luxe
FORA DE SÉRIE!
Dos homens de «Bullitt» e «The French Conneection4 nasce...

O ESQUADRÃO INDOMÁVEL

Com Roy Scheider — Tony Lo Bianco — Larry Haines
A MEIA-NOITE DO ALVALADE HOJE, às 00.15 h. — COLORIDO (Grupo D . 18 anos)
UM MARIDO INFIEL
com Jeain Yanne e Françoise Fabian

APOLO 70

Telefone 76 33 19
Às 15.15 18.30 e 21.45
5.ª SEMANA!
«UM DOS 10 MELHORES FILMES DO ANO!»
Technicolor — Grupo D.18 anos

«AMERICAN GRAFFITI»

de GEORGE LUCAS
NOVA GERAÇÃO
HOJE às 24.00 horas — MEIA-NOITE FANTÁSTICA — Grupo D (18 anos) **«O CAÇADOR DE BRUXAS»** de MICHAEL REEVES com VINCENT PRICE
AMANHÃ às 11.00 horas — MANHÃ INFANTIL — Grupo A (6 anos) **«ASTERIX, O GAULÊS»** DESENHOS ANIMADOS SEGUNDO UDERZO

AVIS

Telefone 4 71 63
Às 15.30, 18.30 e 21.45
Eastmancolor — Grupo D - 18 anos
3.ª SEMANA

MALTESES BURGUESES E ÀS VEZES...

YOLA — ARTUR SEMEDO

BERNA

Telefone 77 60 98
Às 15.15, 18.30 e 21.45
20.ª SEMANA!
Grupo C 14 anos
Technicolor — Todd-ao 35
O filme de NORMAN JEWISON

JESUS CRISTO SUPERSTAR

HOJE às 00.30 horas — O COW-BOY À MEIA-NOITE — Grupo D (18 anos) **«UMA PISTOLA PARA RINGO»** com MONTGOMERY WOOD
AMANHÃ às 11.00 horas — MANHÃ INFANTIL — Grupo A (6 anos) **«A BAÍA DO HOMEM SOLITÁRIO»** com BILL TRAVERS e VIRGINIA McKENNA

CASTIL

Telefone 53 01 94
Às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.45
3.ª SEMANA
Eastmancolor — Grupo D . 18 anos

SEGREDOS PROIBIDOS

JAQUELINE BISSET

CONDES

Telefone 32 25 23
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D - 18 anos
Color By de Luxe
FORA DE SÉRIE!
Dos homens de «Bullitt» e «The French Connection» nasce...

O ESQUADRÃO INDOMÁVEL

Com Roy Scheider — Tony Lo Blanco — Larry Haines

ÉDEN

Telefone 32 07 68
Às 15.30, 18.30 e 21.45
10.ª SEMANA
Eastmancolor — Grupo C . 14 anos
CANTINFLAS

ÀS ORDENS DE VOSSELÊNCIA

ESTÚDIO

Telefone 55 51 34
(Metro — Alameda)
3.ª SEMANA
Às 15.00, 17.00, 19.00 e 00.15
Grupo D 18 anos
A obra-prima de INGMAR BERGMAN

RITUAL

Com INGRID THULIN

ESTÚDIO 444

Telefone 77 90 95
Às 15.30, 18.30 e 21.45
28.ª SEMANA
Eastmancolor — Grupo D 18 anos
BERNARD LE COQ
Maureen Kerwin — Michel Galabro

O PORTEIRO

EUROPA

Telefone 66 10 16
Às 15.15 e 21.30 — Eastmancolor
Grupo C - 14 anos

VÊM AÍ OS CABELUDOS

Dani Michel Galabru — Jean Lefebvre
TARDES INFANTIS às 18 h.
HOJE E AMANHÃ
Grupo A - 6 anos
A SEDUÇÃO DA SELVA
Realização de JOHN TRENT
Margaret Brooks — Louis Gossett

IMPÉRIO

Telefone 55 51 34
Metro — Alameda
Às 15.15, 18.30 e 21.30
2.ª SEMANA
Technicolor — Grupo D . 18 anos
MALCOLM McDOWELL

UM HOMEM DE SORTE

Um filme de LINDSAY ANDERSON

MUNDIAL

Telefone 53 87 43
Às 15.15, 18.30 e 21.45 horas
Colorido — Grupo D . 18 anos
4.ª SEMANA

O NOSSO AMOR DE ONTEM

BARBRA STREISAND
ROBERT REDFORD
Às 00.30 h. — Grupo D 18 anos
Ciclo «SORRISO NA MADRUGADA»
Uma história de médicos, de doentes e de... vítimas «ao ouvido»
UMA CARREIRA SENSACIONAL
Com Albert Sordi — Evelin Stwart Bice Valori

LIDO

Às 15.30 e 21.30 h.
Grupo C . 14 anos

ÀS ORDENS DE VOSSELÊNCIA

O mais recente filme de Cantinflas

CINESTÚDIO LIDO

Às 15.30 h. — G. B - 10 anos
O PEQUENO BANHISTA
Às 18.30 e 21.45 n.

A BALADA DO SOLDADO

O moderno cinema russo que deverá conhecer

LONDRES

Telefone 73 13 13
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Obra admirável, diamante intacto...

HIROSHIMA MEU AMOR

O filme de ALAIN RESNAIS
HOJE, À MEIA-NOITE E QUINZE
Adultos
Um filme de ROBERT ROSSEN
«A VIDA É UM JOGO» com Paul Newman e George C. Scott

MONUMENTAL

Telefone 55 51 51
Às 15.15, 18.15 e 21.30
3.ª SEMANA
Grupo D 18 anos
CLINT EASTWOOD em

HARRY, O DETECTIVE EM ACÇÃO

Panavision Tecnicolor
Às 00.30 h. HOJE
BILHETES À VENDA
Grupo C - 14 anos
ANTE-ESTREIA

ACÇÃO EXECUTIVA

Burt Lancaster — Robert Ryam
COLORIDO

ODEON

Telefone 52 62 83
Às 15.15, 18.15 (p. r.) e 21.30
Grupo D - 18 anos
A última expressão das Artes Marciais

CRUEL VINGADOR

Com Chen Kuan-Tai

PATHÉ

Telefone 82 19 33
(Metro Arroios)
Às 14.15. 16.30 18.45 e 21.45
Colorido — Grupo D (18 anos)
Arramjem-lhe um sarilho e ele arranja-lhes um lindo enterro!

À ESPREITA DO SARILHO

POLITEAMA

Telefone 32 65 05
Às 15.15. 18.15 e 21.45
3.ª SEMANA
Eastmancolor — Grupo A . 6 anos

EUSÉBIO A PANTERA NEGRA

Às 00.30 h. — Grupo D - 18 anos
Ciclo «TERROR À MEIA-NOITE»
HOJE — **TERROR NA CAÇA SUBMARINA** (col.)

ROMA

Telefone 72 77 78
Às 15.30, 18.30 e 21.45
Eastmancolor — Grupo C - 14 anos
Rod Steiger — Rosanna Schiaffino
Rod Taylor — Claude Brassler
Terry Thomas

OS HERÓIS

ROXY

Telefone 4 85 60
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Metro (Anjos)
Grupo D . 18 anos — Colorido
O PESADELO DOS PESADELOS!

A LENDA DA CASA ASSOMBRADA

Pamela Franklin — Roddy McDowal — Gayle Hunnicutt

SÃO JORGE

Telefone 5 41 55 5 41 54
Às 15.15, 18.15 e 21.30
Richard Chamberland — Glenda Jackson

TCHAIKOVSKY, DELÍRIO DE AMOR

O célebre filme de Ken Russell
Grupo D . 18 anos

SATÉLITE

Telefone 56 26 32
6.ª SEMANA
Às 15.30, 18.30 e 21.45
color Grupo D 18 anos
A obra prima de NAGISA OSHIMA

CERIMÓNIA SOLENE

Às 00.15 HOJE—Grupo D - 18 anos
CERIMÓNIA SOLENE

TIVOLI

Telefone 5 05 95
Às 15.15, 18.30 e 21.45
Paul Newman — Robert Redford
Robert Shaw

A GOLPADA

THE STING
Premiado com 7 Oscares, incluindo melhor filme, melhor realizador

VOX

Telefone 72 08 08

ENCERRADO TEMPORARIAMENTE PARA BENEFICIAÇÕES

Na nossa secção de informações úteis (página 22) publicamos o complemento ao cartaz de espectáculos com todos os Teatros e Cinemas de Lisboa e arredores

Colóquios sobre teatro na Sociedade de Autores

A Sociedade Portuguesa de Autores, sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian, vai realizar, na sede deste último organismo, uma série de colóquios subordinados ao título «Realidades e Perspectivas do Teatro em Portugal».

Esses colóquios, em número de seis, terão lugar às 18.30, na Sala 1 da zona dos Congressos da referida Fundação, todas as segundas-feiras, desde 29 de Abril a 3 de Junho, e neles serão abordados problemas respeitantes ao Teatro Profissional, ao Teatro de Amadores, ao Teatro através da Televisão, ao Teatro e à Crítica. Na qualidade de moderadores estarão presentes Luís Francisco Rebelo, Bernardo Santareno, José Palla e Carmo, Miguel Franco, Rogério Bracinha e David Mourão-Ferreira. Entre os intervenientes conta-se desde já, além de outras, com a presença de destacadas figuras do nosso meio teatral como Armando Cortês, Artur Ramos, Carlos Porto, César de Oliveira, Fernanda Lapa, Francisco Nicholson, Herlander Peyroteo, Joaquim Benite, Mário Barradas, Rogério Paulo e Urbano Tavares Rodrigues.

O primeiro colóquio, sobre o Teatro Profissional, na específica modalidade de Teatro Declamado, realizar-se-á segunda-feira, dia 29, à hora indicada, sob a presidência do dr. Luís Francisco Rebelo e com a participação de Armando Cortês e Rogério Paulo.

BOUGUET E A ELECTRÓNICA

PARIS — «L'Epopée du Frigidaire» é o título da película que Francis Leroy começou a rodar. Com Michel Bouquet e Bernard Blier nos protagonistas. Bouquet encarna a figura de um engenheiro de electrotécnia. Esgotado pelo trabalho. Que acaba por perder o emprego e se entregar depois a uma vida de boémia. Errando pelos campos na companhia de um vagabundo de quem se tornou amigo.

voz Off

Os problemas da América Latina continuam a preocupar os intelectuais europeus que de certo modo vêem ali concretizados projecta que eles por seu turno se têm visto forçados a adiar sistematicamente.

Nos últimos anos a atenção da Europa tem-se concentrado nos acontecimentos ocorridos em países como o Uruguai e o Chile. No primeiro caso foi a intensa actividade dos tupamaros que se transformou em importante centro de interesse; no segundo caso a atenção da Europa concentrou-se na ascensão ao Poder do Governo da Unidade Popular de Salvador Allende sendo, por último alertadas pela sua queda em 1973, em consequência de um golpe militar encabeçado pelo general Augusto Pinochet.

Sobre o Chile caiu aquilo a que Regis Debray conhecedor profundo da realidade política sul-americana, chamou com propriedade, a «grande noite fascista»; a grande treva e desespero que habitualmente se sucedem aos golpes militares.

A estas «falsas alternativas», como diz Debray é urgente opôr, em confronto claro e frontal a evidência dos documentos, das palavras vivas, das imagens reais. Se tal não acontecer essas «falsas alternativas» continuarão a mascarar-se com a «legitimidade» da força e a receber o apoio, umas vezes velado outras vezes descarado de quantos, as condenaram à luz de princípios que há muito se esqueceram de respeitar.

Em Paris, neste momento, encontram-se ainda em exibição, segundo cremos, dois filmes que contêm elementos fundamentais sobre os dois aspectos da realidade sul-americana, atrás referidas.

São eles: «Septembre Chilien» de Bruno Mael e Theo Robichet e «Tupamaros» de Jan Lindquist.

Estas duas curtas-metragens de grande valor documental foram realizadas «por dentro dos acontecimentos», correndo voluntariamente os seus autores todos os riscos inerentes a cada uma das situações que quizeram filmar.

Muel e Robichet viveram em Santiago do Chile e noutras cidades o pesadelo do golpe militar arriscando-se diariamente a morrer com as mesmas balas que mataram milhares de cidadãos chilenos. Mas Muel e Robichet não recuaram perante o risco evidente. A sua «câmera» militante esteve no Chile para contar na Europa aquilo que os europeus de outro modo não teriam possibilidade de ver.

Pablo Neruda, vivendo na sua pátria momentos de grande dignidade e consagração e Isabel Allende tratando seu pai por «camarada Allende» são algumas das figuras que aparecem no importante filme de Lindquist.

Lindquist, por seu turno esteve no Uruguai onde se encontram milhares de prisioneiros chilenos com os «Tupamaros». No filme revela-se a trajectória desta organização revolucionária de há dez anos a esta parte.

Tanto Lindquist como a dupla Mel-Robichet provaram como já outros o têm feito com idêntica eficácia que o cinema pode ser um instrumento decisivo para despertar do tempo (em) que vivemos.

Bom seria que o exemplo frutificasse

JOSÉ JORGE LETRIA

TVER E CONTAR

O CHÃO SALGADO

O sangue no passeio. A câmara a olhá-lo com vagar. A voz de Balsinha a evocar as vítimas, a denunciar o crime. Mais tarde, o inquérito na rua. Não para fazer perguntinhas fúteis sobre coisinhas de nada, mas para falar do que de mais importante nos está a acontecer a todos. E as imagens da alegria do povo, do despertar magnífico de gente que ainda mantinha uma tão grande capacidade para acordar depois de quarenta e oito anos de metódica cloroformização quotidiana E a confraternização profunda (e até há dois dias ainda impensável) da população com os soldados deste País.

Tudo imagens de uma televisão em que já se reconhece uma Televisão Portuguesa. Mas de uma televisão, é claro, onde tudo está por fazer. Talvez melhor: de uma televisão onde tudo está desfeito, pois dela cuidadosamente foram extirpadas, ao longo do tempo, todas as veleidades de dignidade. É sabido que a R.T.P. tem sido uma estufa onde amorosamente se estimulavam os vícios, a lisonja, a subserviência, a cobardia, a denúncia. Onde foram punidos a dignidade profissional, o brio, a a verticalidade. Com excepções? É claro que há sempre excepções. Há sempre o trabalhador competente e digno que, apesar de o ser, não foi esmagado. Há sempre o sujeito de todo incapaz, tolo e sem espinha dorsal que, embora com tudo isto, não conseguiu uma carreira de êxitos.

As excepções, porém, não impedem que a RTP tenha sido, durante catorze anos, uma destruidora de capacidades. Uma espécie de chão salgado onde nem a erva podia crescer. Por isso não espanta que, agora, os homens que saiem para a rua a entrevistar o povo não evidenciem as qualidades que uma rodagem inteligente lhes teria ensinado. Que não tenham o sentido do essencial. Que não saibam agir com a desenvoltura que decorre do hábito de ser livre. Por isso não espanta que um locutor profissional se refira às realidades de hoje com a mesma verbosidade arrebicada, balofa, enjoativa, com que ainda há pouco tempo se referia aos mitos mentirosos e repugnantes que a R.T.P. nos propunha.

Por isso, a par da alegria que esta nova Televisão nos traz, vem-nos também o sentimento de como é tremenda a tarefa de fazer uma TV, não apenas a partir do zero, mas de valores negativos. De defeitos gravíssimos que se tornaram tiques «naturais», de erros que passaram a ser rotina aparentemente inevitável. Para já, propomos uma alteração que será sobretudo simbólica: a do regresso do Telejornal ao clima informal do dia 25, com rejeição do figurino engomado que ontem voltou. Por ser engomado, decerto, e porque fornece ao público uma imagem demasiado semelhante ao Telejornal anterior. Ao Telejornal da Mentira que é preciso banir para sempre. Até nos seus aspectos apenas formais.

CORREIA DA FONSECA

AS CONSEQUÊNCIAS

PARIS — Yvon Lagrange começou a rodar um filme que é uma «variação sobre a guerra», mostrando as suas consequências «através da vida de alguns seres». Brigitte Ariel e o próprio Lagrange interpretam os principais papéis.

DIRIGIU PICCOLI BERLANGA

PARIS — O filme de Luís Berlanga, «Life Size», com Michel Piccoli no principal papel, será apresentado na França, com o título «Grandeza Nature».

COMÉDIA MUSICAL À ESPANHOLA

MADRID — A comédia de Roberto Romero, «Acelgas com Champan», foi transposta para o Cinema, sob a forma de comédia musical. Com o título «Mi hijo no es lo que parece», o realizador Angelino Fons trabalhou sobre um guião de Lazaro Irazabal e Carlos Pomares, com música de García Segura. No elenco figuram os nomes de Célia Gomez, Esperança Roy, Jorge Lago, Milagros Leal, José Sazatornil e Manuel Summers, entre outros

AO POVO

(Continuado da 1.ª pág.)

os excessos de alguns podem bem prejudicar a justiça que tem de ser de todos e para todos. Por exemplo, na Rua da Misericórdia assistimos ontem a ataques aos arquivos da Comissão de Censura, à Acção Nacional Popular e ao jornal «Época». À parte se clamar contra pessoas que, muitas vezes não são as mais responsáveis, não é de admitir que se destruam instalações e se rasguem ou atirem à rua documentos que podem ser essenciais para a verdadeira justiça que o povo reclama e que tem de ser feita.

Nada de destruições; e não vá o arbítrio incontrolado da multidão atirar fora e destruir elementos para fazer justiça implacável ao arbítrio tirânico da camarilha que durante meio século dispôs do País como de uma coutada.

«O GOLPE MILITAR EM PORTUGAL TRARÁ LIBERDADE PARA O POVO»

— afirmou o prof. Rui Gomes no Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO, 26 (R.) — «O golpe militar em Portugal trará liberdade para o povo» — declarou o prof. Rui Gomes, do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Recife, expulso de Portugal em 1958. O prof. Rui Gomes foi candidato à presidência da República, em 1951, pelo Movimento Nacional Democrático.

Referindo-se ao movimento militar que derrubou Marcelo Caetano, o prof. Rui Gomes disse que trará «o início de um processo de liberdade para os portugueses e para as colónias».

O capitão João Sarmento Pimentel, talvez o mais antigo exilado português no Brasil e que conta actualmente 88 anos, manifestou a sua satisfação pelos factos ocorridos ontem em Lisboa.

O presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, dr. António Gomes da Costa, exprimiu a sua confiança em que os homens que fizeram a rebelião em Portugal visem servir a Pátria».

O secretário-geral do Centro Português de Ultramar, Fernando da Costa, recebeu com satisfação a subida ao poder do general António de Spínola. «Um militar ilustre que saberá tratar a questão das províncias com a flexibilidade que ela exige».

O embaixador de Portugal no Brasil, dr. José Hermano Saraiva, falou à colónia portuguesa através da rádio e da televisão, afirmando que «o processo que o país atravessa é pacífico, sem violências, e representa um caminho em busca da solução dos seus problemas». O dr. Hermano Saraiva acrescentou não ter recebido ainda nenhum comunicado de Portugal.

O «Jornal do Brasil» publica hoje diversas telefotos dos acontecimentos de ontem em Lisboa, apresentando a toda a largura da primeira página o seguinte título: «Junta controla Portugal e anuncia Constituinte».

A segunda página é encabeçada pela frase «Militares acabam salazarismo», dedicando o jornal quatro páginas ao movimento das Forças Armadas portuguesas.

O seu principal editorial, intitulado «Brasil-Portugal», advoga o pronto reconhecimento do novo Governo, afirmando que «o movimento militar e político que encerrou, em Portugal, o Governo do primeiro-ministro Marcelo Caetano, foi o reconhecimento, de facto, de que a opinião pública portuguesa exigia caminhos novos para o país, que há treze anos se exauria numa guerra inglória».

A terminar o editorialista escreve que o movimento foi rápido, e praticamente incruento, o que é a marca das acções que surgem apoiadas no consenso popular.

Grande título em «A Notícia»: «Spínola: é o fim da ditadura em Portugal». «A Notícia» foi o jornal que ontem acompanhou o Movimento das Forças Armadas, saindo para a rua em três edições. A primeira dava notícia do movimento. A segunda anunciava que as Forças Armadas dominavam. E a última relativa à queda de Marcello Caetano e Américo Tomás., bem como à instalação da Junta de Salvação Nacional.

CONTINUAM À SOLTA (E ARMADOS) MAIS DE DOIS MIL AGENTES DA EXTINTA PIDE-DGS

Estão avaliados em mais de três mil agentes da extinta PIDE-DGS. Nos últimos dias foram presos cerca de 600.

Apenas 600, o que significa que mais de 2000 estão em liberdade.

Trata-se de indivíduos altamente perigosos e, a partir de agora, não só para a integridade e liberdade das pessoas que, num regime opressivo, tinham a coragem de lutar por um Portugal melhor. Agora são sobretudo perigosos porque irão tentar sabotar, de todas as maneiras, o programa da Junta de Salvação Nacional. Urge identificá-los e denunciá-los. Eles sempre foram e continuam a ser inimigos do Povo Português. Foram eles que ajudaram a manter o regime de Salazar e Marcelo Caetano.

Urge identificá-los. Cuidado, porém, porque andam armados!

Alerta-se também a população para a existência de milhares de informadores que completavam a rede da polícia política.

Não se trata só de um legítimo ajuste de contas, mas de preservar uma liberdade que tanto tempo demorou a conquistar.

A J. S. N. REUNIU-SE NO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

A Junta de Salvação Nacional, a que preside o general António de Spínola, esteve reunida durante toda a manhã, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, à Cova da Moura.

No entanto, nada foi divulgado sobre os assuntos debatidos na reunião. Um oficial subalterno limitou-se a dizer aos jornalistas, à porta-de-armas, que tinha ordens rigorosas a cumprir quanto às entradas.

A Junta de Salvação Nacional instalou-se no Ministério da Defesa Nacional, ontem, a partir do princípio da tarde. Anteriormente, o «quartel-general» da Junta funcionara no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha.

O primeiro elemento da Junta a chegar foi o general Costa Gomes, vindo da sua residência na Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 121: eram 15 e 55. Às 16 e 6, entrava o capitão-de-mar-e-guerra Rosa Coutinho e às 16 e 25, o general António de Spínola.

ANTIGO INSPECTOR DA P. I. D. E. NOMEADO DIRECTOR-GERAL DE SEGURANÇA

Foi nomeado, pela Junta de Salvação Nacional, como director-geral de Segurança, o antigo inspector da Pide, Rogério Coelho Dias.

Cerca das onze da manhã, parou em frente à porta de entrada da antiga Pide-DGS um automóvel Citroen preto, com um civil a conduzi-lo. Foi esta circunstância que nos deu a possibilidade de conhecermos a notícia. Com efeito, após uma troca de impressões que decorria de forma estranha — o indivíduo em questão recusava-se a responder a qualquer espécie de pergunta — conseguimos, a muito custo saber que se tratava de Joaquim Sá da Silva, antigo agente da Pide.

A todas as perguntas dizia que não tinha autorização para responder. Preguntámos-lhe quem é que poderia dar-lha continuou a responder que não tinha autorização para responder, e que só o faria com autorização do seu superior. Continuámos esta conversa maluca, sem chegarmos a qualquer espécie de entendimento.

Entretanto, sai das instalações da Pide um outro civil. O indivíduo que interrogávamos abre, lesto e servil, a porta traseira do Citroen, dirigindo-se imediatamente para o volante e arrancando, perante a surpresa geral dos fuzileiros que assistiam a esta louca entrevista. E de nós próprios. Retomando o sangue-frio, todos gritámos para que o carro fosse detido. Metros à frente, antes de atingir a curva da Rua António Maria Cardoso com a Rua Vítor Cordon, um cordão de fuzileiros impediu-lhe a passagem. Um oficial dirige-se ao indivíduo que estava no banco de trás e pede-lhe a identificação. Acto contínuo puxou de uma credencial da Junta de Salvação Nacional que dizia ter sido nomeado para director-geral de Segurança, Rogério Coelho Dias, antigo inspector da Pide.

ELEMENTOS DA P.S.P. DO PORTO DISPARARAM SOBRE MANIFESTANTES

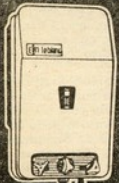
PORTO, 27 — Elementos da P. S. P. da esquadra da Rua do Paraíso dispararam sobre um grupo de manifestantes, ferindo vários deles.

O incidente ocorreu ontem à noite, quando um grupo numeroso, ao passar junto daquela esquadra, que se encontrava encerrada, pontapeou a porta tendo elementos da PSP respondido com uma rajada de metralhadora.

O incidente deu origem a que fosse chamado imediatamente ao Quartel-General o comandante da esquadra, a quem foram dadas instruções para mudar de métodos.

Os tiros disparados pela P. S. P. feriram António Maria Soares Nogueira, de 22 anos, aspirante de Finanças e Raimundo Gomes da Silva, de 15 anos. Outras pessoas receberam tratamento no hospital e regressaram a casa.

Demitido o comandante da P.S.P. do Porto

PORTO — Foi demitido esta manhã das suas funções o coronel Santos Junior, comandante da P. S. P. do Porto.

INTACTOS OS ARQUIVOS DA D. G. S.

Foi longo, extraordinariamente longo o tempo de espera até que transferissem os elementos da Direcção-Geral de Segurança detidos no edifício da Rua António Maria Cardoso, para o Forte de Caxias.

Longo para a multidão que, praticamente, cercava o edifício, espalhada pelas ruas próximas, à distância imposta pelas Forças Armadas. Pessoas que se manifestavam com gritos de vitória, apupos, assobios, cânticos. Milhares de pessoas que aguentaram firme a chuva forte que caiu parte da tarde. Queriam testemunhar a passagem, sob prisão, aos pides que ensombraram durante décadas, a sua dignidade de homens, impedidos de se exprimir, de pensar, forçosamente desabituados da acção.

Um popular entusiasmado, gritou para a mulher que o moderava: «Pelo menos, deixa-me falar hoje». O medo abandonou o ânimo dos portugueses. O medo que parecia ter transformado a maioria numa população castrada. Finalmente, desde anteontem, por todo o dia e noite de ontem, pela madrugada de hoje, homens e mulheres livres passearam nas ruas a cantar a sua alegria. Finalmente, em Abril, Portugal teve o seu 14 de Julho.

A sede do Sindicato dos Jornalistas desempenhou papel importante na rendição de cerca de duas centenas de agentes da «ex-Pide-D.G.S.» entrincheirados no edifício da Rua António Maria Cardoso.

Foi a população que sentiu a imperiosa necessidade de tomar de assalto o edifício que, nos últimos 40 anos, serviu de cenário aos mais degradantes interrogatórios, às mais infames torturas praticadas contra cidadãos cujo único crime era amar Portugal e o mandou a operação, conver- para que lhes fosse restituída a dignidade e grandeza, garroteada pela ditadura de Salazar, prolongada no Governo de Marcelo Caetano.

Foi perto da meia-noite que elementos da população manifestaram junto das Forças Armadas, instaladas no quartel do Carmo, de que era perigoso continuar sem dominar a sede da Polícia política. A confirmar esta advertência, elementos da Pide-D. G. S. viriam a disparar rajadas de metralhadora sobre um numeroso grupo de populares que desfilou junto à sede daquela corporação, quando percorriam a baixa da cidade manifestando o seu apoio às forças triunfantes, acabando por provocar três mortos.

Perante a insistência do Povo, foram então destacados 30 militares para aquele local, os quais acabaram por mandar buscar reforços.

A D.G.S. RENDEU-SE

Cerca das 2 e 30, alguns jornalistas portugueses presentes lembraram-se de que o edifício não estava a ser cercado e que a Rua Duque de Bragança estava desguarnecida, lembrando que das traseiras do seu Sindicato se dominava perfeitamente as traseiras da Pide.

Quinze soldados, comandados por um sargento e acompanhados por alguns jornalistas dirigiram-se então para a sede do Sindicato, arrombando as portas e colocando-se em posição de sentinela.

Segundo informações não confirmadas, elementos da D. G. S. teriam então feito saber que não compreendiam os motivos do cerco, visto já terem falado com o general Spínola e serem uma força como qualquer outra, estando a sua situação já regulada, o que não era verdade.

O certo é que, pelas 7 horas da manhã, a tropa ameaçou que assaltava o edifício se os elementos lá entrincheirados se não rendessem. De uma janela das traseiras, o inspector Coelho Dias e outro Pide não identificado anunciou que estavam dispostos a entregar-se e que as portas do edifício se encontravam abertas. Foi o sargento Santos que tomou conhecimento deste propósito.

Estes dois elementos saíram então do edifício para falar com o major de cavalaria Campos de Andrada, que comandoou a operação, confirmando a rendição. As conversações começaram às 8 e 15. Às 8 e 45 a D. G. S. rendeu-se.

As tropas que participaram na operação pertenciam aos regimentos de Infantaria 1, Cavalaria 7 e Fuzileiros Navais. Foi o exército que primeiro cercou a sede da Pide-D. G. S. As Forças Armadas foram os primeiros elementos a entrar no edifício comandadas pelo major Campos de Andrada, tenente Vargas dos Fuzileiros e capitão-tenente Costa Correia.

A ACÇÃO EXEMPLAR

Durante todo o dia de ontem o acesso à Rua António Maria Cardoso esteve controlado pelas Forças Armadas. Só os jornalistas podiam chegar junto do edifício da D. G. S. A caminhada do redactor da «República» até à Rua António Maria Cardoso foi feita com manifestações de apoio e carinho das Forças Armadas, postadas principalmente e em círculo na Praça Luís de Camões e fazendo barreira nas embocaduras das ruas da zona.

Os nossos soldados merecem pela acção, pelo aprumo, pela cordialidade com que trataram a população e especialmente os jornalistas, os mais veementes elogios. Revelaram uma coragem e dignidade cívica para lá de toda a possível expectativa. Foram excepcionais e é preciso registá-lo. Nas conversas com os jornalistas revelaram que sabiam o que estavam a fazer e porque estavam a fazer. Não eram tropas simplesmente a cumprir ordens, mas inteiramente empenhados num objectivo definido, determinado pelos comandos, mas que era seu.

O major Campos Andrada durante todo o dia de ontem esteve sempre, com um sorriso nos lábios, disposto a responder aos jornalistas.

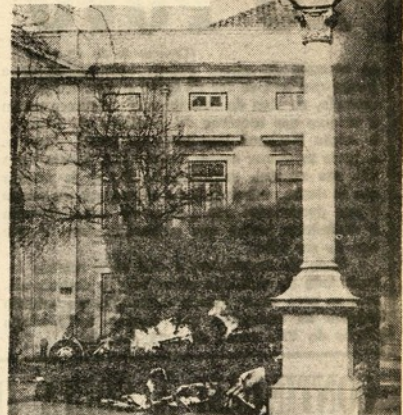
Ao repórter da «República» confirmou que os arquivos da Pide estavam intactos. *Não destruíram nada durante a noite.* E apontando para o bolso do blusão: «As chaves do arquivo estão aqui.»

Fez piada a propósito do seu nome. *Verifiquei que a família Andrada estava catalogada no ficheiro em Andrade. A ficha dizia: veja-se Andrada.*

Constava que havia papéis queimados na cave, mas o referido major desmentiu tal facto. Acrescentou que não destruiram nem arquivo nem biblioteca. O edifício e a sua central telefónica estavam completamente controlados. Admitiu logo de manhã que os Pides detidos viriam para Caxias.

AGENTES DA D.G.S. À JANELA

Verificaram-se certas dúvidas durante todo o dia de ontem quanto ao número de agentes da ex-Pide-Direcção-Geral de Segurança que se encontravam detidos. Falava-se de 150 a 400. Num ponto as informações coincidiam: que estavam detidos em três salas, segundo a categoria. «Parecem galinhas», afirmou um soldado, e outro acrescentou: «O Silva Pais nem tugiu».

Durante toda a manhã julgou-se eminente a transferência, mas o tempo passava sem que nada aparentemente acontecesse. As tropas, em cima dos camiões, ou espalhadas pela rua, mostravam-se descontraídas. Foi dado o alarme, durante a manhã, de que havia Pides escondidos no edifício, onde está instalada a «Calena — projectos e construtores», que em tempos esteve alugado à D. G. S. Tal facto não se confirmou, depois de efectuada uma busca pela tropa.

A multidão que ontem se manifestou no Largo da Misericórdia lançou fogo ao automóvel de três agentes da ex-PIDE/DGS que foram reconhecidos e que as Forças Armadas tiveram de levar num «Chaimite»

Faltavam 25 minutos para a uma hora quando começaram a chegar à António Maria Cardoso carros com canhões sem recuo da Escola Prática de Infantaria.

Os jornalistas não arredavam pé em frente ao edifício da D. G. S. Puderam assim ver que a uma das janelas assomou o ex-director da cadeia de Caxias, Gomes da Silva e um outro Pide que disseram ser o Saqueti, mas parece ter havido confusão.

O tempo a partir de então começou a arrastar-se. O cansaço e a fome a ser comum aos soldados e jornalistas. As notícias que iam chegando eram um derivativo para uma espera tensa.

O comandante Santos, que não está no activo, mas teve acesso ao edifício, contou-nos que o comandante Correia da Costa mandou que fosse o Silva Pais a retirar pessoalmente o retrato de Salazar da parede, coisa que ele fez, tendo de subir a um escadote para chegar ao quadro.

Efectuadas buscas sumárias — parecem ser necessários pelo menos quatro dias para descobrir todos os segredos deste tristemente histórico edifício — foi encontrado um autêntico arsenal de material bélico.

MILITARES NO EDIFÍCIO

Pelas 13 horas, os Jornalistas foram afastados para cerca de 50 metros do edifício.

Entretanto, foram distribuídas rações individuais de campanha pelos militares, que acabaram por ser distribuídas pelos jornalistas, que confraternizaram com os soldados.

O sargento Miranda, cerca das 14 horas, pediu aos jornalistas para se manterem a determinada distância, comprometendo-se a avisá-los da saída dos Pides cinco minutos antes.

Às duas e trinta apareceu finalmente o sol, mas por pouco tempo.

Quando, às 16 e 30, um pelotão de militares se dirigiu para a sede da D. G. S. com cobertores debaixo do braço, para ali dormirem, começou a correr o boato de que a transferência se não daria enquanto fosse dia, por causa da multidão, cuja indignação contra aquela sinistra corporação poderia ser difícil de controlar.

Pelas 18 e 30, um pelotão das Forças Armadas abandonou a R. António Maria Cardoso e dirigiu-se para as imediações do Governo Civil, que cercou. Pouco antes, a Polícia de choque, apupada pela multidão que lhe atirava pedras, fez uma descarga de metralhadora para o chão, atingindo por ricochete uma jovem. Constava então, em António Maria Cardoso, que um polícia teria sido morto pelas Forças Armadas.

Uma auto-metralhadora fora colocada pouco antes à entrada da rua com o canhão voltado para o edifício da Direcção-Geral de Segurança.

Alguns dos carros pertencentes a elementos desta corporação apresentavam buracos feitos pelas balas que tinham sido disparadas pelos agentes refugiados na sede. A maior parte foram registados.

A Rua António Maria Cardoso conservava, ainda fresco, as manchas do sangue derramado por dois jovens, assassinados pela odiosa polícia política, na sua última acção defensiva. Abandonados, junto das poças alastradas de sangue, estavam uma soca de mulher e um sapato de homem.

TRAGÉDIA E GLÓRIA DAS GERAÇÕES

A ditadura de mais de 40 anos «devorou» sucessivas gerações martirizando-as e frustrando-as. E preparava-se para «devorar» a de hoje!

Morreram dentro dela os homens que fizeram a República, morreram muitos dos seus filhos e netos, mas morreram todos firmes na cidadela das liberdades públicas, alguns em condições da mais completa miséria. Não me esqueço, exemplificadamente, que foram amigos os que custearam as despesas do funeral de Domingos Pereira, que fora Presidente do Ministério e da Câmara dos Deputados e ministro em várias pastas. Muitos, também, entre esses, sofreram as inclemências da deportação, dos longos exílios, das prisões e das sevícias. Demitidos discricionariamente, outros tantos tiveram que se lançar ao trabalho, por vezes duro, para sobreviver.

Outras gerações se sucederam, penando nos campos de concentração de Timor, do Tarrafal e de outros climas premeditadamente escolhidos para os abater. A repressão caiu desalmadamente sobre a juventude escolar, na hora em que se anunciava uma reforma da educação, expressa, sim, nas violências dos gorilas e da polícia que, sem contemplação, os abatia ou os deixavam fisicamente em situação deplorável. Escritores e artistas, sem nunca se renderem, desafiaram as intempéries, procurando entregar, com dificuldade, as viris mensagens da sua inconformidade. Trabalhadores de todos os ramos de actividade aumentaram a lista dos sacrifícios, espingardeados, torturados, submetidos os seus Sindicatos à verticalidade policial. No Ultramar, milhares de rapazes de todas as cores pagaram o preço da inépcia e da incúria governamentais. Por todas as estradas do mundo milhares de jovens inconformados procuraram a liberdade, recusando-se a comparticipar numa guerra condenada. Todo um povo, nas catacumbas, aguardou a hora da redenção, à semelhança dos seus companheiros dos fascismos europeus e asiático, expresso na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler e no Japão de Tojo.

Quando um dia se escrever a história portuguesa dos segregados e exilados, fora e dentro da sua Pátria, a Resistência Democrática dos portugueses será uma bela e imorredoura elegia. Foi esta a tragédia.

Mas a glória é esta substância viva de todas as gerações, substância tantas vezes sangrenta — o testemunho que nos foi passado e que vamos honrar, vivamente, como é nosso dever, construindo uma Democracia moderna, actualizada e progressiva.

Tenhamos uma palavra de saudade e de respeito pelos que ficaram pelo caminho. Mas a vida lançou-nos o apelo decisivo. Certamente estaremos à altura de sermos dignos do exemplo que nos foi legado!

Viva a República!

VASCO DA GAMA FERNANDES

A alegria nas ruas de Lisboa — a verdadeira, a autêntica alegria

REFORMULAÇÃO DA VIDA PORTUGUESA A TODOS OS NIVEIS PROPÕE A SEDES NUM COMUNICADO

Da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) recebemos o seguinte comunicado:

«Num momento de tão alto significado para o País, a SEDES — Associação para o Desenvolvimento Económico e Social entende tornar público o seu apoio às acções do Movimento das Forças Armadas tendentes à instauração de um regime Democrático que devolva ao Povo Português todos os direitos de cidadania, e partilha das esperanças agora nascidas.

A acção libertadora levada a cabo vem com efeito tornar possível a construção participada do futuro do País.

Tais objectivos, na verdade, só poderão ser prosseguidos se, desde já, forem realizadas as seguintes condições:

— Assegurar a todos os cidadãos os direitos, liberdades e garantias fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem;

— Garantir as condições do regresso de todos os exilados por motivos políticos;

— Promover o completo esclarecimento das arbitrariedades, crimes e abusos de poder cometidos na vigência do regime derrubado;

— Garantir a completa informação sobre o verdadeiro estado do país, nomeadamente quanto à situação político-militar no Ultramar e criar as condições para o efectivo exercício do direito à auto-determinação dos seus povos;

— Adoptar medidas drásticas de combate à inflação, incluindo as de natureza fiscal, financeira, de crédito e de intervenção directa nos preços e no abastecimento público;

— Promover as actividades produtivas básicas em ordem à satisfação do direito ao trabalho;

— Fomentar o associativismo de base, democratizar as autarquias locais e impulsionar a dinamização da vida regional;

— Abolir a actual estrutura corporativa e garantir as liberdades sindicais;

— Garantir os direitos de toda a população em matéria de salário mínimo, segurança social, habitação, educação e saúde.

Há um País a recriar. Impõe-se uma profunda reformulação da vida portuguesa a todos os níveis, dotando a nossa sociedade com instituições democráticas, que assegurem a participação de todos os portugueses na vida colectiva e restituam à administração pública uma perdida dignidade e a indispensável eficácia.

Legitimando assim o exercício da autoridade por indiscutivelmente posta ao serviço do país, afastadas as provocações que não deixarão de aparecer, tornar-se-á irreversível, o caminho de democracia e liberdade que todos queremos iniciar.

Perante as perspectivas abertas, exige-se, mais do que nunca, a objectividade do espírito cívico dos portugueses e toda a plenitude de um povo que quer e terá que assumir o seu destino.

O CONSELHO COORDENADOR»

Do Exército para a Democracia

ARMANDO BACELAR

O factor mais empolgante na acção do Movimento das Forças Armadas foi sem dúvida a maturidade política que ele revelou existir nos quadros médios do Exército.

É certo que estes muito aprenderam com as duras lições da realidade e ao contacto directo com a mascára hedionda do fascismo.

E que foi o plano inclinado pelo qual, em progressão geométrica, o regime deposto fez resvalar o país para uma das maiores crises da sua história que cimentou essa maturidade e constituiu uma unanimidade que tornou possível um movimento generalizado e conduzido com um tecnicismo e uma eficiência ímpares.

Mas não é menos certo que essa maturidade e unanimidade foram também o fruto de diversos factores convergentes na luta democrática e popular, que há que pôr em destaque.

Antes do mais, a luta da juventude, principalmente a escolar e universitária. Os quadros médios do Exército são já vindos do seio dessa juventude que, sobretudo a partir de 1962, resistiu em massa ao fascismo e o atacou em massa por todas as formas, dando nessa luta o penhor duma mudança radical e inelutável de rumo.

E, em segundo lugar, mas não menos importante, a luta dos democratas, os grandes movimentos de sacrifício, de ofensiva e de consciencialização desencadeados civicamente ao longo destes anos dificílimos de terrorismo governamental.

Nos debates do recente Congresso da Oposição Democrática em Aveiro tive com um querido companheiro e amigo do nosso comum ideal socialista um afrontamento público em que ele duvidava da capacidade auto-regeneradora das Forças Armadas e eu a defendi recentemente, à luz de exemplos passados e de confiança, apesar das aparências e da corrupção ao mais alto nível.

O movimento que acaba de sair vitorioso confirmou plenamente essa confiança.

Porém a revolução apenas começa. O essencial está para vir — a construção duma Democracia que extirpe até às raízes, na vida nacional e nos espíritos, o escalracho do fascismo.

Grandes tarefas nos esperam. Saibamos ser dignos delas, com a firmeza, com a consciência e serenidade indispensáveis para enfrentarmos a negra herança ditatorial pelos caminhos da edificação dum futuro digno da Pátria, que são os caminhos da Unidade, da Responsabilidade, da Democracia e do Socialismo.

FALECIMENTO NO HOSPITAL DA ESTRELA

Pouco depois das 15 horas de ontem chegou ao Hospital Militar da Estrela, onde morreria quase imediatamente, o sr. Manuel Cândido Martins da Costa, que aparentava à roda de 40 anos.

Segundo apurámos junto de uma fonte interna, foi a P. S. P. que transportou a vítima para a Estrela — desde as imediações da sede da extinta Pide-D.G.S., onde teria sido atingido por um tiro disparado de muito perto.

«SOU PELA DESCOLONIZAÇÃO E CONTRA A GUERRA SEM QUAISQUER AMBIGUIDADES»

— afirmação de Mário Soares, em entrevista concedida ao nosso camarada de redacção Mário Mesquita

Mário Soares falando, em 1972, ao nosso camarada de redacção: «A experiência Caetano esgotou-se: o Presidente do Conselho cada vez mais repetirá Salazar! Como professor, tenho de Marcelo Caetano boas recordações. Sem qualquer dúvida, considero-o muito melhor professor do que político.» (Foto de Isabel Soares)

Mário Soares, o nosso entrevistado de hoje, é secretário-geral do Partido Socialista, foi doze vezes detido pela P. I. D. E., até que o dr. Salazar farto de o mandar prender, decidiu deportá-lo para os trópicos (S. Tomé), em Março de 1968, por tempo indeterminado.

Entretanto, o governante de Santa Comba caiu de uma cadeira no forte de Santo António do Estoril, onde veraneava, com as consequências que se conhecem. Depois, foi convidado a formar governo o delfim do regime, sr. Marcelo Caetano.

Caetano chegou, viu, sorriu e liberalizou, ou pelo menos fez que liberalizava. Mário Soares regressou a Lisboa, em Novembro de 1968. Mas seria sol de pouca dura. O presidente do conselho entrou numa fase de inquietante apatia: sorria menos e não liberalizava nada. E, em consequência de declarações proferidas em Nova Iorque, no mês de Abril de 1970, retomou o caminho do exílio, desta vez em França.

Olof Palme português, como se poderia ter pensado em 1969, durante a experiência da CEUD? Ou antes François Mitterrand como se poderá deduzir do acordo entre o Partido Socialista e o Partido Comunista que se traduziu na aliança eleitoral de Outubro transacto? Estas interrogações são neste momento particularmente oportunas: Mário Soares chega amanhã a Lisboa.

O Partido Socialista — através de um comunicado da Direcção do exterior, de que Mário Soares faz(ia) parte — já reafirmou a sua posição perante a actual conjuntura: pela democracia, pelo socialismo, pela independência das colónias conseguida através de negociações com os Movimentos de Libertação. Contudo, Mário Soares terá de responder amanhã a muitas questões importantes. E, talvez, a algumas embaraçosas. Nesta entrevista essas questões não poderiam ter sido levantadas: esta conversa foi gravada em Paris, em 1972. Não foi possível divulgá-la em Portugal, pelo que veio a lume no Brasil, incluída no II vol. dos Escritos Políticos de Mário Soares («Caminho Difícil — do salazarismo ao caetanismo», editora Lidador). Mas o regime de Marcelo Caetano encarregou-se de a manter actual. Por isso aqui se transcrevem as passagens mais importantes, na impossibilidade de procedermos à publicação integral, por razões de espaço.

M. M.

— Considera-se um socialista marxista?

— Dizer que se tem uma formação marxista é hoje, para um homem de esquerda, quase um lugar comum. Posso afirmar-lhe, entretanto, que as obras que mais marcaram a minha juventude foram, com efeito, as dos clássicos marxistas. Nas suas grande linhas, assimilei a explicação que dão da sociedade e do mundo. Mas a corrente do socialismo humanista — ilustrada entre nós pelo pensamento e pela acção de um homem como António Sérgio — também me influenciou profundamente. Posso, pois, responder-lhe que a minha formação filosófica de base é de raiz marxista — mas que, para mim, o marxismo é sobretudo um método de investigação da realidade que se me afigura incompatível com formulações de tipo dogmático. Nesse sentido, Marx disse de si próprio que não era marxista. A meu ver o marxismo trai a sua própria e íntima natureza quando se enquista numa ortodoxia ou num catecismo e pretende impor um sistema de explicações acabadas de valor absoluto e universal.

— Diz-se que o dr. Mário Soares, que hoje se reclama do socialismo democrático, teria sido membro do Partido Comunista na época em que vigoravam as teses stalinistas...

— O problema não se pode pôr dessa forma linear. Quando entrei na Universidade, em 1942, a única organização progressista capaz de dinamizar os esforços da juventude, na sua recusa frontal do fascismo, era de facto o partido comunista. As «juventudes comunistas» haviam sido dissolvidas, segundo a linha aprovada pela III Internacional, mas o partido comunista continuava a animar várias iniciativas académicas e mantinha uma influência dominante em toda a Universidade não conformista. Desde essa época, trabalhei sempre em organizações unitárias de carácter antifascista, nunca tendo realizado, propriamente, trabalho partidário. Não lhe nego, porém, que, como grande parte dos jovens da minha geração, me senti fortemente atraído pelo comunismo que revestia para nós, uma imagem muito diferente da que oferece hoje ao mundo. Repare que estávamos em plena guerra e que a União Soviética, à custa de prodígios de heroísmo, suportava o peso principal da luta de morte que se travava contra os nazis. No campo internacional havia-se restabelecido uma larga frente de progresso — a grande aliança das «democracias ocidentais» e da «pátria do socialismo». Esta era para nós desconhecida, inacessível, quase mítica. O partido comunista português, beneficiando dessa aura, aparecia-nos como a única força coerente de resistência, dotado de um conjunto de militantes de um raro espírito de sacrifício e com um alto sentido da dignidade no seu comportamento perante a polícia. Tudo, de resto, parecia apontar, nesses tempos heróicos, para um futuro harmonioso de colaboração e fraternidade entre as diversas correntes anti-fascistas. Stalin, apresentado ao mundo pelo grande Roosevelt como o «uncle Joe» era o popular «Zé dos bigodes», de patriarcal bonomia. Quando no post-guerra a realidade do stalinismo se tornou patente — por volta de 1948-49 — e a existência dos campos de concentração e das perseguições políticas na URSS não puderam mais ser negadas, assumi desde logo uma posição fortemente reticente e crítica. Não fui dos que recusaram a evidência, fechando os olhos e tapando os ouvidos. De certo, como todos os homens progressistas da minha geração, admiti de boa fé e tanta vez violentando a própria consciência,, muita explicação especiosa e muito sofisma engendrado pela propaganda. Mas quando fui contraposto entre os factos e a teoria não pertenci ao número dos que negaram (e negam) os factos para salvar a excelência da teoria.

Posso dizer-lhe, assim, com absoluta verdade, que nunca fui stalinista — ao menos no sentido que a palavra hoje reveste. Não precisei sequer de conhecer o relatório Krutschev para compreender que o socialismo sem liberdade é uma triste caricatura. E que os desvios à «legalidade socialista» hão-de expiicar-se por razões estruturais profundas, que têm a ver com as instituições e com a ideologia, e não apenas, superficialmente, com os malefícios do «culto da personalidade»!

A OPUS DEI CONTRA A DEMOCRACIA

— Por outro lado, a sua corrente insere-se na tradição republicana e anti-clerical...

— Certamente. No que pessoalmente me respeita tenho muita honra em me reclamar dessa tradição republicana. Meu Pai foi republicano antes da Republica proclamada e, depois, foi deputado, governador civil e ministro da I Republica. Mas foi qualquer coisa de mais importante do que isso, a meus olhos: foi um conspirador contra a monarquia, de armas na mão e, depois, logicamente, passou os anos a lutar contra as ditaduras sidonista e salazarista. Durante a sua larga vida, participou em inumeras tentativas revolucionárias, todas visando ao restabelecimento da legalidade democrática. Conheceu, por isso, as cadeias, as deportações e o exílio. E morreu fiel aos seus generosos ideais de republicano jacobino, sem contudo deixar de ser sinceramente crente.

Por meu lado, nunca me senti particularmente sensibilizado ao problema religioso. Sou e sempre fui agnóstico. Mas isso é uma posição do foro íntimo que nada tem a ver com a política. Quanto a esta, considero efectivamente que a República é um dado adquirido da sociedade portuguesa que não vejo maneira de vir a ser posto em causa, nem por quem. Todavia, apesar de para os republicanos Democracia e República terem sido sempre sinónimos, ser-se republicano, nos tempos actuais, não caracteriza suficientemente uma posição política.

Quanto ao anti-clericalismo, o problema é outro. Importa, antes de tudo, estabelecer uma distinção fundamental entre a forma como o problema hoje se põe e como era vivido em 1910. A I Republica (1910-26) foi e talvez não pudesse deixar de ter sido anti-clerical e jacobina porque a reacção em Portugal era essencialmente clericalista.
A Lei da Separação do Estado e das Igrejas e as Leis da Família e do Divórcio — que se ficaram a dever, em especial, à lúcida inteligência de Afonso Costa — constituíram passos decisivos no longo caminho da sociedade portuguesa que os próprios católicos hoje não porão em causa (penso). Mas não justificam, evidentemente, os exageros da propaganda anti-religiosa nem certas perseguições contra a Igreja, que se deram nos primeiros tempos da República e que, para além de condenáveis em si, foram politicamente de uma inhabilidade total. Hoje, creio que a chamada «questão religiosa» está em via de ser completamente ultrapassada no país, como aliás estaria já em 1922 quando o Presidente António José d'Almeida, retomando uma velha tradição, impôs o barrete cardinalício a Monsenhor Locatteli.

Foi a ditadura — e o renovo de clericalismo vindicativo e intolerante a que deu lugar — que interrompeu essa evolução auspiciosa. Entretanto, desde 1958, há um sector católico importante, constituído em especial por intelectuais e por jovens, que passou à Oposição. A corajosa atitude do Bispo do Porto, denunciando o corporativismo e a ditadura, e depois o seu longo exílio, constituem marcos de grande significado. Desde então, a corrente católico-progressista tem vindo sempre a alargar-se. Como é inevitável que aconteça. A Igreja Portuguesa (e n..a mesmo os mais impedernidos elementos da Hierarquia) não pode permanecer indiferente à espectacular evolução que a Igreja mundial tem vindo a sofrer, desde o Concílio Vaticano II. O facto da Igreja deixar de ser um esteio seguro da chamada ordem estabelecida e a aliada fiel de reis, oligarcas e tiranos, para se transformar numa força de contestação e progresso, é um fenómeno, aliás, de sentido ecuménico, que modifica todos os dados do problema.

Estão assim criadas as condições (parece-me) para que a chamada «questão religiosa» seja superada na sociedade portuguesa. Hoje e por hoje, o problema que aqui se põe é o da conquista da democracia. Ora esta terá que ser alcançada em estreita e fraternal comunhão entre católicos e não católicos.

(Continua na pág. seguinte)

«SE ME TIVESSEM CONVIDADO PARA UM TRIBUNAL PLENÁRIO ABANDONAVA A MAGISTRATURA»

— diz o desembargador Rocha e Cunha (da Relação de Lisboa)

«Não concordo de maneira nenhuma com a existência dos Plenários. Se alguma vez tivesse sido convidado para um Plenário, abandonava a magistratura» — disse-nos o desembargador dr. Joaquim Rocha e Cunha, do Tribunal da Relação de Lisboa, entre outros comentários às medidas anunciadas pela Junta de Salvação Nacional em matéria judicial.

Magistrado bem conhecido pela sua inteireza, o dr. Rocha e Cunha vai provavelmente conhecer aos 60 anos uma modificação, que se diz radical, do funcionamento de certos sectores da máquina judicial portuguesa. É um opositor de longa data às práticas fascistas, filho de um antigo ministro da primeira República, o capitão-de-mar-e-guerra Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha, que assegurou a pasta da Marinha em 1918 (com Canto e Castro) e de 1922 a 1924 (com António José de Almeida). O seu depoimento à «República» impõe-se pela clareza de pensamento e de exposição tanto como pela intransigente defesa da justiça dentro de um quadro de democracia real.

— *Dr. Rocha e Cunha: entre as medidas anunciadas pelo programa do Movimento das Forças Armadas refere-se «a amnistia imediata de todos os presos políticos». Qual o seu comentário?*

— Concordo absolutamente com a amnistia anunciada, por uma razão bem simples: é que me repugnou sempre a perseguição dos chamados delitos de opinião, de opinião política. Quanto aos delitos de natureza comum, como tal classificados, é evidente que não tenho a mesma orientação.

— *Como encara o caso de Palma Inácio?*

— Segundo o que li na Imprensa (pois não conheço nenhum processo respeitante a Palma Inácio, nem intervim em qualquer julgamento por delitos de que ele fosse acusado), posso afirmar que alguns delitos neste caso estavam classificados pelos tribunais portugueses como sendo de natureza comum.

— *Pelos tribunais de excepção.*

— Claro, pelos tribunais de excepção. Pelo Tribunal Plenário. Recordo entretanto que o tribunal francês encarregado de julgar da possibilidade da legalidade da extradição de Palma Inácio, pedida pelo então governo português, se inclinou para a classificação de delito de natureza política.

— *Passo a outro ponto. A Junta, no seu programa, anuncia «medidas e disposições tendentes a assegurar a curto prazo a independência e dignificação do poder judicial». Essa «independência», essa «dignidade» estavam asseguradas pelo regime deposto?*

— Eu julguei sempre com inteira independência. Fiz toda a minha carreira de magistrado nos Tribunais Comuns, e a julgar, e nunca houve sequer (tenho de afirmar isso) a mínima tentativa para me imporem uma solução.

— *Conhece casos de colegas seus, magistrados de Tribunais Comuns, que tenham sido alvo de pressões durante a carreira?*

— Não conheço. Não conheço, e suponho que nunca terá havido. Digo-o baseado nas relações com os meus colegas, e mesmo por afirmações que ouvi a determinados responsáveis pelo departamento da Justiça.

A EXTINÇÃO DOS «TRIBUNAIS DE EXCEPÇÃO»

— *A Junta refere concretamente «a extinção dos tribunais especiais» e «a dignificação do processo penal em todas as suas fases». Concorda com estas medidas, claro.*

— Absolutamente. Em todos os corpos da magistratura de todo o mundo, pelo menos nos países mais evoluídos, há sempre uma gran-

(Continua na 18.ª pág.)

DECLARAÇÕES DO DR. MÁRIO SOARES

(Continuação da pág. anterior)

— O problema religioso está ultrapassado a nível nacional. E ao nível da corrente socialista também já estará?

— Quando disse que me parecem criadas as condições de superação do problema religioso limitei-me a constatar um dado de natureza sociológica que me parece incontroverso. Parte considerável da opinião católica — e mesmo uma porção importante do clero — alinha hoje no campo da democracia. Quer isto dizer que a construção do futuro democrático português há-de ser obra das diversas correntes democráticas, quer estas sejam formadas por católicos quer não. Entre elas, como é natural, avulta a corrente socialista onde o pensamento de proveniência cristã pode ter uma influência tão decisiva como o ateu ou o marxista. Isso está já a suceder em certos países, como a França, onde a influência do socialismo cristão se faz fortemente sentir quer no novo partido socialista (Miterrand), quer na CFDT, quer mesmo no PSU.

No que respeita ao caso português, não nego que existam ainda muitos socialistas imbuídos de larga dose de anti-clericalismo e que, frequentemente, se manifestam nesses termos. Isso é devido ao peso reaccionário tremendo que a Igreja tem tido sempre em Portugal. Quem poderá negar que em quatro décadas de luta, em defesa dos direitos do homem postergados e dos ideais cristãos de justiça temos encontrado o Episcopado Português, quase sempre, do lado do regime opressor ou, pelo menos, estranhamente ausente do combate? Por outro lado, o facto de certas organizações religiosas secretas, como a Opus Dei, ganharem influência na vida portuguesa, sobretudo no mundo dos negócios, da tecnocracia e de certos grupos económicos de pressão, leva muitos democratas a interrogarem-se sobre se não assistem a uma nova e subtil conspiração contra a democracia? E daí a reagirem em termos anti-clericais, confundindo política da Igreja (ou de uma certa Igreja) com religião. Entendo que importa fazer um grande esforço para clarificar as coisas, de modo a evitar confusões que só levam água, afinal, ao moinho da reacção. Para isso conto em primeira linha com os católicos que sejam, ao mesmo tempo, sinceros democratas.

A I República deixou-se envenenar por falsas querelas desse tipo que desviaram, porventura, a atenção dos seus maiores estadistas dos problemas essenciais de ordem económica e social. E baralharam muitas cartas do jogo. A influência reaccionária da Igreja era tal, que os republicanos viram no padre e no jesuíta o dragão da sociedade portuguesa. Tomando o efeito pela causa, julgaram que lutando contra eles resolviam os problemas fundamentais da nossa terra. Hoje sabemos que não é assim: os grandes interesses monopolistas, aliados servis do imperialismo, são o inimigo principal. Fascismo e colonialismo são a expressão conjuntural que esses interesses revestem e têm revestido. Por isso, para democratizar a sociedade portuguesa, não basta destruir o fascismo (no plano político-institucional) e assegurar o processo da descolonização. É necessário ir mais longe: revolucionar as estruturas económicas e atingir a própria base do poder.

IMPLANTAÇÃO NOS MEIOS OPERÁRIOS

— Pode falar-me da implantação do socialismo democrático nas classes trabalhadoras portuguesas?

— A expressão classes trabalhadoras é suficientemente vaga para que me obrigue a uma prévia precisão. Os quadros, os intelectuais, os empregados de todas as espécies e os funcionários também fazem parte, naturalmente, das classes trabalhadoras. Mas não creio que seja a esses que alude, quando sugere as dificuldades que o socialismo encontrará para se implantar entre as classes trabalhadoras. Pensa concretamente, julgo, no operariado e no campesinato, na pressuposição (muito generalizada) de que o socialismo democrático em Portugal — como aliás em quase todos os outros países latinos europeus — encontra grandes dificuldades de penetração nos meios operários. É em parte exacto.

No nosso país o operariado e o campesinato, sujeitos a várias décadas de intencional despolitização, não têm o hábito de intervenção social e, ainda muito menos, de participação política.

Como sabe, o partido socialista português (SPIO), ilegalizado em 1926 como todos os outros partidos, não soube criar estruturas capazes de sobreviverem ao fascismo. De resto, em 1926, o operariado e as associações de trabalhadores em geral, como a CGT, eram predominantemente dominadas pelo anarco-sindicalismo, sendo a influência socialista assaz reduzida. Com a ditadura — e a repressão que esta fez pesar sobre a classe operária — intensificada com o fracasso da greve revolucionária de 1934, com a guerra de Espanha e à medida que se foi completando a arregimentação corporativa, a importância das formações anarquistas declinou fortemente em benefício exclusivo do partido comunista (criado em 1921). Este foi, pode dizer-se, entre 1939 e 1958 o único partido que se soube adaptar à clandestinidade, alargando grandemente a sua influência, mau grado as violências e as arbitrariedades de que tem sido vítima. Foi de facto durante muitos anos o único partido da classe operária — e não só da classe operária.

A partir de 1958 (candidatura Delgado), em virtude de múltiplos factores — a que não foi estranha a desilusão que o comunismo, na sua formulação stalinista, tem suscitado entre nós — o movimento socialista começou a tentar implantar-se de novo nos meios operários. Tentativas efémeras anteriores, suscitadas sempre por intelectuais e por quadros de origem predominantemente burguesa (Grupo de Acção e Doutrinação Socialista, União Socialista, Partido Trabalhista, Frente Socialista, Resistência Republicana e Socialista) foram recuperadas e alargadas conseguindo-se, pela primeira vez, penetrar com certo êxito bastiões operários importantes. O movimento cooperativista, animado tantos anos por António Sérgio, constituiu uma boa escola. O sindicalismo livre europeu ajudou igualmente. Por seu lado, a par dos esforços socialistas, surgiu um movimento sindicalista de inspiração cristã que tem desenvolvido com algum êxito uma actuação paralela que (espero) virá um dia a desembocar numa organização comum. O futuro dirá em que medida estas tentativas serão profícuas. De qualquer modo, a meu ver, ou a corrente socialista consegue ter uma viva expressão operária — de modo a transformar-se num verdadeiro partido de classe — ou não haverá socialismo democrático em Portugal. O socialismo ao serviço da boa consciência burguesa é uma caricatura que não me interessa.

— Sendo Portugal um país de estruturas políticas anti-democráticas e onde apenas o P. C. tem uma verdadeira implantação política nas massas trabalhadoras, quais as possibilidades de êxito político do socialismo democrático?

— Penso que essas possibilidades dependem, em grande parte, da conquista da democracia. Quando forem respeitadas efectivamente as liberdades públicas de associação e de expressão — a par da importantíssima liberdade sindical e de direito a uma informação objectiva — creio que o socialismo democrático se difundirá no nosso país e criará estruturas partidárias sólidas, como por toda a parte na Europa. Para tanto bastará que se situe resolutamente à esquerda (como lhe cumpre) e que ponha em execução uma política que não só se reclame dos interesses das classes trabalhadoras mas que as sirva efectivamente. Em Espanha, por exemplo, sucedeu assim — e daí o ter-se afirmado, durante a República, um partido socialista de base essencialmente operária e de fortíssima organização: o PSOE, de Largo Caballero e Indalécio Prieto. Por que não virá a suceder o mesmo em Portugal?

É certo, como lhe disse, que o partido comunista conquistou posições de grande importância durante os longos anos em que esteve praticamente sozinho em cena. Entretanto, nos últimos anos, tem afrontado dificuldades crescentes que não derivam tão só da repressão policial. A crise do comunismo no mundo — que a partir de 1964 teve a sua expressão nacional com a cisão marxista-leninista, representada pela FAP — acresceu o contra-golpe dos reflexos do Maio francês, com o aparecimento de toda uma geração influenciada pelo «gauchismo» — neo-anarquista, trotzkistas, maoístas, geuvaristas, etc. O fenómeno, que é universal, complica-se no nosso país, em virtude da impossibilidade de uma séria clarificação ideológica, operada a partir de um debate franco e livre. A censura e repressão policial são aqui um factor suplementar de confusão. Aliás o governo, para além dessas duas armas terríveis, utiliza ainda serviços especializados em suscitar divergências entre os movimentos de esquerda. Dividir para vencer tem sido um princípio inalteravelmente seguido pelo regime, com apreciáveis resultados.

Julgo, contudo, que em todos os sectores, as pessoas se começam a dar conta que essa actividade de confusionismo e de intriga permanente só serve o inimigo comum. As confrontações ideológicas são sempre fecundas, com a condição de que se não perca de vista a direcção principal do combate. No leque político nacional há espaço para várias organizações de esquerda e, designadamente, para um partido comunista e para um partido socialista, fortes. Adepto do pluralismo, penso que a confrontação ideológica e partidária constitui um factor de progresso extremamente fecundo, desde que se não caia numa dispersão excessiva e paralizante. O ponto está em criar entre as forças políticas de esquerda uma verdadeira coordenação, que conduza à unidade de acção, e que seja servida (se possível) no plano social por uma única e poderosa confederação sindical de características unitárias.

AS CLASSES OPERÁRIAS DOS PAÍSES NÓRDICOS

— V. rejeita uma definição em termos de social-democracia europeia. No entanto, muitas pessoas interpretaram a presença dos representantes da II Internacional nas sessões da CEUD exactamente como uma tentativa de definição nesse sentido...

— Os socialistas portugueses estão atentos a todas as experiências socialistas que se tentam no mundo e pretendem retirar ensinamentos de todas elas. Sob esse aspecto, a URSS, as democracias populares, a Jugoslávia, a China, Cuba e as próprias tentativas realizadas pela chamada «social democracia» europeia — onde quer que esta tenha chegado ao poder, só ou auxiliada por outros partidos em governos de coligação — fornecem elementos preciosos de estudo e de confrontação. E sentem-se naturalmente solidários com os homens que em todo o mundo — e por caminhos diversíssimos — trabalham na ou para a construção do socialismo.

Em relação aos partidos socialistas agrupados na Internacional os socialistas portugueses encontram-se, naturalmente, numa linha de fraternidade na justa medida em que comungam nos mesmos ideais humanistas. Mas não quer isso dizer que se identifiquem em termos ideológicos rigorosos com eles, até porque entre os partidos socialistas europeus há diferenciações importantes, estando em curso todo um processo de redefinição extremamente fecundo. Repare que da impropriamente chamada social democracia fazem parte experiências tão diferentes como a do trabalhismo britânico, do SPD alemão (tão próxima do reformismo burguês, não obstante a política da detente de Willy Brandt, de uma grande coragem e lucidez), do partido socialista italiano (tão profundamente diferenciado dos sociais democratas italianos), do partido socialista francês (em busca de um novo caminho conducente à unidade da esquerda), dos sociais democratas suecos (de que Olaf Palm tem dado uma imagem tão atraente), entre tantas outras. Assim parece-me perfeitamente abusivo (e até de má fé) pretender colar aos socialistas portugueses a etiqueta da social-democracia para em seguida a assimilar ao que os comunistas chamaram, com alguma razão, durante anos e anos de propaganda intensiva, «social-traição». Por meu lado, nunca me intitulei social-democrata para justamente ultrapassar esse equívoco, a meus olhos bastante nefasto. (Embora o próprio Lenine e tantos outros revolucionários consequentes tivessem sido sociais-democratas!). Socialista, sim, sempre me considerei. Porque desejo (e luto) pela transformação radical das estruturas económicas e sociais portuguesas, sem sacrifício do valor, para mim essencial, da liberdade.

— Reclamou-se da social-democracia sueca. É curioso que um homem político da direita, Georges Pompidou, afirmou há algum tempo que a experiência socialista sueca não o atemorizava; que achava até que esse era um caminho possível e válido...

— Perdão! Não me reclamei da social-democracia sueca, nem desejo que sigam em Portugal, mecanicamente, modelos alheios. Penso que temos nós próprios, portugueses, qualidade bastante para construir a nossa própria experiência socialista, de acordo com as peculiaridades portuguesas que nos condicionam desde a base.

O que disse (e penso) foi que os sociais-democratas suecos, com os governos de Tag Erlander e de Olaf Palm, têm realizado uma obra extraordinária, apesar das dificuldades, levando no domínio prático das realizações concretas (económicas, sociais e políticas) muito longe a sua experiência social-democrata. A sociedade sueca, sem ter atingido ainda o estágio socialista ideal (mas quem o atingiu, no fundo?) não é já contudo uma sociedade capitalista, ao estilo das que conhecemos no ocidente europeu.

Note que nos países do norte e do centro da Europa as classes operárias respectivas são dominadas pela social-democracia. A influência comunista (e anarquista) no mundo ocidental só se faz fortemente sentir em países como a França, a Itália, a Espanha e Portugal. Mas será isso um dado sociológico permanente ou tenderá a modificar-se à medida que se for processando a evolução dessas sociedades no sentido de uma maior modernização? As próprias transformações dos partidos comunistas ocidentais (tão visível já nos partidos italiano e espanhol) cada vez mais reformistas ou social-democratas, não sugere uma evolução semelhante à seguida pelos países europeus avançados?

Quanto à circunstância do Presidente Pompidou — ou qualquer homem político mais ou menos conservador — fazer o elogio do modelo sueco, isso não me impressiona absolutamente nada. Quer dizer, apenas, que o socialismo tem virtualidades extraordinárias e que ninguém, no mundo de hoje, se pode furtar ao impacto de certas ideias que andam no ar porque correspondem aos anseios profundos das massas populares. De resto — não o esqueçamos nunca! — um conservador segundo os cânones correntes europeus faz figura de temerário subversivo na nossa tacanha sociedade portuguesa...

NEGOCIAÇÕES COM OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS

— Notou-se uma certa diferença, entre os aspectos referentes ao Ultramar, na CEUD e na CDE. Enquanto a corrente CDE teria preconizado uma radical descolonização, a CEUD ter-se-ia ficado por fórmulas ambíguas: «nem abandono, nem guerra»...

— Não tenho neste momento presentes os termos exactos em que a CDE preconizou a resolução do problema colonial português. Sei que repudiou, de maneira enérgica, o colonialismo e que fez campanha pela paz. Posso dizer-lhe que a CEUD repudiou por forma não menos enérgica o colonialismo e que fez, igualmente, campanha em favor da paz. No plano das propostas concretas foi mesmo um pouco mais além, na medida em que tentou encontrar uma solução que fosse imediatamente exequível. Essa solução consistia em propor a abertura de negociações com os movimentos nacionalistas, a fim de pôr um termo imediato às guerras e acordar no processo e nos prazos da descolonização. Na conferência de Imprensa que os candidatos da CEUD de Lisboa se apresentaram ao eleitorado, anunciou-se, desde logo, tal propósito, oferecendo-se os candidatos para estabelecer os primeiros contactos com os dirigentes nacionalistas, utilizando para tanto a ajuda de países aliados de Portugal. O objectivo era desbravar o terreno para futuras negociações oficiais, caucionando a seriedade destas com a nossa autoridade de representantes da Oposição. Esta proposta não foi acolhida pelo governo com a necessária ponderação. Preferiu-se, como habitualmente, o emprego de «slogans» propagandísticos para deturpar e caluniar o que era uma intenção construtiva e patriótica e, assim, aniquilar a iniciativa.

Reconheço, no entanto, que o manifesto inicial da CEUD, em matéria colonial, tem algumas expressões que podem dar lugar a equívocos e que não coincidem em absoluto com o meu pensamento pessoal. Mas não a frase que refere — «nem abandono nem guerra» — entendendo-se o «abandono» na sua acepção ampla de protecção às populações brancas radicadas nos territórios coloniais. O «manifesto», como todos os documentos colectivos, resultou de uma discussão entre os signatários e representa, portanto, uma plataforma ocasional que se estabeleceu entre pessoas de tendências e de temperamentos diferentes. Como sabe, os candidatos da CEUD e os membros da comissão eleitoral de apoio, embora se reclamassem todos do socialismo democrático, tinham posições ideológicas e religiosas assaz diferentes. E bom foi que assim fosse. Não obstante isso, dado o recíproco espírito de tolerância e de compreensão que os animou, a campanha realizou-se em perfeita unidade de acção e num clima de verdadeira fraternidade. Embora com concessões de uma parte e de outra.

No que pessoalmente se me refere — tanto pelas declarações que fiz antes, como durante e depois da campanha — creio que não poderá haver dúvidas quanto à minha posição. Sou pela descolonização e contra a guerra, sem quaisquer ambiguidades. Entendo que urge encontrar uma «solução política» para o conflito e que esta só poderá resultar de negociações. Estou seguro — e digo-o com perfeita consciência do que afirmo — de que, mais tarde ou mais cedo, tem que haver negociações. Ora, quanto mais tarde forem abertas, tanto pior para Portugal.

A política que consiste em recusar todas as mãos que se nos estendem — como no caso das ofertas recentes dos presidentes Kaunda e Senghor — é uma política contrária

(Continua na pág. seguinte)

DECLARAÇÕES DO DR. MÁRIO SOARES

(Continuação da pág. anterior)

aos verdadeiros interesses nacionais. Arrasta o país para a ruína económica e moral, em pura perda e beneficiando tão-somente as grandes companhias monopolistas ligadas ao capital estrangeiro. As negociações, claro, pressupõem duas condições prévias: do lado português o respeito pelo princípio da autodeterminação; do lado africano, o respeito pelos interesses legítimos das populações brancas radicadas nas colónias. Quando me refiro aos «interesses legítimos» das populações, não penso, como é evidente, nos interesses das grandes companhias ou dos potentados que prosperam à sombra dos favores do Estado. Esses não são de considerar porque só têm servido para sugar e pilhar de todas as formas os territórios africanos, à revelia do Povo Português.

— Como imagina que se processará a descolonização dos territórios ultramarinos portugueses?

— Não é possível, com seriedade, apresentar uma «receita milagre» para resolver, como por encanto, um problema tão intrincado como o da descolonização dos territórios ultramarinos portugueses. Trata-se de um processo complexo, com variáveis diversas e muitas incógnitas que não se pode, de momento, prever «quando» e «como» se vai realizar. Tenho sempre defendido a ideia de que a chave do problema colonial português — a menos que se dê uma vitória espectacular, de uma parte ou de outra, o que se me afigura fortemente improvável — se encontra em Lisboa. Ora só um governo verdadeiramente representativo e autenticamente democrático terá o discernimento, a autoridade e até a coragem bastantes para promover o processo da descolonização — a qual, aliás, será amplamente condicionada pela conjuntura internacional e pela implantação conseguida pelos diferentes movimentos nacionalistas. A Oposição não conhece em detalhe o «dossier da guerra» nem o jogo intrincado das alianças inconfessáveis. União Sul Africana, Rodésia, Malawi e «tutti quanti», a que o governo português tem recorrido para poder prosseguir a guerra. Assim, antes de mais, importa que o problema seja estudado e discutido livremente — nas suas implicações, servidões e consequências. De resto, se o professor Caetano declarou que, quando chegou ao poder, re-examinou todo o problema colonial — para, finalmente, chegar à conclusão que o «único» caminho possível seria continuar a política de Salazar — com que direito se nega à generalidade dos portugueses que façam o mesmo e que, eventualmente cheguem a conclusões diferentes?

— Quando os candidatos da CEUD se propuseram como mediadores entre o governo português e os movimentos de libertação, não tiveram em conta que haveria certamente quem estivesse mais bem colocado para o fazer?

— A proposta dos candidatos da CEUD de Lisboa não foi de mediação, para o que não tinham, evidentemente, qualquer título. Ofereceram-se tão-só para desbravar o terreno em missão exploratória a que se seguiriam as verdadeiras negociações. Sabemos que os americanos no Vietnam têm ensaiado, até agora sem êxito, tentativas do género e que os franceses, durante a guerra da Argélia, nunca o deixaram de fazer. No caso português haveria forças políticas melhor colocadas do que os socialistas para o efeito? É possível que sim, mas não vejo quais. De qualquer forma, a iniciativa, fomos nós que a tomámos, com a autoridade de termos uma posição radicalmente anti-colonialista e nenhuma responsabilidade na guerra. O governo, porque detém o poder, estará em melhor posição do que nós? Admito que sim. Simplesmente ao governo — como tem provado superabuntemente — falta vontade, coragem e credibilidade para tanto. Para já não falar de autoridade moral, que não tem nenhuma.

A PRESENÇA DOS PORTUGUESES EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

— Durante a campanha eleitoral a CEUD manifestou o seu apoio à corrente oposicionista que se apresentou em Moçambique. Qual a razão desse apoio?

— A lista que pretendeu apresentar-se em Moçambique, nas últimas eleições, era encabeçada por um colega e amigo de alguns dos candidatos da CEUD de Lisboa, António Almeida Santos. Há anos já que com o seu grupo — e na medida do possível — vem procurando alinhar as suas posições pelas nossas, tentando intervir nas eleições de 1961 e 1965, sendo que em 1965 foi impedido também de o fazer com falaciosos argumentos, como em 1969. Como sabe, em 1969, os candidatos da Oposição Democrática de Moçambique não puderam apresentar-se ao sufrágio (nem fazer qualquer campanha) em virtude de, segundo o governo, não terem feito a prova de serem cidadãos portugueses. O pretexto foi tanto mais ridículo quanto é certo que tal «prova» não foi exigida aos candidatos da União Nacional nem a ninguém nos círculos eleitorais metropolitanos.

A verdade é que o governo — dada a rigidez das suas posições — não podia permitir que surgisse, com expressão pública, uma lista de oposição nas colónias. Daí derivariam múltiplos pretextos para se exercer a curiosidade nacional e internacional em vários domínios onde o silêncio tem sido sempre a regra de ouro. Quem sabe se alguém iria ousar perguntar, indiscretamente, como é constituído o corpo eleitoral das chamadas «províncias ultramarinas»? Seria um escândalo! A revelação de um «segredo de Estado» até agora sempre zelosamente guardado. Porque se o recenseamento na metrópole é já super-restrito nas colónias é verdadeiramente irrisório. **Em que estado ficaria, nessa hipótese, a tese oficial do multirracialismo português? Quantos serão os africanos que em Angola e em Moçambique têm direito de voto? Duas ou três centenas para uma população de quase treze milhões?**

— Mas essas pessoas não poderão vir a ligar-se a projectos de «independência branca» em Moçambique?

— Não creio que a corrente democrática que se apresentou por Moçambique possa vir a aparentar-se, ainda que longinquamente, com tais projectos de independência branca. E se o fizesse deixaria de ser uma corrente democrática.

Com uma coragem que cumpre destacar, os raros democratas que em Moçambique e em Angola se têm podido manifestar contra a política colonial do governo (ainda que com inevitável moderação, dadas as pressões que se exercem sobre eles) têm-no feito adentro dos parâmetros comuns a toda a Oposição Democrática: reclamação insistente das liberdades públicas e, portanto, reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação. Aliás os democratas de Moçambique foram solicitados insistentemente para fazerem lista comum com a União Nacional, com «todas as garantias» e oferecendo-lhes 50 por cento da representação da «província». Recusaram-se. Tiveram, pois, bem mais coerência e perspicácia política do que alguns demo-cristãos que, embalados pelo canto de sereia da eficácia, se deixaram apanhar nas malhas da União Nacional — Acção Nacional Popular, com os resultados que se sabe...

Não. Se há projectos de independência branca — e eles existem, como é conhecido — encontram a sua inspiração profunda no seio do próprio governo, como a discussão a propósito da revisão constitucional revelou exuberantemente em Julho de 1971 e os recentes decretos sobre as transferências e as relações comerciais entre a metrópole e as colónias confirmaram. Esses projectos, confiados no poderio da África do Sul racista (que é um colosso com pés de barro!), são de uma total insensatez: encaminham Angola e Moçambique para a pior das situações, contra a lógica, o progresso e o próprio sentido da história. Conduzem em linha recta à liquidação do desígnio de construir novos países multi-raciais (os tais Brasil, que em Angola e Moçambique só poderão ser Estados de maioria negra) e, mais tarde ou mais cedo, a uma explosão racial incontrolável e a uma sangueira de dimensões imprevisíveis.

— Em 1969 referiu-se à necessidade de evitar um processo de «congolização» do Ultramar Português. Poderá referir-se mais detalhadamente ao assunto?

— É simples a resposta. Um grupo político responsável, e que preze a sua própria dignidade, não pode desinteressar-se da sorte dos seus compatriotas, que constitui o próprio objecto da sua existência. Estejam eles onde estiverem. Tanto dos que labutam em terra estranha — em França, por exemplo, onde vive quase um milhão de portugueses — como dos que estão radicados e trabalham nas colónias, embora estes não cheguem a atingir, no total, meio milhão. Às vezes esquecem-se estes números e a sua eloquência comparativa!

Quando me referi à necessidade de evitar a «congolização» queria com isso significar que, no processo tendente à paz, não pode deixar de estar presente, no espírito dos negociadores porutgueses, a sorte das populações brancas de Angola e de Moçambique, como preocupação primordial. Há que, evidentemente, defender os seus interesses «legítimos». Estas populações não devem ser responsabilizadas pelos actos de agressão, pelas violência e arbitrariedades a que sempre dá lugar uma situação de guerra colonial (e de opressão política). Como, porém, o desígnio será criar sociedades multi-raciais de maioria negra, em convivência harmoniosa, julgo que não será grandemente difícil evitar a «congolização» — ou seja, o racismo negro desencadeado — uma vez que os dirigentes nacionalistas sempre têm distinguido, com lucidez, entre os colonialistas que impõe a guerra e o Povo Português que a sofre. Sempre têm afirmado que não fazem a guerra a Portugal, mas sim ao regime colonialista que a impõe, ao serviço dos grandes monopólios, a negros e a brancos. O ponto está em ir a tempo e não deixar que a situação se deteriore para além de todos os limites do razoável.

— Existe uma corrente para-democrática e liberal no seio do regime...

— É indiscutível. As tomadas de posição corajosas e claras de alguns deputados não podem deixar quaisquer dúvidas a esse propósito. Alguns ministros tinham um projecto político que agora começam a verificar que nada tem a ver com a política seguida pelo Governo, de que não obstante continuam a fazer parte. Mas que força representam em concreto, e que possibilidades tem essa força de vir a ter algum peso nos destinos colectivos? Eis um ponto sobre o qual estou profundamente céptico. E a desilusão profunda dos melhores, a frustração de todos, e a acomodação do maior número, não são sinais de bom augúrio.

É um facto que a substituição de Salazar — que era um árbitro supremo, por todos os homens do regime incondicionalmente acatado — implicou um novo arranjo entre as forças dominantes, às vezes suscitando delicados problemas de pessoas. Há reticências ao novo chefe que não desarmaram. Criaram-se novas clientelas. Tem havido (e haverá) lutas surdas, rivalidades pessoais, intrigas, incompreensões. Caetano, a princípio combatido pelos **ultras**, tem vindo a abdicar progressivamente perante eles, deitando às urtigas o seu plano pseudo-reformista e adoptando a própria linguagem dos **ultras**. Por seu lado, os **ultras**, para além das quezílias pessoais (que continuam) compreenderam que Caetano era de facto o **seu** homem. O processo é complexo, sinuoso, e só talvez se esclareça quando da «eleição» do novo Presidente da República. Mas não será o regime forçado, para evitar lutas intestinas, a ir para a solução da continuidade e a perpetuar no lugar almirante Tomás? Seria a prova máxima da incapacidade do regime para se renovar, mas provavelmente é o que sucederá.

De qualquer modo com o novo curso (velho) da política caetanista a ala liberal do regime está singularmente comprometida. Ou passará à Oposição — para onde os últimos discursos de Caetano, aliás, a atira — ou se apagará discretamente, como um produto que se consumiu.

Poderá a força inelutável dos acontecimentos vir a dar-lhe um novo impulso? A necessidade objectiva de uma aproximação com a Europa, a evolução de Espanha e da Igreja, os fenómenos inevitáveis de osmose que se operam, com grande rapidez, nas sociedades modernas? Sinceramente, dado o contexto actual, tenho grandes dúvidas. A experiência Caetano esgotou-se: o Presidente do Conselho cada vez mais repetirá Salazar!

DE CAETANO A PALMA INÁCIO

— Suponho que foi aluno de Marcelo Caetano na Faculdade de Direito de Lisboa. Do convívio que terá tido com o actual Presidente do Conselho que impressão lhe ficou?

— Tenho o dever de lhe dizer — e faço-o, aliás, sem qualquer constrangimento — que Marcelo Caetano é um bom professor. Cumpridor dos seus deveres, com sentido pedagógico, interessado pelos alunos e sabendo criar nos cursos um ambiente estimulante de trabalho. Como professor, tenho de Marcelo Caetano boas recordações. Sem qualquer dúvida, considero-o muito melhor professor do que político.

— Foi advogado de Hermínio da Palma Inácio. Gostava que me dissesse o que pensa dele e da sua acção política.

— Conhecendo de nome Palma Inácio, há muitos anos, só tive com ele um brevíssimo contacto, quando me nomeou seu advogado, para o defender no caso do assalto ao Banco de Portugal da Figueira da Foz. Vi-o, portanto, na cadeia, no Forte de Caxias, onde o fui visitar quando regressei de São Tomé. Produziu-me a impressão de ser um homem de aço, animado de uma coragem e de uma serenidade admiráveis.

Participei depois no julgamento dele à revelia, depois de se ter escapado, milagrosamente, da PIDE do Porto. Posso afiançar-lhe que o próprio Tribunal não conseguiu eximir-se à admiração que as suas excepcionais qualidades de homem de acção suscitam.

Quanto ao sentido e à valorização da acção política de Palma Inácio, o problema é mais complexo. No momento em que se apresentam bloqueadas todas as saídas legais que a substituição de um governo — e o que é mais: para a salvação da Pátria — o problema da violência não pode deixar de pôr-se, sendo para mais contestada a legitimidade do regime que representa a expressão da violência institucionalizada. Contudo, dado que abomino a violência e uma vez que as minhas opções políticas sempre se esquematizaram em termos de não violência, tenho muitas dúvidas quanto à eficácia final de um tal combate. Mas não quero ser hipócrita ou fariseu. Na actual situação, não posso deixar de admirar alguém que tem a coragem, o idealismo e a determinação de Palma Inácio e que é capaz de lutar de armas na mão contra a injustiça, com o objectivo declarado de restituir ao Povo os seus direitos soberanos. Quem se atreve hoje, no plano moral, a atirar pedras a Che Guevara ou a Camilo Torres?

É DIFÍCIL SER OPOSICIONISTA EM PORTUGAL

— Faz política porque isso lhe dá prazer? Sente-se realizado fazendo política?

— Quando em jovem me deixei contaminar pelo «vírus político», a minha principal motivação, foi de ordem moral. Num país como Portugal, tudo reveste uma coloração política — e há o bom e o mau campo, sem ambiguidade possível. A escolha é, pois, fácil, quando as pessoas têm a coragem de se imunizar contra as sugestões do interesse pessoal e da comodidade. É por isso que em palavras quase toda a gente se diz da Oposição — embora no que respeita a actos muita gente o seja bastante menos. Já reparou que até os ministros se pretendem técnicos e com espantosa facilidade se dissociam dos aspectos «desagradáveis» do poder? Não representa isso uma forma singular de (falsa) boa consciência? Quem tem a coragem de se declarar de acordo com as arbitrariedades da PIDE-DGS ou da censura e com as tremendas injustiças sociais a que o corporativismo tem dado lugar? Muito poucos homens públicos, mesmo entre os que são objectivamente solidários. Mas para além da falsa-boa consciência, há os interesses — e então todos os pretextos servem para pôr uma surdina aos imperativos morais. É tão difícil fazer política num regime totalitário desde que não se seja apaniguado do poder!

Daí que a política esteja tão depreciada em Portugal. Muitas competências se calam (e disfarçam) para evitarem problemas e poderem ir fazendo, mediocremente, as suas vidas. De resto, para quem não tenha consciência social e pertença à classe dos ricos (ou dos políticos ou «técnicos» do regime, o que é o mesmo) não é nada desagradável viver em Portugal. Desde que se não pense, ou melhor: que se não tente exprimir o pensamento...

Porém, fazer política, sobretudo quando se ultrapassam as regras do jogo «tolerado», então sim, é sério. É preciso estar disposto a arriscar em permanência a prisão e as perseguições mais subtis. E sujeitar-se a passar uma vida inteira no ostracismo — «exilado no próprio País» como escreveu o sábio Egas Moniz (único prémio Nobel Português).

Por mim, desde rapaz fiz uma nítida opção em matéria política. A minha repugnância moral pelo regime é de tal modo forte que mesmo que quisesse não poderia impedir-me de ser contra. É uma questão de vísceras...

Sinto alguma realização pessoal na política? De certo que sinto, por vezes, uma grande e exaltante satisfação de consciência. É importante. Mas por outro lado, as frustrações de um oposicionista, há trinta anos condenado ao silêncio, são tantas que muitas vezes sou levado a perguntar-me se vale a pena. São momentos fugazes de incerteza, suscitados pelo espectáculo permanente da mediocridade impante e galardoada — e porque não dizê-lo? — da pouca vergonha à solta. A actividade intelectual ou profissional seriam refúgios possíveis. Mas os apelos contínuos da vida são mais fortes. Há que dar testemunho. Como dizíamos na CEUD — «só é vencido quem desiste de lutar».

POSTOS EM LIBERDADE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS DETIDOS EM CAXIAS

À 1 hora de hoje não havia presos políticos em Caxias. A libertação começou à meia-noite e trinta. Meia horas depois saíam do hospital-prisão, onde estavam internados, os quatro últimos lutadores da Liberdade: José Magro (20 anos nas masmorras fascistas), António Dias Lourenço, Rogério Rodrigues Carvalho e Miguel Camilo. Meia-hora antes e perante o coro impressionante de milhares de pessoas, postadas à entrada do Forte, e a gritarem «o povo unido jamais será vencido», os restantes 78 presos tinham saído em liberdade. Palma Inácio, levado em ombros, fora, como os restantes, delirantemente aclamado.

A libertação, que chegou a ser anunciada durante a tarde, processou-se apenas ao começo desta madrugada em virtude de dúvidas surgidas quanto àqueles que teriam cometido actos ditos de delito comum. Estariam neste caso membros do ARA, do LUAR e do MRPP, que conforme as intenções iniciais da Junta, seriam entregues à Polícia Judiciária, para novo julgamento.

Os restantes detidos negaram-se porém a sair. «Ou todos, ou ninguém» — foi a resposta sistemática.

Assim, para resolver com o Comando o processo de libertação, foi constituída uma comissão de advogados de que faziam parte Manuel João Palma Carlos, Francisco Salgado Zenha, José Manuel Galvão Teles, Francisco Sousa Tavares, Jorge Sampaio, Xencara Camantim, Vítor Wengarovius e José Augusto Rocha, todos eles com constituintes seus, detidos no Forte. Outros elementos, da CDE e da Comissão Nacional para a Libertação dos Presos Políticos integravam a comissão.

Nos longos e insistentes contactos com o coronel Abrantes da Silva (comandante, desde as 11 horas, das forças militares que ocupavam o Forte e que tinha numa das celas um filho seu preso), os membros da Comissão, nomeadamente Palma Carlos e Xencara Camantim, defenderam, com notável argumentação, a tese de que os presos considerados sob penas de delito comum tinham praticado actos com fins perfeitamente políticos.

Estiveram também presentes nas negociações os representantes da Junta, tenente-coronel Dias Lima e o major Vargas. Finalmente às 23.30 chegou ao Forte o tenente Nunes, portador da ordem de libertação para todos os presos políticos. De salientar que todos os jovens oficiais que integravam as companhias de pára-quedistas e fuzileiros, comandados respectivamente pelo capitão Brás e pelo capitão-de-fragata Abrantes Serra — responsáveis pela tomada do Forte às oito horas da manhã de ontem — manifestaram sempre a clara vontade de que todos os presos deveriam sair.

E quanto às cenas de alegria, triunfo, ternura, comoção, que rodearam todo o longo dia de ontem — dentro e fora do Forte de Caxias — elas são quase indiscritíveis.

Foram momentos inenarráveis. Apenas esta frase de Palma Inácio, já fora da prisão: **«Estou tão emocionado que não consigo falar. Espero que isto não signifique apenas a nossa libertação, mas a de todos os Portugueses.»**

Foram portanto libertados do reduto norte do Forte:

Hermínio da Palma Inácio, José Manuel Tengarrinha, Marcos Rolo Antunes, Maria Helena Vasconcelos Nunes Vidal, Nuno Teotónio Pereira, Mário Ventura Henriques, Figueiredo Filipe, Mateus Branco, António Luís Cotri, José Alberto Costa Carvalho, Fernando Pinheiro Correia, Vítor Manuel Caetano Dias, Maria Helena Neves, Joaquim Gorjão Duarte, José Manuel Martins Estima, Pedro Mendes Fernandes, Alberto Rodrigues Filipe, José Ferreira Fernandes, Orlando Bernardino Gonçalves, Norberto Vilaverde Isaac, Manuel Miguel Judas, Albano Pedro Gonçalves Lima, Vítor Serra Lopes, José Rebelo dos Reis Lamego, Carlos Manuel Simões Manso, Horácio Crespo Pedrosa Faustino, Armando Mendes, António Pinheiro Montero, Maria Elvira Barreira Ferreira Maril, Liliana de São José Teles Palhinhas, António Manso Pinheiro, João Duarte Pereira, Eugénio Manuel Ruivo, Maria Rosa Pereira Marques Penim Redondo, Fernando José Penim Redondo, Fernando Domingues Roque, Miguel António Jasmins Pereira Rodrigues, José Luís Saldanha Sanches, Ezequiel de Castro e Silva, Manuel Gomes Serrano, João Pedro de Lemos Santos Silva, Carlos Manuel Oliveira Santos, José Adelino da Conceição Duarte, Acácio Frajono Justo, Rafael dos Santos Galego, Ramiro Antunes Raimundo, Margarida Alpoim Aranha, Luís Manuel Vítor dos S. Moita, Maria Vítor Moita, Manuel Policarpo Guerreiro, Maria Fernanda Dâmaso de Almeida Marques Figueiredo, Manuel Martins Felizardo, João Filipe Brás Frade, Joaquim Brandão Osório de Castro, Fernando da Piedade Carvalho, Carlos Alberto da Silva Coutinho, Maria de Fátima Pereira Bastos, Maria Rodrigues Morgado, Carlos Biló Pereira, Fernando Nunes Pereira, Ernesto Carlos Conceição Pereira, António Vieira Pinto, António Manuel Gomes Rocha, José Casimiro Martins Ribeiro, Henrique Manuel P. Sanchez, Mário Abrantes da Silva, José Oliveira da Silva, Amado de Jesus Ventura Silva, Manuel José Coelho S. Abraços, Manuel dos Santos Guerreiro, Maria Manuela Soares Gil, Luís Filipe Rodrigues C. Guerra, João Boitot de Resende, Álvaro Monteiro Rodrigues Pato, Ramiro Gregório Amendoeira, Vítor Manuel Jesus Rodrigues e Abel Henriques Ferreira.

Familiares e amigos felicitam Palma Inácio após a sua libertação

CERIMÓNIA ADIADA NA REITORIA DA UNIVERSIDADE

A cerimónia para entrega das insígnias doutorais de cerca de 50 personalidades que devia realizar-se amanhã, na Reitoria da Universidade de Lisboa, foi adiada para o dia 2 de Junho, às 15 horas.

PRESOS NO FORTE DE CAXIAS 228 MEMBROS DA EX-PIDE-DGS

• Silva Pais conduzido para local desconhecido

Os cento e oitenta membros da sinistra Pide-D.G.S., que desde o começo da manhã de ontem se encontravam detidos em três salas das instalações da Rua António Maria Cardoso, foram conduzidos esta madrugada, por fuzileiros e pára-quedistas, para o Forte de Caxias onde, juntamente com os 48 colegas de «ofício», presos ontem na Secção de Investigação (Tortura), aguardarão julgamento anunciado no programa da Junta de Salvação Nacional.

A transferência dos implacáveis criminosos da Polícia Secreta iniciou-se às 24 e 15 para seis camiões das forças pára-quedistas — cerca de uma hora antes o responsável máximo da organização, major Silva Pais, fora conduzido num «Jeep» para local desconhecido.

A meia-noite e trinta os camiões, seguidos por dezenas de automóveis e por um outro camião militar, onde iam equipas de reportagem nacionais e estrangeiras, avançaram para Caxias, onde à mesma hora todos os prisioneiros políticos eram libertados.

Vinte minutos depois os veículos militares entravam no Hospital-Prisão de Caxias, onde os detidos aguardavam a evacuação total do Reduto Norte, local das celas prisionais. Cerca das 2 e 30 da manhã, e, já após o regresso a Lisboa dos milhares de pessoas que vieram aguardar, e aclamar, a saída dos presos políticos, as forças militares conduziram os «pides» para as celas do Reduto Norte.

Entretanto andam à solta, e armados, mais de dois mil agentes da extinta corporação. Sabe-se que as últimas instruções recebidas por esses criminosos — ainda em liberdade — eram de seguirem determinadas pessoas consideradas afectas ou simpatizantes do Movimento das Forças Armadas.

Houve ainda por volta das duas horas da manhã, no Largo de Camões, distúrbios provocados por forças da Polícia de Choque. As milhares de pessoas que aguardavam no local o transporte dos agentes da PIDE-DGS (conduzidos por itinerário diferente) apuparam os polícias, responsáveis por vários feridos civis durante a tarde de ontem — além de outros crimes praticados outrora, nomeadamente o massacre em Aveiro, em Abril do ano passado, sob o comando do sanguinário capitão Maltês, ao que supomos ainda em liberdade.

LIBERTADOS OS PRESOS DO FORTE DE PENICHE

PENICHE — Presos políticos que se encontravam detidos no forte-prisão de Peniche foram libertados esta madrugada pela Junta de Salvação Nacional. O primeiro preso a sair do forte foi Dinis Miranda: passavam 23 minutos da meia-noite. Os últimos presos a ser libertados, às 3 horas, foram: Rui d'Espinay, de 30 anos; Filipe Aleixo, de 70 anos; Francisco Martins, de 47 anos. Vinham acompanhados por oficiais das Forças Armadas e pelos seus advogados.

Segundo conseguimos apurar, o número de presos libertados totaliza 39.

Cerca das 23 horas, à entrada da vila e junto das viaturas do C. I. C. A. 2 e R. A. P. 3, o capitão Rocha Santos aguardava a chegada de uma comissão que fora designada pela Junta de Salvação Nacional para fazer a análise individual dos processos dos presos e decidir acerca da viabilidade da sua libertação.

Entretanto, em frente do portão principal do forte-prisão, milhares de pessoas manifestavam-se ruidosamente pedindo a imediata libertação dos presos.

Aquela comissão chegou às 23 e 30. Era constituída pelo capitão-tenente Camacho Santos pelo major Azevedo e por três advogados: dr. Artur Cunha Leal, dr. Nuno Rodrigues Santos e dr. Acácio Gouveia. Posteriormente, chegou também o advogado dr. Macaista Malheiros que ultimou os processos.

MANIFESTAÇÕES NA MARINHA GRANDE

MARINHA GRANDE — Durante a tarde de ontem, uma grande manifestação popular percorreu as ruas da Marinha Grande, por iniciativa da classe operária, à qual toda a população aderiu inteiramente.

Nas fábricas, foi autorizada a saída aos trabalhadores que vitoriaram a queda do fascismo. Apenas dois estabelecimentos fabris, um dos quais a firma Ricardo Santos Gallo e Filhos — segundo a informação recebida daquela vila — não autorizaram que os seus trabalhadores pudessem tomar parte na manifestação.

INSPECTOR DA EX-PIDE/DGS TENTOU FAZER PASSAR-SE POR PRESO POLÍTICO

Ao princípio da tarde de ontem, dois destacados e bem conhecidos elementos da extinta PIDE-DGS, o inspector Bernardino Leitão e o chefe de brigada Mortágua apresentaram-se à porta da Defesa Nacional, na Avenida Infante Santo, na altura em que ali se encontrava o general António de Spínola. Entregaram cartões seus ao oficial de dia e aguardaram durante dez minutos, à porta. Foram mandados entrar, ficando presos à ordem da Junta de Salvação Nacional.

Também ontem, outro conhecido elemento da PIDE-DGS, o inspector Tinoco, que era um dos agentes que se encontrava na libertada prisão de Caxias e ali foi detido pelas Forças Armadas, tentou escapar-se, pretendendo passar por um dos patriotas ali a cumprir pena. Porém, foi descoberto e voltou a ser detido.

DEMOCRATAS DAS CALDAS DISTRIBUIRAM UM MANIFESTO

Os Democratas das Caldas da Rainha reunidos em 26 de Abril redigiram, dirigido ao Povo Português o seguinte documento pedindo entre outras coisas a imediata responsabilização dos criminosos do poder fascista:

Do letárgico sono da ignomínia e humilhação, do arbítrio e prepotência, do compromisso e das altas negociações, da corrupção do ultrajante império do erro, da confusão e da ignorância, da dolosa e premeditada destruição dos teus valores espirituais, da criminosa mutilação dos teus recursos humanos e materiais, desta escura e trágica noite que te tornou abúlico, apático e infeliz, acorda POVO PORTUGUÊS e dita o teu DESTINO.

Nesta alta e nobre hora da tua Ressurreição prova de que no arrostar de tão delicada e ingrata emergência trazes contigo a força generosa da tua fraternidade e na reprovação de todos os déspotas, tiranetes, subservientes, fanáticos, oportunistas e ambiciosos, pretendes, num sincero apelo à unidade, construir uma verdadeira NAÇÃO, Livre, Consciente e Emancipada.

As ideias da dignificação dos homens, na sua eterna universalidade, são assentimento e holocuastro da História e da própria Igreja de hoje, voltada aos ventos de uma nova e irreversível civilização.

Num longo processo de desilusão e angústia a incompreensão e a incerteza apossaram-se deste desgraçado País ao ponto de, surpreso pela sua repentina mas sempre esperada maioridade cívica, pedir e desejar que as Forças Armadas libertadoras sejam a confiante garantia da sua afirmação e sobrevivência.

POVO PORTUGUÊS, ajuda o teu Futuro, para além de um mórbido, irreal e estulto patriotismo, confia naqueles que se não negam a encarar os riscos da encruzilhada nacional e querem, nas realidades do tempo e do senso comum, alcançar soluções que no nivelamento de direitos e na auto-determinação de vontades edifiquem um PORTUGAL melhor.

Forças Armadas, penhor desta Nação, saudamos-te, possibilita a nossa Independência e dignidade e no respeito dos nossos direitos e interesses públicos vigia a reorganização de um Estado de direito, evitando a demagogia, a desordem, os ódios que esta «Situação» semeou mas que nenhum homem de Bem, um Democrata, guarda.

Sob a tua égide, sentimos a incontida sensação de todos nós, portugueses, termos vivido durante tão largo período, lado a lado, e não nos havermos conhecido.

— É como se, de repente, um denso e asfixiante nevoeiro fosse rasgado, uma intensa claridade nos enchesse os olhos e uma lufada de ar puro nos entrasse pelos pulmões, dando-nos o vigor a consciência e a alegria dos que não se vêem há muito e se voltam a encontrar num irreprimível abraço fraterno.

Vão-se fariseus.

O Mundo é Nosso, dos que se amam e, do seio do trabalho e da solidariedade social, disciplinam as lições da sua razão Histórica.

PAZ — AMOR — TRABALHO
LIBERDADE AOS PRESOS POLITICOS
RESPONSABILIDADE AOS CRIMINOSOS DUM PODER FASCISTA ILEGAL E IMORAL
ELEIÇÕES LIVRES E VERDADEIRAS
VIVA A DEMOCRACIA
VIVA PORTUGAL

Manifestação de alunos do I. N. E. F.

Ontem à noite, por volta das 22 horas, alunos do I.N.E.F. manifestaram-se ruidosamente pelas ruas da Cruz Quebrada, que percorreram em cortejo e gritando «abaixo a Pide» e outros «slogans». O desfile havia começado no Centro de Estágio, onde muitos desses estudantes vivem. Jovens habitantes da localidade associaram-se à manifestação.

APELO DO MOVIMENTO DAS MULHERES PORTUGUESAS

«O Movimento Democrático de Mulheres saúda o Movimento das Forças Armadas que corajosamente vieram para a rua defender os interesses mais sentidos pelas camadas populares e que desde há muito eram reivindicados pelas forças progressistas, tais como:

1.º — Fim da guerra colonial, negociações com os Movimentos de Libertação na base do direito dos Povos à autodeterminação e independência;
2.º — Extinção da PIDE/DGS;
3.º — Libertação imediata de todos os presos políticos e regresso dos exilados;
4.º — Instauração das liberdades fundamentais, tais como direito de associação, reunião e liberdade de expressão de pensamento;
5.º — Instauração das liberdades sindicais e direito à greve.

O Movimento Democrático de Mulheres apela para que as Mulheres Portuguesas se unam a todo o Povo na luta pela efectivação das reivindicações imediatas, plataforma única e indispensável para a instauração de uma sociedade democrática. VIVA A LIBERDADE.»

MOVIMENTO DEMOCRATICO DE MULHERES

APELO AO PAPA DE MILHARES DE CRISTÃOS PORTUGUESES

Milhares de cristãos portugueses assinaram já um apelo ao Papa a propósito da posição assumida pelo bispo de Nampula e pelos missionários combonianos. As primeiras centenas dessas assinaturas foram já entregues na Nunciatura, ocorrendo pelo País muitas folhas para que outros possam subscrever o referido texto, que é do seguinte teor:

«AO PAPA PAULO VI. Cristãos portugueses, preocupados com dolorosa situação do Povo e da Igreja em Moçambique, agravada por novas expulsões de missionários e pela saída compulsiva do próprio Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, solicitam urgente confirmação da lúcida e corajosa posição assumida por esses missionários, em comunhão com seu Bispo. Lisboa, 19 de Abril de 1974».

AFRICANO FALECIDO EM COMBATE

LURENÇO MARQUES, 27 — (ANI) — O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas comunica que morreu em combate, em Moçambique, o soldado R. E. n.º 720718/64, João Gonçalves, natural de Nossa Senhora do Rosário (Beira), filho de Cabire António e de Cozinha.

O BISPO DE NAMPULA DESMENTE PASSAGENS DA NOTA OFICIOSA DO DIA 16

• D. MANUEL VIEIRA PINTO FOI EXPULSO DE MOÇAMBIQUE SENDO FALSO QUE TENHA DELIBERADO DEIXAR AQUELE ESTADO

Atentou grosseiramente contra a verdade, distorceu os factos e interpretou os acontecimentos a bel-prazer do ex-governo a nota oficiosa do Ministério do Ultramar, divulgada no passado dia 16, a propósito da vinda para Lisboa do bispo de Nampula. O ponto mais grave daquele texto foi porventura a passagem onde se afirmava que D. Manuel Vieira Pinto «deliberou deixar Moçambique». O bispo de Nampula foi efectivamente obrigado a deixar aquele território. A palavra que se pode utilizar é a de expulsão (a sua saída fora decidida pelo Governo). Na prática, foi isso que se verificou. Tal porém nunca pôde ser noticiado e o governo de Marcelo Caetano sabia que enquanto o seu domínio sobre os meios de comunicação constituísse um facto, a sua versão não corria o risco de desmentido (pelo menos no interior do País).

Num documento que deixou ao advogado da sua diocese, assinado perante duas testemunhas, momentos antes de partir da Namaacha, D. Manuel Vieira Pinto afirma «ficar bem claro que saio de Moçambique por ordem do Governo e contra minha livre vontade».

Por outro lado, num texto que elaborou para ser transmitido a instâncias competentes, o bispo de Nampula responde a passagens da referida nota oficiosa, desmentindo certos aspectos e repondo a verdade acerca de outros.

No referido texto responde-se concretamente aos números 1, 2, 3, 4, 7 e 10 da nota oficiosa. Refuta-se a conclusão de que «Um Imperativo de Consciência» seja «altamente ofensivo da Nação portuguesa e também da hierarquia da Igreja». Nega-se a pretensão daqueles que viram no comunicado da Secretaria da Diocese de Nampula «qualquer insinuação de que a Conferência fosse a responsável pela divulgação do (referido) documento». Recorda-se a falsidade da afirmação segundo a qual houve «generalizadas reacções» ao citado documento, por parte da população de Nampula, pois a «ordem de expulsão dos primeiros 6 missionários foi comunicada no dia 5 de Março», antes que ela tivesse conhecimento da sua existência. Além de desmentir que o bispo «deliberou deixar Moçambique» esclarece-se ainda que o texto inserto na folha dominical da Paróquia da Catedral de 31 de Março não se tratava «de um convite dirigido à população da cidade mas de um apelo à comunidade paroquial...»

Depois disto é caso para perguntar: mas que resta afinal de verdadeiro na aludida nota oficiosa?

Entretanto, e porque consideramos de interesse, transcrevemos o documento assinado por D. Manuel Vieira Pinto e deixado, antes de embarcar, ao advogado da sua diocese.

NÃO SAIREI DE MINHA LIVRE VONTADE

Nesse documento afirma o bispo de Nampula:

«Deixei a casa diocesana de Nampula forçado pelos acontecimentos e com a promessa, por parte do governador do Distrito, de que seria garantida a segurança dos missionários em Nampula, a situação seria normalizada e o meu regresso a Nampula poderia dar-se dentro de poucos dias. Uma vez chegado à Namaacha, lugar que me foi sugerido pelo Governo com garantia de segurança, fui informado, dias depois, a 12 de Abril, pelo senhor Arcebispo de Lourenço Marques de que o Governo não poderia garantir a minha segurança pelo que ele, Governo, me aconselhava a partida para Lisboa no domingo seguinte, 14 de Abril. Respondi que não sairia de Moçambique sem que a situação se normalizasse e sem ter a garantia, por parte do Governo, do regresso a Moçambique.

Soube mais tarde, nesse mesmo dia 12, que onze missionários combonianos tinham sido embarcados no aeroporto de Lourenço Marques, rumo a Lisboa e Roma.

Considerando a situação dos missionários se[m] alguém que, neste momento, os oriente, e as consequências que da minha saída possam advir tanto para a Diocese de Nampula como para outras Dioceses de Moçambique; considerando que a Santa Sé não me impôs até à data a saída nem sequer a aconselhou; declaro que, enquanto permanecer a presente situação, não sairei de minha livre vontade, [de] Moçambique. Declaro que apenas sairei forçado por uma ordem do Governo ou em obediência à Santa Sé. E mais não declaro.»

Em aditamento a estas declarações e no mesmo dia (14), D. Manuel Vieira Pinto declarou ainda:

«Atentas as circunstâncias em que me foi proposta a saída de Nampula e perante as pressões e a urgência com que tive que decidir, convencido de que assim asseguraria a paz e a segurança de todos os missionários, considero essa saída uma imposição e uma medida compulsiva.

— Depois de declaração feita, foi-me comunicado, com insistência, pelo arcebispo de Lourenço Marques, da parte do Governo, que convinha deixar Moçambique dentro de poucas horas — a rádio local, no seu noticiário das 7, já tinha anunciado a minha saída para as 16 horas de hoje — na previsão de graves acontecimentos por toda a província, acontecimentos que me tornaria responsável caso me recusasse sair por decisão própria. Respondi que só sairia mediante uma ordem do Governo ou da Santa Sé. Cerca das 12.30 horas fui procurado pelo inspector Frade, acompanhado por outro elemento da D. G. S., o qual me comunicou, na presença do P. Alexandre Sousa e do P. João Cabral, que o Governo tinha decidido a minha saída no avião da TAP de hoje; para tanto, mandaria um helicóptero por volta das 16 horas à Namaacha para me transportar, juntamente com o P. João Cabral, directamente ao avião.

Fica assim bem claro que saio de Moçambique por ordem do Governo e contra a minha livre vontade».

QUE OS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO PAÍS CONTRIBUAM PARA O BEM DA SOCIEDADE PORTUGUESA

— voto dos bispos portugueses

O Secretariado-Geral da Conferência Episcopal da Metrópole distribuiu aos órgãos de informação o seguinte comunicado:

Os bispos da Metrópole tiveram a sua assembleia ordinária de Abril, em Fátima, do dia 23 ao princípio da tarde do dia 26.

No decurso dela ocorreram os acontecimentos de carácter nacional que são do conhecimento público, os quais não deixarão de ter fundas repercussões na vida do povo de que têm a responsabilidade pastoral.

Nestas circunstâncias formulam o voto de que tais acontecimentos contribuam para o bem da sociedade portuguesa, na justiça, na reconciliação e no respeito por todas as pessoas. Apelam para as virtudes cívicas dos católicos e de mais portugueses de boa vontade. E rezam a Deus pelo povo de Portugal. Na sua reunião começaram por considerar os acontecimentos recentemente verificados na Igreja de Moçambique, a complexidade dos mesmos e a informação deficiente e nem sempre exacta acerca deles difundida tanto no País como no estrangeiro. Não lhes pode ser indiferente o facto de tantas cristandades, até há pouco florescentes, se verem privadas da presença de missionários que pastoralmente as assistam. Não lhes é indiferente também o sofrimento dos pastores da Igreja de Moçambique que tão profundamente provada.

Consequentemente, a Conferências Episcopal da Metrópole decidiu enviar um telegrama ao presidente da Conferência Episcopal de Moçambique, D. Francisco Nunes Teixeira, bispo de Quelimane, exprimindo os seus sentimentos de comunhão eclesial e participação nas provações e sofrimentos dos bispos de Moçambique e das Igrejas que lhes estão confiadas.

Tendo conhecimento de que se encontra na Metrópole o bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, a Conferência resolveu enviar dois dos seus membros à sua residência para lhe manifestar a sua amizade fraterna e lhe dizer que os bispos da Metrópole, fazendo-se eco da Nota do bispo de Quelimane de 20 de Abril, lamentam as dolorosas ocorrências que provocaram a sua saída de Moçambique.

No cumprimento da agenda dos trabalhos, a Assembleia fez a revisão regulamentar das actividades do ano transacto nos diversos sectores da vida da Igreja em plano nacional, e tomou várias resoluções que oportunamente serão dadas a conhecer.

Fátima, 26 de Abril de 1974.

REPERCUSSÕES EM ÁFRICA

São de fundamental importância todas as informações provenientes dos territórios africanos, nomeadamente quanto às repercussões que, até ao momento, ali houve do movimento que depôs o governo fascista. Transcrevemos seguidamente o essencial do noticiário enviado pela A. N. I. e Lusitânia.

ANGOLA — Às 2 horas da manhã (hora local) o governador-geral da confiança e nomeação do prof. Marcelo Caetano foi substituído nas suas funções. Destituído pela Junta de Salvação Nacional, o eng. Fernando Santos e Castro cede o cargo ao tenente-coronel António da Silva Osório Soares Carneiro, até aqui secretário-geral de Angola.

Ontem, às 4.30, o Comando-Chefe distribuiu o seguinte comunicado:

«A Junta de Salvação Nacional, conforme texto da sua proveniência, assumiu poderes com o compromisso de garantir a sobrevivência da Nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental. O comandante-chefe interino das Forças Armadas de Angola e os elementos sob o seu comando, coesos da disciplina e firmes na determinação de continuar a bem servir, reconheceram a autoridade da Junta de Salvação Nacional, e de tal facto foi dado conhecimento a Lisboa na tarde de hoje, 26.» Assinava o general Francisco Rafael Alves, comandante-chefe interino.

Bastante mais tarde, às 23.30, o eng. Santos e Castro fazia ainda constar, através de um comunicado seu, que não recebera *«instruções»* da Junta. Assim, *«o Governo-Geral continua a cumprir o dever de assegurar a normalidade da vida na província e de evitar perturbações que prejudiquem o curso dos acontecimentos e os superiores interesses.»*

O «Diário de Luanda» foi o primeiro jornal angolano a noticiar, em letra de forma, a tomada de poder pelo Movimento das Forças Armadas. Esgotou-se rapidamente. Incluía várias telefotos de Lisboa na sua edição. E escrevia que, *«em momento grave da vida do País, como o actual»*, era de tomar em atenção os sacrifícios de vidas num combate que *«é condição para sobrevivência da Nação»*.

Outro comentário da Imprensa luandense, este do «Notícia»: *«O futuro de Angola continua nas nossas mãos. Se assim o entendermos, nada nos fará medo.»* O semanário acrescentava que *«Angola é imparável»*.

A demissão do eng. Santos e Castro foi-lhe comunicada pelo Comando-Chefe. Curioso: sucedeu tal às 23.30, hora a que o comunicado do ex-governador começava a circular. A substituição, recorda-se, deu-se já hoje, às 2 da manhã. Com uma formalidade de permeio: a entrega do governo-geral aprazava-se para as 12 horas de sábado (já se efectivou, portanto).

Um dado sobre o tenente-coronel Soares Carneiro — era o secretário-geral desde Novembro de 1972, data da entrada em funções do eng. Santos e Castro, e vinha então (ainda major) do governo do distrito de Luanda, onde se situa o «coração» da Diamang.

Entretanto era divulgado que o ex-secretário de Estado da Aeronáutica, general Tello Polleri, acidentalmente em viagem dita de serviço por Angola, conhecia a sua demissão. Regresso à Metrópole *«para breve»*.

MANIFESTAÇÃO DE APOIO EM VILA PERY

MOÇAMBIQUE — Segundo telegramas da A. N. I., houve ontem à tarde em Vila Pery, centro urbano de uma região (Manica e Sofala) aonde recentemente a Frelimo estendeu a sua actividade de guerrilha, uma manifestação popular de apoio à Junta de Salvação Nacional. Pormenores: 300 pessoas envolvidas, cerimónia de prestação de honras à bandeira portuguesa (no largo fronteiro aos C. T. T.), desfile com fanfarra de um pelotão de «comandos» (a pedido dos manifestantes). Cantou-se *«A Portuguesa»*. A bandeira foi içada por um civil e depois arriada por um militar. *«Tudo decorreu dentro da maior ordem e serenidade»* — acrescenta a referida agência.

Duas horas antes, às 14.30, uma delegação dos manifestantes avistara-se com o governador do distrito, dr. Canha e Sá, entregando-lhe um texto onde nomeadamente podia ler-se que o apoio dado à Junta se seguia ao anunciado propósito de *«efectiva democratização e restauração das liberdades cívicas»*. Os manifestantes diziam também da sua esperança no propósito (da Junta) de *«não alterar os estatutos administrativos das províncias ultramarinas»*.

Em Lourenço Marques a população agarrava-se aos rádios (Radio South Africa e B.B.C.) antes de o Rádio Clube de Moçambique, cerca das 12.30 de ontem, transmitir o programa da Junta de Salvação Nacional. Às 19.30 a mesma estação comercial (pertencente ao Rádio Clube Português, Banco Nacional Ultramarino, companhias suas dependentes e eng. Jorge Jardim) mandava para o ar 90 minutos de reportagem colhida ao vivo em Lisboa.

Da Beira e de Nampula vinham notícias de *«vida normal»*. Prevenção nas unidades militares (*«já não tão rigorosa como sucedera anteontem»* — conforme telegrama da A.N.I.)

Ainda em Lourenço Marques lia-se na Imprensa, por exemplo: *«O general António de Spínola, chefe da Nação portuguesa»* «Notícias»; *«O olhar o futuro como fim, definidos os objectivos a atingir, inclui a renovação da unidade que deverá traduzir a diversidade de parcelas sociais, colocadas com actualidade no significado que se dê à pessoa e ao seu valor, consoante a consciência que exista em cada um»* («Diário de Lourenço Marques», matutino católico, linguagem alusiva ou ambígua, como se quiser). As primeiras notícias tinham surgido, ainda anteontem, na «A Tribuna»: duas edições esgotadas em duas horas.

«Multidões consideráveis» nas ruas no centro de Lourenço Marques e da Beira — noticiava hoje em Lisboa o «Diário de Notícias» sem citar a proveniência da informação. Essas multidões comentavam *«com apreensão»* o noticiário chegado a Moçambique. Um comerciante teria dito: *«Seja como for, não permitiremos que nos abandonem»*.

«INDISCRITÍVEL ENTUSIASMO» EM BISSAU

GUINÉ — A Lusitânia assevera que foi «rodeado de indiscritível entusiasmo» que o tenente-coronel eng.º Mateus da Silva, novo responsável local pelos destinos do território, leu no salão nobre do Palácio do Governo, em Bissau a sua comunicação à província». O ex-governador e comandante-chefe, general Bettencourt Rodrigues, seguira já de avião para Cabo Verde (avião militar), acompanhado por três oficiais que *«se solidarizaram»* com ele, *«negando o seu apoio ao movimento militar»* (transcrevemos sob natural reserva).

Comunicação do tenente-coronel Mateus da Silva:

«Após a exoneração do governador que representava o regime que no país acaba de ser deposto pelos camaradas de terra, mar e ar, em acção de alto sentido patriótico e cívico, entendeu o Movimento das Forças Armadas da Guiné nomear-me para a funções de encarregado do Governo, funções em que acabo de ser reconhecido pela Junta de Salvação Nacional. Como patriota e militar não podia pois recusar-me a prestar ao nosso país e ao meu povo mais este serviço, educado como fui no princípio de servir a pátria em todas as circunstâncias que o interesse colectivo o determine. Quero, pois, que as minhas primeiras palavras sejam para o bom povo da Guiné, no desejo de que os princípios fundamentais definidos pela Junta de Salvação Nacional lhe tragam em breve uma nova era de paz, de progresso e de justiça social. Saúdo todos os camaradas que em mim depositaram a sua confiança, certo de que a usarei no respeito absoluto pelos princípios do Movimento.

«A todos os cidadãos aqui presentes, o meu muito obrigado pelo significado de uma presença que me dará redobrado ânimo em levar a bom cabo as funções em que agora fui investido.»

Representantes da população autóctone assistiram.

Mais tarde o Movimento das Forças Armadas da Guiné comunicava pela rádio que o novo comandante-chefe das Forças Armadas no território era o comodoro António de Almeida Brandão e pedia *«calma»* à *«população em geral»*.

S. TOMÉ APOIA, MACAU IDEM (ENTENDA-SE A GUARNIÇÃO)

Tanto a Lusitânia como a A. N. I., garantem que houve apoio (*«grande apoio»*, *total apoio»*) em S. Tomé e Príncipe e em Macau. Em S. Tomé o apoio foi dado pelo Comando Territorial Independente; em Macau, partiu de oficiais da *«pequena guarnição portuguesa»* (A.N.I.), já que o (ex-) governador, general Nobre de Carvalho, se remetia, por então, ao mutismo. Neste último território, como se sabe, é de capital importância a posição a assumir, ou divulgar, pela Associação Comercial Chinesa, designação eufemística que designa a delegação em Macau do Partido Comunista Chinês.

O DESEMBARGADOR ROCHA E CUNHA REGOZIJA-SE COM A ANUNCIADA EXTINÇÃO DOS PLENÁRIOS

(Continuado da pág. central)

de reacção, imposta pelo sentimento de justiça dos magistrados, contra os chamados «tribunais de excepção». Realmente são tribunais que fazem sempre surgir na opinião pública a suspeita de que não haverá uma independência total, a independência que existe os Tribunais Comuns.

— No caso português, os «tribunais de excepção» que vigoraram até agora não estavam «acima de toda a suspeita»...

— Eu não concordo de maneira nenhuma com a existência dos Plenários. Nem eu, nem — creio — a maioria dos meus colegas magistrados. Não concordamos. Pessoalmente nunca trabalhei nos Tribunais Plenários, não faço a mínima ideia do funcionamento daquilo. Só tinha conhecimento das decisões, e da forma como decorriam os julgamentos, através do relato da Imprensa.

— Relato truncado... Já agora faço-lhe uma pergunta mais directa, desculpe. Chegou alguma vez a estar na iminência de ir parar a um Tribunal Plenário?

— Não, nunca fui convidado. E, se o fosse, abandonava a magistratura.

— A Junta diz também que «os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juízes de Direito» (acabou a instrução pela PIDE — e acabou a PIDE...) (e julgados em Tribunais Ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos». E acrescenta que «as averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária». Pode transmitir-nos um comentário sucinto sobre estes pontos?

— Bom, eu penso que esta medida na verdade se impunha. No processo-crime há elementos fundamentais, embora não definitivos, resultantes da instrução preparatória. Ora, esses elementos têm de ser obtidos, têm de ser colhidos com toda a segurança e sob a direcção realmente de instrutores que possam merecer toda a confiança de quem vai julgar. Isto foi até já objecto de legislação não quanto aos delitos poíticos, mas quanto aos delitos comuns, do antigo ministro Almeida Costa. Simplesmente, pouco depois da publicação dessa reforma do Código de Processo Penal emanou do Ministério do Interior uma regulamntação que estabelecia um regime de excepção para os deitos considerados contra a política do então governo. No tempo do ministro Almeida Costa foi legislado que seria da competência do juíz de instrução tudo o que respeitasse à função de julgar a legalidade da prisão, necessidade de prorrogar a detenção e possibilidade de admissão de caução. Tudo isso era da competência do juiz de instrução. Mas veio depois um decreto do Ministério do Interior que considerou que o regime não era aplicável à instrução dos delitos políticos. A instrução destes ficava a cargo da então Direcção-Geral de Segurança. Foi no tempo do ministro Gançalves Rapazote.

— Uma última pergunta, dr. Rocha e Cunha: no vácuo criado pela demissão do ministro da Justiça (dr. Lino Neto) como encara a sua situação profissional?

— Encaro-a como a tenho encarado em toda a carreira: com a preocupação de fazer justiça, realizar a justiça, enfim, o mais rapidamente possível, com a maior brevidade, que é um dos elementos fundamentais de uma necessidade de natureza social imperiosa neste momento.

(Entrevista recolhida por F. Assis Pacheco)

O SECRETÁRIO-GERAL E O DIRECTOR DE EXPORTAÇÃO DO GRUPO MARTIN EM LISBOA

Vindos de Paris chegaram a Lisboa os srs. Stassenf e T. Cleenm Put, respectivamente secretário-geral e director de exportação do grupo internacional Arthur Martin que vêm tomar parte nas negociações que decorrem para assinatura dum importante acordo de cooperação industrial e comercial com a Metalúrgica Duarte Ferreira do Tramagal. Este acordo vai criar excelentes perspectivas de expansão no mercado internacional para o principal fabricante português de fogões eléctricos e a gás

O tenista Arthur Ashe nas meias-finais do torneio de Denver

DENVER (Colorado), 27 — (UPI-ANI) — O norte-americano Arthur Ashe derrotou ontem por 6-4 e 6-2 o sul-africano Ray Moore, qualificando-se para as meias-finais do Torneio Internacional de Ténis de Denver, dotado com o prémio pecuniário de 50 000 dolty (7250 contos).

Marck Cox, da Inglaterra, venceu o norte-americano Eddie Dibbs, por 6-3 e 6-4, nos quartos de final do mesmo Torneio.

Os outros semi-finalistas serão apurados nos encontros a disputar entre Rod Laver, da Austrália, Jan Kodes, da Checoslováquia, Roscoe Tanner e Paul Gerken, ambos dos Estados Unidos.

Nos quartos de final, pares, Marck Cox e Kamiwazumi, do Japão, derrotaram Eddie Dibbs e Harold Solomon, por 1-6, 6-4 e 6-4.

«Jornada maravilhosa...» —palavras de A. Jorge

«É uma jornada maravilhosa para o futuro de Portugal. Julgo que todos nós beneficiaremos, mesmo os profissionais de Futebol, pois a nossa actividade poderá ser mais dignificada e livre, a partir de agora. Nada mais consigo dizer...» foram as palavras emocionadas que Artur Jorge, presidente do Sindicato dos Futebolistas, e atleta do Benfica, nos transmitiu esta manhã, telefonicamente. Uma posição de notável civismo ante a indiferença actual de muita gente ligada ao Desporto.

NO REGRESSO DO SPORTING

«O GOVERNO REACCIONÁRIO FOI ESCORRAÇADO»

—souberam os jogadores na Alemanha Democrática

«A Rádio informou agora mesmo que o Governo reaccionário foi escorraçado pelo Exército e que foi implantada uma Junta de Salvação Nacional presidida pelo general António de Spínola», foram as palavras que a comitiva «leonina» ouviu de um guarda-fronteiriço da Alemanha Democrática quando se preparava para entrar na República Federal da Alemanha com destino a Lisboa. O mesmo guarda teria dito antes **«talvez já não queiram regressar ao vosso país...».**

Foi assim que os jogadores do Sporting, dirigentes e jornalistas presentes, tomaram conhecimento da tomada do poder pelo Movimento das Forças Armadas. Daí até Badajoz apenas se falou do levantamento militar, do general Spínola, e das consequências importantes que para o país terá a queda do regime que durante tantos anos tentou castrar o povo português.

E, caso curioso, as informações relatadas por alguns colegas da Imprensa Desportiva de hoje, atestam um grau acentuado de consciência política dos futebolistas conforme as conversas que terão mantido em todo o percurso até Lisboa.

A comitiva compareceu no aeroporto de Frankfurt aguardando a partida do avião da TAP que deveria transportar os jogadores para Lisboa.

No entanto, como a aeronave não tivesse chegado àquela cidade alemã, a «embaixada leonina» acabaria por seguir, também por via aérea, para Madrid, donde viria a partir, desta vez por estrada, para Badajoz no intuito de passar o posto fronteiriço de Elvas.

A entrada em Portugal viria a ocorrer apenas às 12 horas de ontem, tendo a comitiva de ficar instalada, durante a noite, em vários estabelecimentos hoteleiros da cidade fronteiriça espanhola. Alguns dos elementos que a constituíam foram albergados em casas particulares.

A Imprensa desportiva matutina dá especial relevo à acção desenvolvida pelo presidente do clube, João Rocha, para a superação das dificuldades encontradas para o regresso a Lisboa. A preocupação dominante, ao que se deduz, foi a de garantir a presença dos jogadores na capital portuguesa, com vista ao jogo de amanhã com o Belenenses, a contar para a Taça de Portugal.

A chegada a Lisboa registou-se cerca das 20 horas.

THEVENET É O GUIA DA VOLTA A ESPANHA

—Joaquim Agostinho continua na 10.ª posição

O belga Rik Van Linden venceu ontem a 4.ª etapa da «Vuelta» ciclista a Espanha, disputada na distância de 151 quilómetros entre Granada e Fuengirola.

Com o mesmo tempo do vencedor cortaram a meta Yves Benaets, Eric Leman (vencedor da 3.ª etapa), Gerben Karten e todos os 11 portugueses que participam na prova.

A classificação geral individual fica agora ordenada como segue: 1.º, Thevenet (Peugeot), 1 h 20 m 09 s; 2.º, Perurena (Kas), a 3 s; 3.º, Leman (Mic-Ludo), a 3 s; 4.º, Ocaña (Bic), a 19 s; e 5.º, Lasa (Kas) a 21 s.

Dos portugueses em prova, Joaquim Agostinho é agora 10.º classificado, a 29 s do guia. Outros portugueses:

13.º, Venceslau Fernandes (Benfica); 17.º, Joaquim Andrade (Mic-Ludo); 28.º, Joaquim Leite (Benfica); 35.º, Fernando Mendes (Benfica); 37.º, José Madeira (Benfica); 42.º, Agustim Tamames (Benfica); 46.º, José Martins (Benfica); 58.º, António Martins (Benfica); 67.º César Aires (Benfica); 82.º, Jorge Fernandes (Benfica); e 83.º, José Maria Nunes (Benfica).

Por equipas, a Peugeot comanda a classificação, seguida da «La Casera» (2.º), Kas (3.), Mic-Ludo (4.º) e em 5.º lugar, da Bic. A equipa do Benfica classifica-se em 8.º lugar.

NOVO RECORDE EM HALTEROFILISMO

MOSCOVO, 27 — (UPI-ANI) — O «meio-pesado» russo Vladimir Ryzhenkov bateu o seu próprio recorde mundial de halterofilismo no arremesso, conseguindo 163 quilos — meio quilo mais do que a marca anterior — anuncia a Tass.

A proeza decorreu nos campeonatos soviéticos da modalidade, em Tbilisi.

CONFERÊNCIA DO PROF. HORECKER NA FACULDADE DE MEDICINA

O prof. Horecker pronuncia no próximo dia 29, às 12 e 30, no anfiteatro 3 das novas instalações da Faculdade de Medicina, no Campo de Santana, uma conferência subordinada ao título Controlo da neoglucogénese: regulação da frutose difofatase por modificação proteolítica».

Ao prof. Horecher, do Instituto Roche de Biologia Molecular de Nova Jersey, e professor de Bioquímica do Albert Einstein College of Medecine de Nova Yorque, se devem vários trabalhos científicos entre os quais a descoberta do ciclo das pentosis (no ciclo de Dickens-Horecker).

É esta a primeira vez que aquele cientista visita o nosso país. A conferência será proferida em inglês e o autor será apresentado pelo prof. Manuel J. Halfern.

APARECEU MORTA NA RESIDÊNCIA

MONTARGIL — Arminda Maria Pratas, de 24 anos, casada, doméstica, natural do Peco, concelho de Coruche e residente na herdade denominada Cavaleiros, desta freguesia, foi encontrada morta na despensa da residência.

O acontecimento foi comunicado ao comandante da G.N.R. Depois de cumpridas as formalidades legais foi o corpo entregue à família, por se ter provado não ter havido crime.

Visitas guiadas à Exposição Hadju, na Gulbenkian

No âmbito de extensão cultural da Exposição Hadju, que se encontra patente ao público nas Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, vão realizar-se quatro visitas guiadas àquela exposição nos seguintes dias: 26 do corrente, as 11 e 30, orientadas por Egídio Alvaro; dia 29, às 11 e 30, pelo pintor João Rocha de Sousa; dia 30, às 18 horas, pelo arq.º Mário de Oliveira e dia 2 de Maio, às 11 e 30, pelo escultor João Fragoso.

A inscrição, com o limite máximo de 40 pessoas, por visita, está aberta nos Serviços de Recepção da Fundação Gulbenkian, dentro das horas normais do expediente.

CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRADA

A Câmara Municipal da Sertã abriu concurso, pelo prazo de vinte dias, para reparação da E. M. 529-1, da E. M. 529 à E. N. 241.

As condições do concurso estão presentes na secretaria municipal e na Direcção de Estradas do Distrito de Castelo Branco, sendo a base de licitação de 909 488$50.

DETIDO EM CASTELO DE VIDE O PROVEDOR DA MISERICÓRDIA

CASTELO DE VIDE — Permanece detido na cadeia desta vila, à ordem do tribunal, o dr. José Casal Ribeiro, provedor da Misericórdia e presidente da Caixa de Crédito Agrícola locais.

Segundo o nosso prezado colega «A Rabeca», de Portalegre, a detenção teria ocorrido no passado dia 16 e estaria relacionada com determinadas investigações levadas a cabo para apuramento do que o semanário chama «responsabilidades nos desvios de fundos» daqueles dois organismos, de que seria acusado o sr. Estrela de Azevedo, simultaneamente secretário da Mesa da Misericórdia e funcionário da Caixa de Crédito.

Ao mesmo tempo encontrar-se-ia caucionada uma terceira individualidade, o sr. José Júlio Rabaça, que foi tesoureiro da Mesa da Misericórdia.

Não se conhecem mais pormenores, pelo facto de o caso estar a coberto do segredo de Justiça.

o prato do dia

A alegria dos portugueses manifestada no centro de Lisboa por cerca de vinte mil pessoas

Cerca de duas dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se ontem, no Rossio, a partir das 18 horas. Foi este, sem dúvida, um dos pontos culminantes das demonstrações de adesão ao Movimento das Forças Armadas que, em 25 de Abril, derrubou o regime que há 48 anos nos oprimia.

Ostentando dísticos onde se lia «Amnistia», «Direito à Greve» e «O Povo Unido jamais será vencido», a multidão, na qual predominava a juventude, essa mesma juventude que há treze anos morre em África, cantou diversas vezes o hino nacional e, num clima de grande paternidade e euforia revolucionária, mostrou até que ponto era urgente a libertação de Portugal.

Gritando «Fim à Guerra Colonial», «Independência», «Democracia e Paz», «Poder à Classe Operária» e outros «slogans», a multidão manifestante foi aumentando a um ritmo verdadeiramente impressionante, subindo em seguida a Avenida da Liberdade, a Fontes Pereira de Melo, atravessando o Saldanha, a praça do Chile, descendo depois a Almirante Reis e concentrando-se de novo no Rossio.

Do itinerário constava igualmente a subida ao Chiado e Largo Camões onde elementos da Polícia Militar a fez dispersar pacificamente, avisando-os do perigo que corriam se atravessassem a zona, pois que, no interior da Igreja de São Roque, se encontravam elementos armados da ex-PIDE-D.G.S.

As forças da Escola Prática de Infantaria de Mafra, comandadas pelo capitão Albuquerque foram entusiasticamente saudadas pela multidão no momento em que atravessaram o Rossio.

A missão dos elementos das Forças Armadas que pretendiam desimpedir o trânsito foi facilitada pela multidão que continuou a vitoriá-los. Impressionante foi também a troca de saudações entre os elementos das Forças Armadas e a multidão.

Verdadeira mescla política como se pode verificar pelas numerosas inscrições espalhadas pela estátua de D. Pedro e pelas paredes dos edifícios, a manifestação de ontem foi, acima de tudo, uma demonstração de alegria popular no momento decisivo da libertação nacional.

O fascismo caiu e as pessoas gritaram «Vitória». A mesma P.S.P. que semanas antes espancava brutalmente os manifestantes naquela praça, sob as ordens de chefes que devem continuar em liberdade, assistiu passivamente ao desenrolar dos acontecimentos sem ter chegado a intervir, embora vontade não lhe devesse faltar.

Gritando com um vigor impressionante o seu desejo de liberdade, silenciado durante quase cinquenta anos de fascismo descarado, a multidão a pedir «morte à PIDE», ofereceu tabaco e flores aos militares que circulavam na zona.

Por volta das 19 hoars discursavam do pedestral da estátua de D. Pedro representantes de alguns grupos de esquerda que gritaram com a multidão pontos essenciais da sua militância, agora tornada possível. Um aspecto fundamental preocupava a multidão: qual o destino que ia ser dado aos 240 agentes da PIDE detidos na R. António Maria Cardoso, mas uma vez conhecida a notícia da sua transferência para o forte de Caxias os ânimos acalmaram, tendo a multidão continuado a festejar a libertação nacional na zona do Chiado e noutras partes da cidade.

TOTAL LIBERDADE SINDICAL

— Pede-se num documento de 15 sindicatos

Representantes de 15 sindicatos assinaram um documento no qual se apresenta uma lista de 14 reivindicações, texto que passamos a transcrever. Os signatários são o Sindicato dos Técnicos de Desenho, dos Caixeiros, dos Seguros, dos Metalúrgicos, dos Químicos, de Radiodifusão e Telecomunicações, dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, dos Transportes Urbanos, dos Bancários, da Propaganda Médica, dos Jornalistas, dos Lanifícios, dos Caixeiros e Escritórios de Santarém, do Serviço Social e dos Electricistas.

«Os sindicatos signatários, tendo tomado conhecimento da proclamação hoje feita ao País pelo M. F. A., onde se anuncia o fim do regime de opressão fascista, que sempre se identificou exclusiva e criminosamente com o poder económico monopolista, impondo níveis de vida verdadeiramente miseráveis ao País, e considerando que:

foi a movimentação dos trabalhadores em luta ao longo dos últimos 50 anos, não obstante violentamente reprimida, que criou condições para o êxito do M. F. A.;

a efectiva libertação económica e política da classe trabalhadora, face a toda e qualquer reacção, só pode concretizar-se com a consciente e imediata participação de todos os trabalhadores no processo ora iniciado;

para além do desejado, urgente e amplo debate do que deverá ser o futuro sindical no nosso País, a realizar em Assembleias Gerais a convocar brevemente;

Entendem que são reivindicações imediatas, fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores, aliás, numa linha de concretização prática de declarações de princípio expressas pelo M. F. A., as seguintes:

1 — 1.º de Maio como feriado.
2 — Total liberdade sindical, com ratificação da Convenção n.º 87 da O.I.T.
3 — Que sejam repostas as liberdades individuais do Povo Português.
4 — Fim à carestia da vida.
5 — Aumento imediato de salários e instituição do salário mínimo nacional.
6 — Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, em 5 dias.
7 — Reintegração nos seus locais de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua actividade sindical.
8 — Liberdade de reunião e associação.
9 — Imprensa completamente livre. Responsabilidade das redacções na orientação das publicações.
10 — Administração da Previ-
11 — Federação em Organisdência exclusivamente pelos trabalhadores.
mos Internacionais Sindicais.
12 — Direito à greve.
13 — Extinção total da PIDE/DGS e julgamento público dos seus membros.
14 — Liberdade imediata de todos os presos políticos.

VIVA A CLASSE TRABALHADORA. VIVA PORTUGAL.»

ADESÃO

Com «o objectivo de evitar quaisquer mal-entendidos», foi radiodifundido, ontem, ao fim da tarde, um comunicado a informar que a totalidade das Forças Armadas, designadamente as da Região Militar de Coimbra, aderiram ao movimento militar e «cumprem, integralmente, as ordens da Junta de Salvação Nacional.

informações úteis

FARMACIAS DE SERVIÇO

ALCOCHETE
Gameiro — Telefone 234100.

ALMADA
Algarve — Rua Fernão Lopes 1 — Telef. 270271.

B. DA BANHEIRA
Fátima — Telefone 204141

BARREIRO
Moderna — Rua Henriqueta G. Araújo, 12 — Telef. 2073443.

COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues — Praça 5 de Outubro, 62 — Telef. 270121.

LARANJEIRO
Moderna

MOITA
União Moitense — Telefone 239025.

MONTIJO
Diogo Marques — Telefone 230032.

SEIXAL
Soromenho — Telefone 2218560.

SESIMBRA
Leão — Telefone 229025.

SETUBAL
Normal do Sul — Praça do Bocage — Telef. 22216.
Moreira Martins — Praça Olgga Morais Sarmento.

TELEFONES URGENTES

ALMADA
Bombeiros Voluntários de Almada 270063 e 271653
Bombeiros Voluntários de Cacilhas, 270078 e 2763434
Serviços Médicos
Hospital (Rua D. José de Mascarenhas) 270162, 271118 e 271119
Policlínica (Praça D. Pedro I, 5, 1.º esq.º) 2760409
Caixa de Previdência
Posto n.º 3 270267 e 270055
Posto n.º 8 2762121
Água — Secret. e secção técn. dos Serviços Municipalizados — Serviço de piquete (avarias e roturas) 2767098
Electricidade — U.E.P.
Geral (Rua Francisco de Andrade, 22) 271121
Avarias (de noite) 271125
Enfermagem
Centro de Enfermag. Cristo-Rei 2765250 e 2767002
Centro de Enfermag. Permanente — Central de Almada 2760723
Centro de Enfermag. Sul do Tejo 2764545
Táxis
Praça de Almada 2765401
Praça de Cacilhas 270129
Central de Cacilhas 271922 e 2766217
P. S. P. 270871
G. N. R. 270015
Brig. Trâns.-Cacilhas 270124
Câmara Municipal de Almada 270931 e 270556
Finanças 270883
Tribunal 270049
Transportes Colectivos Transul 270064 e 2492877

BARREIRO
ÁGUAS
Serviço de avarias:
horário normal 2073831
depois das 19 h 2073832
BOMBEIROS
Sul e Sueste 2073032
Da CUF 2073811
Salvação Pública 2073062
ELECTRICIDADE
Bonfim (Expediente) 2073039
» (falta de corrente) 2073030
U. E. P. 2073062
ENFERMEIROS
Estadão 2073600
Fouto 2074002
D. Adelaide Leal 2073344
Comando Militar 2073133
Posto Urbano 2073954
SERVIÇOS MÉDICOS
Hospital 2073666
Serv. Médicos da Cuf 2073282
Fed. Caixas Previdênc. 2073282
Clínica dr. Seixas 2074046
TÁXIS
Praça de Automóveis 2072882
Praça de Táxis 2072764
DIVERSOS
Câmara Municipal 2073831
PBX da CUF 2073811

COVA DA PIEDADE
Táxis 270696, 270767 e 2760039
Bombeiros Voluntários 270145
G. N. R. 2760807

CASA DE SAÚDE
DR. RESENDE ELVAS
Telef. 27 01 15 - 27 04 29

C. DA CAPARICA
Bombeiros Voluntários de Cacilhas 2400036
P. S. P. 2401461
Turismo 2400071
Serv. Municipalizados 2401042

FEIJÓ
Posto Clínico, Caixa de Previdênc., 2491463 e 2491488

SETÚBAL
Bombeiros Municipais 0422122
Bombeiros Voluntários 0423223
P. S. P. 0422022
G. N. R. 0422018
Hospital 0422133 e 0422294
(Brigada de Trâns.) 0422908
Cruz Vermelha 0422578
As. Soc. Mút. Setub. 0422226
As. de Benef. Familiar 0422601
Serv.º Municipalizados (depois das 17.30 h) 26101
Serviço de Emergência 115

SEIXAL
Bombeiros (Mundet) 2218565
Táxis 2218810
Centro de Saúde — Misericórdia, c. serviço de ambulância 2218824
Caixa de Prev. — Serviços Médico-Sociais 2218718
Policlínica 2218754
Câmara Municipal 2218522
P. S. P. 2218409
G. N. R. 2218948
G. F. 2218640

TRAFARIA
Bombeiros Voluntários 2458993
Táxis 2458177

ESPECTÁCULOS

ALMADA
Academia Almadense 270127
Cine Incrível 270929

AMORA
Cine-Teatro
Sociedade Amorense
«O último resgate» (18 anos)

BARREIRO
Ferroviários 2073335
Teatro-Cine Barreiren. 2073208

C. DA CAPARICA
Cine Copacabana

COVA DA PIEDADE
Recreativa Piedense 2400087
S. F. U. A. Piedense 2700216

LARANJEIRO
C. Instrução e Recreio 2490296
«San Francisco de Assis» (14 anos)

PALMELA
Cine-Teatro S. João 235047

PORTO BRANDÃO
Cine Porto Brandão 2454693
«Joe Dacota» (14 anos)

SETÚBAL
Casino Setubalense 0422498
Cine-Teatro Luísa Todi 0422127
Salão Recreio do Povo 0422598

O TEMPO

SITUAÇÃO GERAL ÀS 9 HORAS DE HOJE — Em Portugal Continental o céu estava geralmente muito nublado, o vento era fraco e havia neblina em alguns locais.

TEMPERATURAS ÀS 9 HORAS DE HOJE — Porto, 11; Penhas Douradas, 5; Coimbra, 10; Portalegre, 7; Lisboa, 12; Faro, 15; e Funchal, 10.

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 HORAS DE AMANHÃ — Períodos de céu muito nublado, vento moderado de noroeste, períodos de chuva ou aguaceiros.

MARÉS PARA AMANHÃ — Preia-mar, às 6 e 32 e às 20 e 56; Baixa-mar, à 1 e 48 e às 14 e 09.

MARMORISTA CENTRAL DA MOITA, LDA.

Certifico que, por escritura de 21 de Novembro de 1973, de fl. 22 v.° a fl 23 v.° do livro de notas para escrituras diversas n.° 8-D do 2.° Cartório da Secretaria Notarial de Sintra, a cargo da notária licenciada em Direito Amélia Josefina de Queirós Lopes, entre Artur de Jesus Claro, José Maria Pinto e Rogério de Jesus Felício foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a qual fica a ser regida pelos seguintes artigos:

1.° — A sociedade adota a denominação Marmorista Central da Moita, Ld.ª, fica a ter a sua sede e principal estabelecimento na Estrada de Palmela, 100, freguesia do Juncalilho, concelho da Moita, teve o seu início no dia 2 do corrente mês de Novembro e durará por tempo indeterminado.

2.° — O objecto da sociedade é a exploração de mármores e cantarias ou qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade resolva explorar.

3.° — O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 60 000$ e corresponde à soma de três quotas de 20 000$, uma de cada sócio.

4.° — A gerência e administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertencem ao sócio José Maria Pinto, o qual fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

5.° — A divisão e cessão de quotas entre os sócios é livre; para estranhos depende do consentimento dos restantes sócios.

6.° — Os sócios José Maria Pinto e Rogério de Jesus Felício não poderão exercer por conta própria ou associados a outrem a exploração da indústria de mármores no distrito de Setúbal.

7.° — Quando a lei não exija outras formalidades, as reuniões das assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência, pelo menos, de oito dias, nelas se indicando o local e o assunto a tratar.

Na parte omitida desta escritura nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

É certidão de teor parcial que fiz extrair e vai conforme ao original.

Secretaria Notarial de Sintra, 23 de Novembro de 1973.

A Ajudante

Lucília Dias Gomes

CÂMBIOS

Banco Borges & Irmão

Índices de cotação das acções (Base: Dez. 65=100)

	17/4/74	22/4/74	24/4/74
GERAL	306,2	292,2	285,4
METROPOLIT.	320,6	305,1	297,4
Industriais	200,5	197,9	197,1
Bancárias			
Eléctricas			
Diversas			
ULTRAMARINA			
Angolanas			
Moçambicanas			

MERCADO LIVRE

NOTAS	Compra	Venda
Coroa (Dinamarca)	4$00	4$30
Coroa (Noruega)	4$35	4$65
Coroa (Suécia)	5$45	5$80
Cruzeiro Novo	3$20	4$00
Dirham	—$—	—$—
Dólar (Canadá)	25$60	26$60
Dólar (E. U. A.)	25$10	26$10
Florim	9$15	9$45
Franco (Bélgica)	$61,5	$64,5
Franco (França)	5$00	5$40
Franco (Suíça)	8$15	8$50
Iene (Japão)	$07	$09,5
Libra	60$00	63$00
Lira	$03,5	$04
Marco	9$75	10$05
Peseta	$43	$46
P. Novo (Arg.)	—$—	—$—
Rand	31$00	34$00
Shiling (Áustria)	1$34	1$40
OURO		
Libra de Reis	1500$00	1650$00
Rainha Vitória	1500$00	1650$00
Moderna (Isabel II)	1350$00	1500$00
Ouro fino	140$00	155$00

AGOSTINHA & RESSURREIÇÃO, LIMITADA

NOTARIADO PORTUGUÊS

Eu, abaixo assinado, ajudante do 20.° Cartório Notarial de Lisboa, sito na Avenida Almirante Reis, número 202, rés-do-chão, certifico para efeitos de publicação que, por escritura de 24/5/971, lavrada nas notas deste Cartório, no livro B número 123 de folhas 59 a folhas 60 verso, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada; nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

1.° — A sociedade girará sob a firma Agostinha & Ressurreição, Limitada, e fica com a sede e o estabelecimento na Avenida Conde Valbom, número 65, rés-do-chão, direito, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa.

2.° — O objecto social é o comércio de fancaria, retrosaria, camisaria, malhas, confecções, artigos de decoração, papelaria, perfumaria, detergentes e o de qualquer outro ramo em que os sócios acordem.

3.° — O capital social é de 100 000$00, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das quotas dos sócios: uma quota de 66 000$00 pertencente à sócia D. Maria Agostinha e uma quota de 34 000$00, pertencente ao sócio António Manuel da Ressurreição Pinto.

4.° — A duração da sociedade é por tempo indeterminado e o seu início conta-se, para todos os efeitos, a partir de hoje.

5.° — A gerência, dispensada de caução, pertence a ambos os sócios, e para obrigar a sociedade, é necessária a intervenção conjunta dos dois gerentes, que poderão delegar os seus poderes de gerência.

§ único. É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

6.° — Dependem do consentimento da sociedade as cessões de quotas a estranhos.

7.° — As assembleias gerais, quando a lei não exija outros requisitos, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 8 dias.

Para constar, se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial que vai conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

Lisboa, 31 de Maio de 1971.

A Ajudante

Maria do Céu Martins Lucena Gomes

NOTARIADO PORTUGUÊS

Décimo Cartório Notarial de Lisboa — Notário: Lic. Abílio António Belo Tavares Cadete

Eu, abaixo assinado, Ajudante do 10.° Cartório Notarial de Lisboa certifico:

UM — Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original.

DOIS — Que foi extraída neste Cartório da escritura exarada de folhas sessenta e oito verso a setenta e uma, do livro B-cento e dois, de escrituras diversas deste cartório.

TRÊS — Que ocupa seis folhas que têm aposto o selo branco deste Cartório e estão, todas elas, numeradas e por mim, Ajudante, rubricadas.

Lisboa, vinte e nove de Janeiro de mil novecentos e setenta e quatro.

O Ajudante,

Ilegível

DIVISÃO E CESSÕES DE QUOTAS, na sociedade «TAMBORIM — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LIMITADA».

No dia vinte e cinco de Janeiro de mil novecentos e setenta e quatro, no Décimo Cartório Notarial de Lisboa, perante mim, o notário licenciado Abílio António Belo Tavares Cadete, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO: ANÍBAL DAS NEVES GUSMÃO, natural de Alvares, concelho de Góis, casado sob o regime de comunhão geral de bens com D. Cidália de Jesus Marques Gusmão, com residência habitual nesta cidade, na Rua Maria da Fonte, número 13, 3.° E.

SEGUNDO: GERMANO VITAL CARVALHAIS, natural de Bornes, concelho de Vila Pouca de Aguiar, casado sob o regime de comunhão geral de bens com D. Umbelina de Jesus Marques Carvalhais, com residência habitual na Praceta de São Miguel, número 3, 2.°, esquerdo, na Damaia, concelho de Oeiras.

TERCEIRO: JOSÉ MARIA DA CONCEIÇÃO SIMÕES, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Maria, concelho de Vila Nova de Poiares, com residência habitual nesta cidade, na Rua Maria da Fonte, número 13, 3.°, esquerdo.

QUARTO: ADOLPHE ALEXANDRE DOUKARSKY apátrida, natural de Petrogrado, Rússia, casado sob o regime de comunhão geral de bens com D. Raquel Samuel Esaguy de Doukarsky, com residência habitual nesta cidade, na Rua Ramalho Ortigão, número 43, 5.°, direito.

QUINTO: DARIO ESAGUY DOUKARSKY, natural de Sá da Bandeira, Angola, casado sob o regime de separação de bens com D. Maria da Conceição Pita de Sousa Doukarsky, com residência habitual nesta cidade, na Rua Ramalho Ortigão, número 43, 5.°, direito.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela forma no final referida.

E PELOS PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO OUTORGANTES FOI DITO: Que são ao presente os únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «TAMBORIM — ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LIMITADA», com sede nesta cidade, na Rua Gomes Freire, números catorze e dezasseis, constituída por escritura de catorze de Dezembro de mil novecentos e sessenta e sete, lavrada a folhas quatro, verso, e seguintes, do livro A-mil oitocentos e quarenta e um, e, alterada pela lavrada em vinte e nove de Maio de mil novecentos e setenta e dois, a folhas cinquenta verso e seguintes, do livro C-setenta e um, outorgadas, respectivamente, nos Terceiro e Décimo Oitavo Cartórios Notariais de Lisboa.

Que, nos termos desta última escritura (da qual arquivo fotocópia-certidão) é de OITOCENTOS MIL ESCUDOS o capital da sociedade, que se acha integralmente realizado.

Que, nesse capital social, possuem, cada um deles, primeiro, segundo e terceiro outorgantes, uma quota dos valores nominais, respectivamente, de SEISCENTOS E CINQUENTA MIL ESCUDOS, CEM MIL ESCUDOS e CINQUENTA MIL ESCUDOS.

Que, pela presente escritura, e com o consentimento da sociedade, procedem as seguintes divisões e cessões de quotas, a saber:

Ele, primeiro outorgante, ANÍBAL DAS NEVES GUSMÃO, divide aquela sua referida quota do valor nominal de seiscentos e cinquenta mil escudos, em duas novas quotas, uma do valor nominal de DUZENTOS MIL ESCUDOS, que reserva para si, e, outra do valor nominal de QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL ESCUDOS, que cede ao quinto outorgante Dário Esaguy Doukarsky;

Ele, segundo outorgante, GERMANO VITAL CARVALHAIS, divide a sua mencionada quota do valor nominal de CEM MIL ESCUDOS, em duas novas quotas, uma do valor nominal de NOVENTA MIL ESCUDOS, que cede ao dito quinto outorgante Dário Esaguy Doukarsky, e, outra do valor nominal de dez mil escudos, que cede ao quarto outorgante Adolphe Alexandre Doukarsky; e,

Ele, terceiro outorgante, JOSÉ MARIA DA CONCEIÇÃO SIMÕES, cede também ao quinto outorgante Dário Esaguy Doukarsky, a sua referida quota do valor nominal de CINQUENTA MIL ESCUDOS.

Que as cessões são feitas por preços iguais aos dos respectivos valores nominais, que já receberam dos cessionários, a quem colocam no lugar, deles, cedentes, com todos os direitos e obrigações correlativos, saindo os segundo e terceiro outorgantes da sociedade, a cuja gerência renunciam.

Que, como únicos sócios que são da sociedade conforme se verifica de fotocópia arquivada da citada escritura, mutuamente se autorizam às divisões de quotas e cessões efectuadas.

Que a sociedade não possui bens imóveis no seu património.

Que, eles, outorgantes declaram que a sociedade não tem qualquer passivo, e aquele que, porventura, apareça e que tenha sido contraído até ao dia um de Janeiro de mil novecentos e setenta e quatro, inclusivé, seja financeiro, seja de responsabilidades sociais é de sua inteira responsabilidade.

PELOS QUARTO E QUINTO OUTORGANTES FOI DECLARADO:

Que aceitam as cessões, quitação dos preços e mais declarações exaradas.

PELOS PRIMEIRO, QUARTO E QUINTO OUTORGANTES, FOI ENTAO DITO:

Que são agora os únicos sócios da dita sociedade, e, nessa qualidade substituem o artigo QUINTO do pacto social, pelo seguinte:

QUINTO: A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence em exclusivo ao sócio, Adolphe Alexandre Doukarsky, com dispensa de caução.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Para obrigar a sociedade basta e é indispensável que os respectivos actos e documentos sejam assinados pelo referido gerente Adolphe Alexandre Doukarsky.

PARAGRAFO SEGUNDO: O gerente Adolphe Alexandre Doukarsky fica autorizado a delegar em quem entender os seus poderes, no todo ou em parte.

PARAGRAFO TERCEIRO: A decisão relativa ao trespasse do estabelecimento da sociedade, bem como à aquisição e alienação de imóveis, depende de deliberação da assembleia geral.

Assim o disseram, outorgaram e reciprocamente aceitaram.

Adverti os outorgantes da obrigatoriedade de registo do presente acto, dentro de três meses, a contar de hoje.

Esta escritura foi lida e explicada, quanto ao seu conteúdo, em voz alta, na presença simultânea dos outorgantes, cuja identidade verifiquei por declaração dos abonadores, também presentes a este acto, Gil Victor Duarte Viana, casado, com residência habitual nesta cidade, no Campo de Santana, número 124, 1.°, esquerdo, e, Manuel das Neves, casado, com residência habitual na Rua do Sol a Santana, número 27, 1.°, dt.°, em Lisboa, esclarecendo o quarto outorgante Adolphe Doukarsky, não obstante residir em Portugal há mais de quarenta anos, que o dinheiro com que foi pago o preço da quota adquirida por esta escritura, provêm de rendimentos próprios existentes em Portugal.

(Assinam os outorgantes e o Notário.)

RÁDIO

AMANHÃ

EMISSORA NACIONAL

1.º Programa

8: Jornal da manhã — Programa da manhã; 9: Noticiário — Revista da Imprensa — Programa da manhã; 10: Noticiário; 10.05: «Zás Catrapás»; 11: Noticiário; 11.05: Missa transmitida da Igreja de S. João de Deus; 12: Noticiário; 12.05: Novidades em discos; 13: Jornal da tarde; 13.35: Fados de Coimbra; 13.35: Fados de Coimbra; 14: Música de órgão; 14.15: Música portuguesa; 15.20: Marchas 15.30: Resumo do programa — Tarde desportiva — Rádio Desportivo—Futebol: Relato e informações dos jogos da 6.ª eliminatória da «Taça de Portugal»; — Actualidade desportiva; 18.30: Música sem palavras; 19: Noticiário; 19.05: Música da Europa; 20: Jornal da noite — Resumo do programa — Êxitos em parada; 21: Rádio desporto; 21.30: Pequena história do Teatro musicado em Portugal; 21.50: Música só música; 22: Teatro das comédias «Os Namorados»; 22.29: Música portuguesa; 23: Noticiário; 23.05: Sol e toiros; 23.30: De um dia para o outro; 0: Fecho.

2.º programa

8: Abertura da estação — Jornal da manhã—Música portuguesa; 8.15: Férias em Portugal; 9: Resumo do programa — Música sinfónica; 9.45: A vida é uma coisa maravilhosa; 10.15: R. M.; 10.40: Album musical; 12: Música sinfónica; 12.30 Solos de piano; 12.55: Música de câmara; 13.30: A Ciência ao serviço do Homem; 13.50: Música de arco; 14: Jornal da tarde; 14.33: Perspectivas da obra de Richard Strauss — Música orquestral; 15.30: Resumo do programa — Onda musical; 16: Noticiário — Onda musical; 17: Noticiário — Onda musical; 18: Noticiário—Onda musical; 18.30: Resumo do programa — Concerto de domingo — Intercâmbio musical; 20: Jornal da noite; 20.30: Nocturno; 20.40: O Homem e a Sociedade; 21: Resumo do programa — Um violoncelista; 21.30: Que quer ouvir?; 22.58: Resumo do programa; 23: Emissão em Línguas estrangeiras; 1.15: Fecho.

Programa estereofónico MF 2

15.30: Resumo do programa — Audição integral de «O Anel dos Nibelungo»; 16.42: Concerto para violino e orquestra; 17.12: Conjunto de câmara; 18: Música de bailado; 18.30: Junção com o 2.º programa; 21: Resumo do programa — Música ligeira variada; 22: Oratória «A Paixão de Cristo»; 0.58: Resumo do programa; 1: Fecho.

CARTAZ DOS ESPECTÁCULOS

TEATROS

(Maiores de 4 anos)

SAO LUIZ — 15.30 — «A Princesa e o Papagaio»

(Maiores de 14 anos)

MARIA MATOS — 21.45 — «Morte de Um Caixeiro Viajante»

(Maiores de 18 anos)

VILLARETT — 21.45 — «A Dama de Copas e o Rei de Cuba»

VASCO SANTANA — 16 e 21.45 — «O Mar»

CAPITOLIO — 21.45 —«A Menina Alice e o Inspector»

MARIA VITORIA — 20.45 e 23 — «Ver, Ouvir e... Calar»

CASA DA COMEDIA — 22 — «Doroteia»

VARIEDADES — 20.45 e 23 — «Uma Rosa ao Pequeno-Almoço»

ABC — 20.45 e 23 — «Tudo a Nu»

CINEMAS

(Maiores de 6 anos)

POLITEAMA—15.15, 18.15 e 21.45 — «Eusébio, A Pantera Negra»

CINEARTE — 18.30 — «Pippi das Meias Altas»

EUROPA — 18.30 — «A Sedução da Selva»

(Maiores de 14 anos)

CONDES — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 —«O Magnífico»

EDEN — 15.30, 18.30 e 21.45 — «Às Ordens de Vossselência»

BERNA — 15.15, 18.30 e 21.45 — «Jesus Cristo Superstar»

ALVALADE— 15.30, 18.30 e 21.45 — «A Rainha do Karaté»

OLIMPIA — 14 — «Fabricante de Louras Explosivas»

SALAO LISBOA — 14 — «O Sinal de Django»

ROMA — 15.30, 18.30 e 21.45 — «Os Heróis»

MONUMENTAL — 0.30— «Acção Executiva»

(Maiores de 18 anos)

ESTUDIO — 15, 17, 19, 21.45 e 0.15 — «Ritual»

LONDRES — 14.15, 16.30 e 18.45 — «O Convite» — 21.45 — «Hiroshima Meu Amor»

ESTUDIO APOLO 70 — 15.15, 18.30 e 21.45 — «American Graffiti» — 24 — «O Caçador de Bruxas»

MONUMENTAL — 15.15, 18.30 e 21.30 — «Harry o Detective em Acção»

ESTUDIO 444 — 15.30, 18.30 e 21.45 — «O Porteiro»

ROXY—14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 — «Até ao Amanhecer»

MUNDIAL — 15.15, 18.30 e 21.30 — «O Nosso Amor de Ontem»—0.30 — «Uma Carreira Sensacional»

S. JORGE — 15.15, 18.15 e 21.30 — «Delírio de Amor»

PATHÉ — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 — «Conde Yorga Vampiro»

TIVOLI — 15.15, 18.30 e 21.45 — «A Galopada»

SATELITE — 15.30, 18.30 21.45 e 0.15 — Cerimónia Solene»

BERNA — 0.30 — «Uma pistola para Ringo»

RESTELO — 17 e 21.30— «Fim-de-Semana Ilegítimo» — 0.15 — «O Médico e o Monstro»

EUROPA — 15.15 e 21.30 — «Vêm aí os Cabeludos»

CASTIL — 15, 17, 19 e 21.45 — «Segredos Proíbidos»

ODEON — 15.15, 18.15 e 21.30 — «Cruel Vingador»

IMPERIO — 15.15, 18.30 e 21.30 — «Um Homem de Sorte»

AVIS — 15.30, 18.30 e 21.45 — «Malteses, Burgueses e às Vezes...»

CINEARTE — 15.30 e 21.30 —«O Último Comboio» — 0.30 — «Scotland Yard contra Mabuse»

LUMIAR — 15.30 e 21— «A Charada da Morte»

PROMOTORA — 15.15 e 21 — «Fogo Cruzado»

PARIS — 15 e 21 —«Fim-de-Semana Ilegítimo»

JARDIM — 15 e 21 — «Ferro em Brasa»

IDEAL — 15.15 e 21 — «Shaft Mafia em Nova Iorque»

POLITEAMA — 0.30 — «Terror na Caça Submarina»

NOS ARREDORES

(Maiores de 6 anos)

CASINO E STORIL — 15.30 — «Os Aristogatos»

ALGÉS — 17.30 — «Os Filhos do Deserto»

(Maiores de 10 anos)

S. JOSÉ — 16 e 21.30— «E Agora Chamam-lhe Magnífico!»

ALHANDRA — 15.15 e 21.15 — «As 14 Amazonas»

DAMAIA — 15 e 21.30— Aventura de Poseidon»

(Maiores de 14 anos)

MOSCAVIDE — 15.30 e 21 — «Uma Odisseia Submarina»

CINE ESTORIL — 21.30 — «Ele aí Está!»

QUELUZ — 21.15 — «Um dia de Vida de Ivan Denisovich»

AMADORA — 15 e 21.15 — «Os Olhos da Noite»

CARLOS MANUEL—21.30 — «O Jogo da Fortuna e do Azar»

CARCAVELOS — 21.30— «Mansão do Poder Oculto»

SACAVÉM — 15.30 e 21 — «Cobras Venenosas»

ALGÉS — 21.30 — «A Noite Americana»

(Maiores de 18 anos)

PALACIO — 16 e 21.30 «O Monte dos Vendavais»

CASINO ESTORIL—18.30 e 21.30 — «O Pistoleiro do Diabo»

PAREDE — 21.15 — «Os 2 Indomáveis»

TV

Como os nossos leitores se têm apercebido, a programação da RTP foi profundamente alterada, não sendo ainda possível a organização de horários. Aconselhamos portanto a manterem os aparelhos ligados para a captação de qualquer informação importante ao País

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

TURNO C

ATÉ ÀS 22 HORAS

SUB-TURNO 1

Ascenso — P.ª Norte, 11-A — (B.º Encarnação) — Telefone 311216.

S. Bartolomeu — V.ª Paulo Jorge, 1 (às Galinheiras-Charneca) — Tel 790969.

Matos Viegas — Av. Rainha D. Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) — Tel 794174.

S. Miguel — P.ª Francisco de Morais, 1 — Tel. 771469.

Rio de Janeiro — Av. Rio de Janeiro, 4-C (à Av. E. U. América) — Tel 721409.

Aeroporto (do) — Av Almirante Gago Coutinho, 101-D (à Av. D. Rodrigo da Cunha) — Tel. 722384.

Santa Cruz — Av. Gomes Pereira, 34-A — Tel. 704828.

Curie — Av. Madame Curie, 15-A — Tel 778439.

Belém — R. Tristão Vaz, 10-A (à Encosta do Restelo) — Tel. 612248.

Gomes, Suc. — R. Junqueira, 326 — Tel. 638193.

Costa — R. Lusíadas, 30 — Tel. 636704.

Elma — R. D. Maria Pia, 358-A — Tel. 686176.

Tagus — Praceta R. Possidónio da Silva, 162-A — Telefone 669485.

Oliveira — R. Campolide, 54-A — Tel. 684424.

Figueiras — Av. Marquês de Tomar, 20 — Tel. 44995.

Ibéria — R. Barão Sabrosa, 235-A (à Alameda) — Tel. 728277.

Castro — Av. Almirante Reis, 76-A — Tel. 821973.

Branquinho — R. Sapadores, 87 — Tel. 842725.

Mota Capitão — R. S. Félix, 45-A-B — Tel. 660720.

Fénix — R. Cruz dos Poiais, 52 — Tel. 678531.

Liberal — Av. Liberdade, 219 (ao Marquês de Pombal) — Tel. 43641.

Silva Carvalho — R. Fanqueiros, 126 — Tel. 873875.

TODA A NOITE

SUB-TURNO 2

Antunes Rosas — P.ª Cidade do Luso - lote 199 (Olivais Sul) — Tel. 313610.

Conceição — C.ª D Gastão, 30-32 — Tel 381279.

Central do Lumiar — R Lumiar, 77 — Tel. 790480.

Sanex — Av Igreja, 31-C — Tel. 717505.

Algarve — Av Roma, 7-B — Tel. 731478.

J. Ribeiro — Est Luz, 199-A — Tel. 780969.

Laranjeiras (das) — R. Filipe da Mata, 160-162 — Telefone 761035

Bom Sucesso — R. Bartolomeu Dias, 63-A—Tel 611454.

Dilena — R. Aliança Operária, 49-A-B — Tel. 636620.

Vieira Rosa — R. Prior do Crato, 74 — Tel 660187.

Urbano de Freitas — R. Silva Carvalho, 1-9 — Tel 662838.

Pinheiro — R Campo de Ourique, 131-133 — Tel. 686640.

Campo Pequeno — Av Júlio Diniz, 10, lojas 18-19 — Drugstore Apolo 70 — Tel 771661.

Cruz Nunes — P.ª Duque de Saldanha, 14 — Tel. 41845.

Luzmar — R. João do Nascimento Costa, 16-A (à Picheleira) — Tels 728395-720703.

Pancada — R Rebelo da Silva, 9 (à R. Pascoal de Melo) — Tel 43340.

Silva — Calç. St.ª André, 16 — Tel. 862074.

Reis Garrido — R das Janelas Verdes, 90 — Tel 662327

Manuel V. de Jesus — L.º do Rato, 3-C/D — Tel. 681947.

Silmar — Rua de S Lázaro, 128 — Tel. 42829.

Sanitas — P.º Luís de Camões, 24 — Tel 322798

NOS ARREDORES

ALENQUER — **Catarino** (telefone 72393)

ALGÉS — **Nifo**, **Avenida dos** Combatentes da Grande Guerra, 64 (telef. 212070)

ALGUEIRÃO — **Quimia**, Estrada Mem Martins, 385 (telef 2910012)

ALHANDRA — **Central** (telef. 25 00 08)

ALHOS VEDROS — **Portugal** (telef. 22 45 50)

ALVERCA DO RIBATEJO — Central (telef 25 86 39)

AMADORA — **Cavaca**, Rua Elias Garcia, 209 (telefone 930019); **Confiança**, Av. Nuno Álvares Pereira, 15-A (telef. 938149). (Esta só até às às 0 horas)

BENAVENTE — **União** (telefone 522176)

CACÉM — **Araújo e Sá**

CAMARATE — **Nova** (telefone 2518726)

CARREGADO — **Higiene** (telefone 91151)

CASCAIS — **Cordeiro**, **Avenida dos** Combatentes, 46 (telef. 280170; **Nova**, Fontainhas (telef 281044)

CAXIAS — **Nova Caxias** telefone 2420839

DAMAIA — **Damaia**, **Praça Alexandre Herculano, 9-A** telef 970523)

ESTORIL — **Suíça**, Cruzeiro, (telef. 260087)

LOURES — **Salvia** (telefone 2531240)

MAFRA — **Rolim** (telef 52315)

MOSCAVIDE — **St.ª Bárbara**, (telef. 2518918)

MURTAL — **Primavera**, Rua das Pereiras, 2 (tel 2472278).

ODIVELAS — **Jolent**, Rua Dr. Alexandre Braga, 3-B (telefone) 910812).

OEIRAS — **Godinho**, Rua Cândido dos Reis, 98 (telefone 2430090)

PAÇO DE ARCOS — **Trindade Brás** (telef. 2432034)

PAREDE — **Grincho**, Aven. da República, 87 (tel 2471204)

PONTINHA — **Pontinha**, Rua St.ª Eloi, lote 4 (tel 990220)

QUELUZ — **Correia**, Largo do Mercado tel. 950905); **Zeller**, R. República, 83 (tel. 950045)

SACAVÉM — **Lourenço** (telefone 2518151)

SINTRA — **Marrazes**, Estefânia (telefone 980058)

VILA FRANCA DE XIRA — **César**, Praça Afonso de Albuquerque (tel 22278); **Roldão**, Estrada da Arruda 12-A — Bom Retiro (Serviço peprmanente) tel 22596)

LEGIÃO E PIDE RESISTIRAM NO CASTELO DE SÃO JORGE MAS FORAM DOMINADAS AO FIM DA MANHÃ

Reduzido número de elementos da extinta L. P. e da PIDE resistiram ainda esta manhã entrincheirados no seu antigo quartel do Castelo de S. Jorge, apontando metralhadoras das janelas e ameias da fortificação para um numeroso grupo de populares que se manifestava naquela zona exigindo a sua rendição.

O castelo foi prontamente cercado por forças do Regimento de lanceiros 2 que, cerca das 10 horas, conseguiu a rendição dos legionários.

No entanto, subsistiam suspeitas de mais elementos da L. P. e da PIDE permanecerem armados no castelo, onde dispunham de muito material de guerra, nomeadamente metralhadoras e granadas.

Sob o coomando do major Fontão, tropas da 2.ª Companhia de Caçadores 5, P. S. P. (polícia de choque) e da Força Aérea evacuaram os civis das imediações do aquartelamento, sendo pouco depois dominadas as forças da reacção. Eram 12.50 horas.

Com o material da Legião Portuguesa foram carregados dois camiões do exército. O trânsito encontra-se ainda cortado na zona esperando-se a todo o momento a normalização. Da boca de um alferes de Caçadores soubemos que com o material concentrado no quartel, os legionários poderiam resistir semanas seguidas. Entre o material encontravam-se dezenas de metralhadoras, «bazokas», e milhares de granadas e munições.

IDENTIFICADAS DUAS VÍTIMAS DOS TIROS DA EX-PIDE-DGS

Foram identiâicadas duas das três pessoas criminosamente abatidas na noite do dia 25, pelos tiros dos agentes da ex-PIDE-DGS entrincheirados na sua sede, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.

Tratam-se de: José James Harteley Barnetto, 37 anos, natural de Vendas Novas e residente na Av. João Branco Núncio, 7, 1.º, D., na Flamenga, Vendas Novas, e de Fernando Luís Barreiros dos Reis 24 anos, solteiro, natural de Lisboa, soldado do regimento aquartelado em Penamacor. Há um outro indivíduo morto, ainda por identificar, que aparenta vinte anos.

Entretanto, continuam internadas em S. José, mais 13 vítimas do mesmo ataque, duas das quais em estado grave.

COMUNICADO DO M.R.P.P.

O M. R. P. P. — Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, distribuiu profusamente dois comunicados ao Povo Português, um dos quais expõe os seus pontos de vista «sobre a situação política actual» e o outro incita a população a promover manifestações no dia 1.º de Maio.

Ontem, ao fim da tarde, militantes do M. R. P. P. desceram a Avenida da Liberdade empunhando o estandarte do movimento.

O M. R. P. P., fundado há poucos anos, pretende ser o embrião do futuro partido do proletariado português, por considerar que este tem vindo a ser traído pelo Partido Comunista Português, ligado ao revisionismo soviético.

O M. R. P. P. reclama-se da ideologia maoísta.

Propõe-se o MRPP «aproveitar a situação política actual para intensificar e aprofundar todas as lutas revolucionárias, conferindo-lhe um carácter de amplas massas; multiplicar os «meetings», as discussões e os comícios políticos; abandonar as residências e ocupar as ruas; comunicar um renovado impulso ao movimento grevista, seguindo o correcto exemplo dos operários da MAGUE (Alverca) que ousaram desencadear a greve com ocupação da fábrica; abandonar os quartéis e boicotar as prevenções, confraternizando com o Povo; desertar em massa e com armas pondo-se ao serviço dos operários e camponeses; organizar manifestações de rua; preparaer o 1.º de Maio».

O MRPP convoca várias manifestações para o 1.º de Maio, em Lisboa, Porto, Coimbra, Vila Franca de Xira e Marinha Grande.

TOMADA A PIDE-DGS DE FARO

FARO — Terminou às três horas da madrugada a operação de rendição e desalojamento da PIDE-DGS nesta cidade. Primeiramente, eram 0.15 h, entrou na subdelegação o tenente-coronel Bernardino dos Santos, segundo-comandante do R. I. 4.

Eram 0.41 h quando saiu o primeiro «jeep» com um elemento da D.G.S., outro saiu o seguir. Cerca das três horas, um veículo militar transportou os restantes detidos, enquanto que uma coluua de outros veículos transportava o armamento encontrado.

A LONGA NOITE DE PEDRA TERMINOU

Manuel Henriques Rijo, ex-internado do Tarrafal, foi hoje visitado no Lar de recolhimento onde se encontra (à Avenida 5 de Outubro, 202, 4.º) por numerosos amigos e companheiros, que festejaram com ele o fim do regime de quase 48 anos.

Está com a saúde muito abalada o velho lutador Manuel Rijo. Não pode sair do Lar e por isso os companheiros o procuraram ali. Viveram momentos indescritíveis.

Manuel Rijo serviu enquanto pôde, desde antes do 28 de Maio, a causa do proletariado militante. Pagou a sua coragem com um longo internamento no Tarrafal, onde tantos portugueses morreram ou ficaram marcados para sempre. Foi o poeta galego Celso Emílio Ferreiro que cunhou a expressão «longa noite de pedra»: usamo-la aqui para, no seu termo, saudarmos o ex-deportado.

Morreu o poeta Pedro Oom

Morreu ontem o poeta Pedro Oom. Chamava-se, na vida de subsistência de todos os dias, Francisco Pedro Oom do Vale. A participação foi feita por sua mulher, mãe, irmã e restante família.

Morreu o Pedro Oom, fulminado por um ataque cardíaco. Não resistiu à emoção da hora. Tinha 47 anos, um pouco menos que o regime deposto. Anos todos de humilhação.

TRANQUILIDADE

(Continuado da 1.ª pág.)

espera-se que o seu controlo esteja para breve.

Em todo o País, também a tranquilidade se vai instalando, acompanhada de expressões populares de regozijo pela queda do regime fascista.

No domínio das comunicações, a situação entrará em breve na normalidade.

Com efeito na madrugada de hoje, dois aviões da TAP aterraram no aeroporto da Portela.

Ambos tinham ficado imobilizados no dia 25, um em Santa Maria e outro em Madrid. O primeiro, que aterrou à 1 hora, procedia de Boston; o segundo, vindo do Rio de Janeiro, chegou às 2 e 15. Entretanto ,segundo informação do Gabinete de Imprensa do aeroporto, aguardava-se para as 13 e 30 a chegada de mais um voo da TAP, procedente do Recife. Foram estes os primeiros aviões comerciais que receberam autorização para aterrar em Lisboa após o desencadear do Movimento das Forças Armadas.

O despacho em terra dos passageiros foi feito por elementos da Base Aérea n.º 1. Por outro lado, todos os serviços administrativos e de apoio aéreo do Aeroporto se encontram a funcionar... embora ainda sem trabalho.

Segundo informações prestadas às 12 e 30 pelo Posto de Comando do Movimento, desde os estúdios do R. C. P., aguardava-se um comunicado da Junta de Salvação Nacional relativa às fronteiras. Nessa altura, todas se encontravam encerradas. Sabe-se que se ultimam os preparativos para a reabertura da aerogare e que, possivelmente, a ordem dada para este local será extensiva a todos os outros postos fronteiriços.

Ontem, durante algumas horas, certas fronteiras terrestres foram abertas, tendo encerrado novamente ao pôr do Sol. Abriram, nomeadamente, os postos de Vila Real de Santo António, Caia e Vilar Formoso.

A JUNTA SUBSTITUIU OS COMANDOS

A Junta de Salvação Nacional na sequência das medidas adoptadas para completo «contrôle» da situação e da manutenção intransigente da ordem e tranquilidade pública, decidiu nomear governador da Região Militar de Lisboa o general Reimão Nogueira; comandante-geral da G.N.R. o general Rosa Garoupa; comandante-geral da Guarda Fiscal, o coronel António Calado.

Dado que as forças militarizadas da G.N.R. e da P.S.P. estão sob inteiro «contrôle» da Junta, a bem da ordem pública, deve a população obedecer disciplinarmente às instruções transmitidas pelos agentes daquelas corporações, continuando, desta forma, a manifestar o maior espírito cívico e de patriotismo.

A Junta de Salvação Nacional decidiu, ainda, nomear o coronel Manuel Carlos Pereira Alves Passos de Esmeriz e o brigadeiro José Luís de Mendonça Ramires, comandantes, respectivamente, da Região Militar do Porto e Territorial do Algarve.

CONFERÊNCIA NA COVA DA MOURA

Ao princípio da tarde de hoje, a Junta de Salvação Nacional recebeu, na Cova da Moura, os directores dos órgãos de informação portugueses e de organizações cívicas nacionais.

Entre todos estabeleceu-se uma longa conversa sobre assuntos de interesse comum, relacionados com recentes acontecimentos; sobretudo com os problemas da informação.

Na reunião participaram, também, representantes da CDE e da Convergência Monarquica.

Foi apresentada a possibilidade de o 1.º de Maio ser considerado feriado nacional. As manifestações populares não serão reprimidas, mas a todos os democratas se recomenda a maior calma.

PEDRO PERALTA CONTINUA DETIDO

Contactado telefonicamente o encarregado de negócios de Cuba, Astray Rodriguez, informou-nos de que o capitão Pedro Peralta do exército cubano, se encontra, ainda sob prisão no Hospital da Cruz Vermelha onde estava internado à ordem da ex-D.G.S.

O diplomata cubano manifestou a sua estranheza pelo facto do capitão Peralta se encontrar ainda detido, pois a libertação de todos os presos políticos foi anunciada e totalmente cumprida, apenas com esta excepção.

O caso foi entregue ao dr. Manuel João da Palma Carlos, que defendeu o capitão cubano em Tribunal Plenário.

«Como não se encontrava detido em nenhuma das prisões políticas de onde foram libertadas pessoas detidas o capitão Peralta continua ainda sob prisão na Cruz Vermelha. Estou neste momento a fazer diligências para que o problema se resolva convenientemente.»

Disse-nos também por via telefónica esta manhã o dr. Manuel João da Palma Carlos.

COMUNICADO DO PARTIDO SOCIALISTA

Recebemos, com o pedido de publicação, o seguinte comunicado:

«Após deliberação, o Conselho Director do Partido Socialista Português decidiu chamar a Portugal o seu secretário-geral, Mário Soares, expulso do País em 1970, o qual, acomanhado por outros membros do Secretariado Político do Exterior, chegará de combolo, no dia 28 de Abril, às 11 e 15, proveniente de França.

O secretário internacional, Jorge Campinos (Tel. 47 74 37 fica em França para manter todos os contactos que possam interessar o Partido Socialista Português.